

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

José Alimatéia de Aquino Ramos

As possibilidades de aproximação e diálogo entre Arquivologia,
Biblioteconomia e Museologia via modelo formativo: O caso da
ECI-UFMG

**Belo Horizonte
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

José Alimatéia de Aquino Ramos

As possibilidades de aproximação e diálogo entre Arquivologia,
Biblioteconomia e Museologia via modelo formativo: O caso da
ECI-UFMG

Tese apresentada ao programa de pós-graduação em
Ciência da Informação da Universidade Federal de
Minas Gerais para a obtenção do grau de doutor em
Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Informação, cultura e sociedade

Orientador: Carlos Alberto Ávila de Araújo

Belo Horizonte

2013

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica: Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG

RAMOS, José Alimatéia de Aquino.

R175i As possibilidades de aproximação e diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia via modelo formativo: o caso da ECI/UFMG [manuscrito] / José Alimatéia de Aquino Ramos. – 2013.
198 f. : enc.

Orientador: Carlos Alberto Ávila Araújo.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.
Referências: f. 184-197.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Arquivologia – Teses. 3. Biblioteconomia – Teses. 4. Museologia – Teses. I. Título. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 02



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

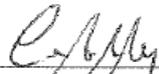
"AS POSSIBILIDADES DE APROXIMAÇÃO E DIÁLOGO ENTRE ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA VIA MODELO FORMATIVO: O CASO DA ECI/UFMG"

José Alimatéia de Aquino Ramos

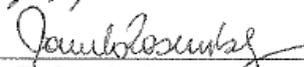
Tese submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**doutor em Ciência da Informação**", linha de pesquisa "**Informação, Cultura e Sociedade**".

Tese aprovada em: 11 de dezembro de 2013.

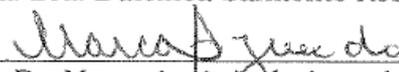
Por:



Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo - ECI/UFMG (Orientador)



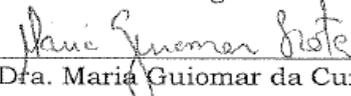
Profa. Dra. Dulcinéia Sarmento Rosenberg - UFES



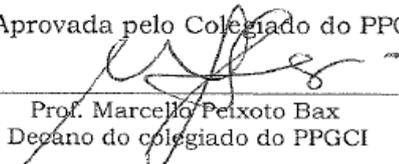
Prof. Dr. Marco Antônio de Azevedo - PUC/MG



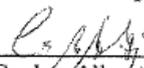
Profa. Dra. Adriana Bogliolo Sirihal Duarte - ECI/UFMG



Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI


Prof. Marcelo Peixoto Bax
Decano do Colegiado do PPGCI

Versão final Aprovada por


Prof. Carlos Alberto Ávila Araújo
Orientador



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE TESE DE JOSÉ ALIMATÉIA DE AQUINO RAMOS, matrícula:
2009651752

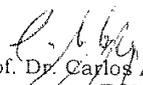
Às 14:00 horas do dia 11 de dezembro de 2013, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 06/12/2013, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado *As possibilidades de aproximação e diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia via modelo formativo: o caso da ECI/UFMG*, requisito final para obtenção do Grau de DOUTOR em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

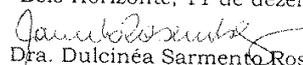
Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo - Orientador	APROVADO
Profa. Dra. Dulcinéia Sarmiento Rosemberg	APROVADO
Prof. Dr. Marco Antônio de Azevedo	APROVADO
Profa. Dra. Adriana Bogliolo Sirihal Duarte	APROVADO
Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota	APROVADO

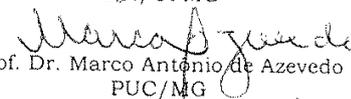
Pelas indicações, o candidato foi considerado APROVADO.

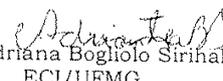
O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

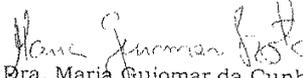
Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2013


Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo
ECI/UFMG


Profa. Dra. Dulcinéia Sarmiento Rosemberg
UFES


Prof. Dr. Marco Antônio de Azevedo
PUC/MG


Profa. Dra. Adriana Bogliolo Sirihal Duarte
ECI/UFMG


Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota
ECI/UFMG


Prof. Marcello Peixoto Bax
Decano do Colegiado do PPGCI/ECI/UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.

Dedicatória

A minha esposa e filhos, Mara, Heitor e Bernardo pela paciência que tiveram nos momentos mais difíceis. Sem a compreensão e o amor de vocês eu não teria obtido sucesso.

A meu Pai, meu primeiro mestre.

À minha Mãe, pelo incentivo recebido para trilhar os caminhos de minha escolha.

Aos meus queridos irmãos – Aparecida, Edivaldo, Elias, Lúcia, Vânia, Bel, Raquel – pelo carinho que me proporcionaram neste período.

A todos os meus sobrinhos pela alegria proporcionada a cada fim de semana

AGRADECIMENTOS

Agradeço a tantos, do passado, do presente e do futuro!

A todos os meus amigos de ontem e de hoje, pela trajetória que trilhamos juntos configurando um pouco do que eu sou hoje.

Ao amigo Carlos Alberto (Casal), colega e parceiro de jornada profissional e orientador deste trabalho agradeço pelo espaço permanente de diálogo que tanto fortalece nossos laços.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG, cujo conhecimento e espírito científico motivaram a continuação desta caminhada.

Aos docentes que participaram da pesquisa cuja colaboração em responder às entrevistas asseguraram a obtenção do material para esta pesquisa.

Aos meus amigos e colegas de trabalho da UFES pelo apoio em todos os momentos de desenvolvimento do trabalho.

RESUMO

Focaliza a busca de aproximação e diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação tendo como campo de estudo a experiência de núcleo comum de disciplinas e atividades acadêmicas proposta pela Escola de Ciência da Informação da UFMG. Tem como objetivo analisar a percepção dos docentes dessa escola sobre essa experiência com o intuito de contribuir para conhecer os limites e possibilidades de aproximação entre as áreas. Entender as dificuldades de se colocar em prática essa proposta é importante para se repensar a relação entre as três áreas e a Ciência da Informação no Brasil. Os docentes da Escola de Ciência da Informação da UFMG constituíram o grupo de informantes. Os dados foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas com 16 docentes que definimos por amostra intencional, o referencial teórico abordou a trajetória de constituição histórica das áreas envolvidas; o processo de institucionalização dessas áreas no Brasil; a ciência da Informação como possível base para aproximação entre as áreas; e, por fim, algumas experiências de aproximação entre as áreas com destaque para a proposta da Unesco e das escolas de criaram recentemente os cursos de Arquivologia e Museologia via Reuni. Os resultados destacaram em primeiro lugar, a dificuldade dos docentes em aceitar a concepção inicial da ECI-UFMG de que a Ciência da Informação seria a estrutura comum de formação para a três áreas. Em sua maioria, os entrevistados entenderam que estas áreas têm como base conceitual as Ciências Sociais Aplicadas. A Ciência da Informação seria uma quarta área no mesmo patamar hierárquico. O entrevistados enfatizaram a autonomia das áreas em suas relações com a Ciência da informação. Por fim, o trabalho apresenta a visão dos docentes sobre os pontos convergentes entre as áreas, com destaque para a questão do objeto de trabalho e os temas memória e patrimônio. Apresenta os pontos de divergência entre as áreas com destaque para a especificidade e singularidade de cada área. Por fim discute a proposta de núcleo comum da ECI-UFMG destacando os principais problemas enfrentados pelos docentes dos três cursos no momento de implementação da proposta.

Palavras-chave: Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia – núcleo comum; Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia - Aproximação; Ciência da Informação - base conceitual

ABSTRACT

Focuses the search approach and dialogue between Archival , Library Science , Museology and Information Science field of study as having the experience of common core subjects and academic activities proposed by the School of Information Science , UFMG . Aims to analyze the perception of teachers at this school about this experience in order to contribute to know the limits and possibilities of rapprochement between the areas . Understand the difficulties of putting this proposal into practice is important to rethink the relationship between the three areas and Information Science in Brazil . The faculty of the School of Information Science , UFMG constituted group of informants . Data were collected through semi - structured interviews with 16 teachers who define a purposive sample , the theoretical framework addressed the trajectory of historical development of the areas involved , the process of institutionalization of these areas in Brazil , the science of information as a possible basis for rapprochement between areas , and finally some experiments approach among the areas highlighted by the proposal of UNESCO and schools newly created courses in Museology and Archival via Gather . The results highlighted in the first place , the difficulty of teachers to accept the initial design of the ECI- UFMG that information science would be the common structure of training for the three areas . Most of the respondents felt that these areas have the conceptual basis Applied Social Sciences . Information Science would be a fourth area at the same hierarchical level . The interviewees emphasized the autonomy of areas in their relations with the Information Science . Finally , the paper presents the vision of teachers about the convergence between areas , with emphasis on the question of the object of work and themes memory and heritage. Presents the points of divergence between the areas with emphasis on the specificity and uniqueness of each area . Finally discusses the proposed common core of ICE - UFMG highlighting the main problems faced by the teachers of the three courses at the time of implementation of the proposal .

Keywords: Archival Science, Library Science, Museology - common core; Archival Science, Library Science, Museology - approach; Information Science - conceptual basis

LISTA DE FIGURAS

Figura1: Mapa de localização das seis categorias nos estados brasileiros.....	85
Figura 2: Matriz curricular do curso de Biblioteconomia da UFMG.	100
Figura 3: Matriz curricular do curso de Arquivologia da UFMG	101
Figura 4: Matriz curricular do curso de Museologia da UFMG	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Diferentes conceitos de informação	51
Quadro 2: Configuração institucional da Biblioteconomia no Brasil	70
Quadro 3: Configuração institucional dos cursos de Arquivologia no Brasil.....	77
Quadro 4: Vínculos institucionais dos cursos de Museologia no Brasil.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SILGLAS

ABEBD – Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação
ABECIN – Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
ABRAINFO – Associação Brasileira dos Profissionais da Informação
AN - Arquivo Nacional
ANCIB – Associação Nacional de Pesquisas e pós-graduação em Ciência da Informação
CA – Cursos Avulsos
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIA – Conselho Internacional de Arquivos
CNE – Conselho Nacional da Educação
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos
CPA - Curso Permanente de Arquivos
CSB – Curso Superior de Biblioteconomia
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
ECI-UFMG - Escola de Ciência da Informação da UFMG
ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia
FACC - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
FAINC – Faculdades Integradas Coração de Jesus
FATEA – Faculdades Integradas Teresa D’Ávila
FCI-UNB - Faculdade de Ciência da Informação da UFMG
FEFIERJ - Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro
FESPSP – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
FID - Federação Internacional de Documentação
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
IBBD - Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICOFOM – Comitê Internacional de Museologia
ICOFOM LAM - Comitê Internacional de Museologia para América Latina e Caribe
IFLA - Federação Internacional de Associações Bibliotecárias

INTEGRAR – Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus

ISAD (G) - Norma geral internacional de descrição arquivística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MHN - Museu de História Natural

MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia

PGI - Programa Geral de Informação

PPGCI -Programa de Pósgraduação em Ciência da Informação

REUNI – Plano de Estruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras

TAC - Tabela de áreas de Conhecimento

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UESPI – Universidade Estadual do Piauí

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UFMS – Universidade Federal de Santa Maria

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO - Organização das Nações Unidas em Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNIBAVE – Centro Universitário Barriga Verde

UNIFAI – Centro Universitário Assunção

UNIFOR – Centro Universitário de Formiga

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

USU – Universidade Santa Úrsula

Sumário

RESUMO	8
ABSTRACT	9
LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE QUADROS	11
LISTA DE ABREVIATURAS	12
1 INTRODUÇÃO	17
2 ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA, MUSEOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: PERCURSO HISTÓRICO	23
2.1 A trajetória da Arquivologia na sua constituição como campo científico e profissional....	25
2.2 A trajetória da Biblioteconomia na sua constituição enquanto campo científico e profissional	37
2.3 Trajetória da Ciência da Informação na sua constituição enquanto campo científico	46
2.4 A trajetória da Museologia na sua constituição enquanto campo científico e profissional	53
3 TRAJETÓRIA DO ENSINO DA ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA MUSEOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL	65
3.1 A trajetória do ensino da Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil	65
3.2 A trajetória do ensino de Arquivologia no Brasil	73
3.3 A trajetória do ensino da Museologia no Brasil	78
4 AS RELAÇÕES ENTRE OS CAMPOS DA ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA, MUSEOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	84
5) PROPOSTAS E EXPERIÊNCIAS DE APROXIMAÇÃO ENTRE ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA, MUSEOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO VIA MODELO FORMATIVO	91
5.1) O núcleo comum de disciplinas e atividades acadêmicas da Escola de Ciência da Informação da UFMG	99
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	103

7 A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES SOBRE AS POSSIBILIDADES DE APROXIMAÇÃO ENTRE ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA VIA MODELO FORMATIVO.....	112
7.1 A concepção da Ciência da Informação como base teórica e conceitual para a aproximação entre as áreas.....	112
7.2 As relações estabelecidas entre a Ciência da Informação e as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia	125
7.2.1 A relação da Ciência da Informação com a Arquivologia	125
7.2.2 A relação da Ciência da Informação com a Biblioteconomia	128
7.2.3 Relação da Ciência da Informação com a Museologia	131
7.3 Pontos de convergência entre as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação	133
7.3.1 Informação e documento como objetos de trabalho.....	133
7.3.2 A questão da memória e do patrimônio.....	137
7.3.3 Outras temáticas convergentes entre as áreas e Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação	139
7.3.4 A cultura e as ciências sociais como ponto de proximidade entre as áreas.....	141
7.4 Pontos que dificultam a aproximação e diálogo entre as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação	143
7.4.1 A questão da identidade profissional	143
7.4.2 A questão das especificidades e peculiaridades de cada área	145
7.4.3 O olhar diferenciado para as questões postas para as áreas.....	149
7.5 O núcleo comum de atividades acadêmicas para os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia da Escola de Ciência da Informação da UFMG.....	157
7.5.1 A percepção dos docentes sobre a experiência de núcleo comum da Escola de Ciência da Informação da UFMG	158
7.5.2 A percepção sobre os problemas do núcleo comum.....	166
7.5.2.1 Currículo com viés da Biblioteconomia.....	168
7.5.2.2 Principais problemas na operacionalização do núcleo comum	169
7.5.2.3 Repensar o núcleo comum.....	173
8 UMA ANÁLISE SOBRE AS PERCEPÇÕES E CONCEPÇÕES QUE EMERGIRAM DOS DEPOIMENTOS DOS DOCENTES DA ECI-UFMG.....	179
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
REFERÊNCIAS	184

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a configuração institucional dos campos que lidam com a informação e documentação mostra aproximação entre estas áreas. Isto pode ser percebido se observarmos os vínculos institucionais dos campos de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação ao longo do tempo, tal como destacam Araújo, Marques e Vanz (2011). Estes vínculos mostram a estreita relação destes campos no que diz respeito a utilização do mesmo espaço institucional configurando uma possibilidade rica de diálogo entre elas no que tange a pesquisa e formação profissional.

Do ponto de vista da formação profissional é comum verificar estudos, tanto no Brasil, como no exterior, que tratam desta temática nos campos da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. Estudos sobre a formação do arquivista, do bibliotecário, do museólogo, do cientista da informação e do profissional da informação são encontrados na literatura da área quase sempre abordando a formação de cada campo de forma isolada sem se preocupar com a aproximação entre estes campos do ponto de vista da formação.

Esta perspectiva de aproximação entre os campos surgiu nos anos 1980 com as iniciativas das agências internacionais de informação patrocinados pela Organização das Nações Unidas em Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), como a Federação Internacional de Associações Bibliotecárias (IFLA), Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e Federação Internacional de Documentação (FID), levantaram a possibilidade de criação de um núcleo comum, para esses campos, entendendo-os como constituintes das ciências da informação. Estas iniciativas buscavam a harmonização na formação destes campos no sentido de encontrar os aspectos comuns de Ciências da Informação para otimizar os recursos financeiros

de infra-estrutura e os intelectuais, como professores e recursos pedagógicos, mas com ênfase nas características e particularidades de cada disciplina.

Em março de 1995, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), naquele momento, única instituição brasileira a ofertar ao mesmo tempo os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia tomou a iniciativa de convocar um grupo interdisciplinar para estudar e propor o núcleo comum de disciplinas para esses três campos. Pinheiro (1998) relata o resultado das discussões desse grupo e destaca que a finalidade dessa proposta de núcleo comum de disciplinas é repensar a formação dos profissionais das três áreas tendo por pilares a identificação não somente dos pontos convergentes, mas também das divergências, assim como, as lacunas ou superposições curriculares e, ainda, a demanda sentida de um novo profissional, mais sintonizado com as necessidades e características da moderna “sociedade de informação” e, especialmente, a demanda da sociedade brasileira.

Estas questões aparecem agora com mais força dada a criação, via Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni¹) do Governo Federal, de seis novos cursos de Arquivologia e de nove cursos Museologia, sendo que quatro desses novos cursos de Arquivologia e três da Museologia foram criados no espaço institucional onde já havia os cursos de graduação em Biblioteconomia e pós-graduação em Ciência da Informação. Com o Reuni, esses campos do conhecimento que possuíam pouco espaço acadêmico institucional viram-se diante da oportunidade de se firmar ou expandir.

Com isso, no espaço acadêmico institucional da Biblioteconomia e da Ciência da Informação passam a conviver três diferentes cursos de graduação, o que traz alguns desafios, tais como “[...] a necessidade de se justificar o pertencimento ou a

¹ O *REUNI* é o Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras, parte integrante de um conjunto de ações do Governo Federal no Plano de Desenvolvimento de Educação do MEC. Foi instituído pelo Decreto Presidencial 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de dar às instituições condições de expandir o acesso e garantir condições de permanência no Ensino Superior.

inserção destas áreas neste espaço; ou até mesmo encontrar conjuntos de conhecimentos comuns às três áreas, para que fosse possível a criação de um núcleo comum de disciplinas e atividades acadêmicas” (ARAÚJO, 2010, p.174).

A partir da implantação do Reuni em 2008 e a criação dos novos cursos de Arquivologia e Museologia através deste programa, as escolas e departamentos de Ciência da Informação que passaram a conviver com a presença destas três diferentes áreas em um mesmo espaço institucional buscaram estratégias de aproximação entre as mesmas. Dentre estas instituições destacamos a Faculdade de Ciência da Informação (FCI) da Universidade de Brasília (UnB), o Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI-UFMG).

Na literatura científica, tanto em nível nacional quanto internacional, existem pouquíssimos trabalhos correlacionando as três áreas e, ainda, correlacionando-as à Ciência da Informação. Destacam-se, entre outros, os relatos de experiências e tentativas de aproximação entre as três áreas no âmbito da Uni rio (PINHEIRO, 1998), UnB (SIMEÃO, 2009), UFRGS (OLIVEIRA; ROCHA, 2008), UFMG (CENDÓN *et al.*, 2008; ARAÚJO *et al.*, 2010).

O que se percebe, nas propostas dessas instituições, é a tentativa de se construir um referencial comum que permita a aproximação e diálogo entre esses três cursos, respeitando-se suas trajetórias e saberes particulares. O que não é tarefa fácil, na medida em que são áreas com conformações, às vezes, próximas, outras vezes bastante distintas.

Neste contexto, a ECI-UFMG criou uma matriz curricular com um núcleo comum de atividades acadêmicas tendo a Ciência da Informação como estrutura básica de formação para as três áreas. A UFMG foi a primeira instituição do Brasil a implementar tal proposta de aproximação entre as áreas sendo esse, um dos motivos para a escolha desta experiência como realidade empírica dessa pesquisa.

Essa experiência de aproximação a partir de um núcleo comum de disciplinas e atividades acadêmicas para as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia traz alguns questionamentos que nos levaram a propor esta pesquisa, tais como: como os docentes das três áreas (docentes com perfis diversificados) percebem esta aproximação a partir de um núcleo comum de disciplinas? Como eles têm vivenciado essa experiência? Quais as perspectivas futuras para este diálogo entre as áreas via modelo formativo? Com base nestes questionamentos optamos por indagar estes atores que propuseram e vivenciam essa experiência no sentido de verificar e analisar suas percepções sobre essa experiência de núcleo comum implementada na UFMG a partir de 2010.

A contribuição do presente trabalho para essa discussão em questão repousa na seguinte justificativa: entender a percepção dos docentes da ECI-UFMG sobre as possibilidades de aproximação e diálogo entre as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação no âmbito de uma Escola de Ciência da Informação pode contribuir para conhecer os limites e possibilidades de formação na área. Entender as dificuldades de se colocar em prática o núcleo comum de disciplinas e atividades acadêmicas proposto pela ECI-UFMG é importante para se repensar a relação entre os três campos e a Ciência da Informação no Brasil. A ideia de levar o tema adiante justifica-se a partir das seguintes constatações e formulações:

- Existem trabalhos na literatura sobre a formação profissional em Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, mas poucos destes trabalhos discutem o tema a partir de propostas de aproximação destas áreas em núcleo comum de disciplinas e atividades acadêmicas. A experiência da ECI-UFMG pode servir de base para outras instituições no país;
- Os trabalhos encontrados na literatura quando pensam as disciplinas de forma comum reúnem as mesmas na denominação “profissional da informação” termo muito vago que não representa o que vem a ser a base de conhecimento

ocupacional desenvolvida por essas profissões. Além disso, ignora as especificidades e a luta por delimitação de espaços de atuação entre as áreas, dando a entender que as áreas e profissões aceitam pacificamente essa denominação de “profissionais da informação”;

- A discussão em torno da relação entre os campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia com o campo da Ciência da Informação é outra justificativa para este trabalho. Entender a concepção dos docentes da ECI-UFMG sobre essa discussão contribui para se pensar a relação estabelecida entre esses campos no Brasil;

Investigar e analisar o processo dialógico de aproximação via modelo formativo entre as áreas a partir das concepções dos docentes da Escola de Ciência da Informação da UFMG constitui o nosso objetivo de pesquisa.

Este objetivo geral foi decomposto nos seguintes objetivos específicos: a) verificar a percepção dos docentes da ECI-UFMG sobre a ideia da Ciência da Informação como base para a aproximação entre os cursos; b) verificar a percepção dos docentes sobre as relações estabelecidas entre as áreas; c) verificar a percepção dos docentes sobre as possibilidades de diálogo e aproximação entre as áreas; d) verificar a percepção dos docentes sobre os pontos de convergência e divergência entre as áreas; e) verificar a percepção e concepção dos docentes sobre a proposta de núcleo comum de disciplinas e atividades acadêmicas da ECI-UFMG.

Escolhemos como grupo de pesquisa, os docentes, os atores que executam esta ideia. Importante considerar que parte destes docentes ainda não fazia parte da escola em 2008 e não participaram da elaboração da proposta de núcleo comum. Os docentes do curso de Arquivologia e Museologia foram contratados posteriormente e encontraram a matriz curricular pronta.

A fim de identificar e compreender a percepção dos docentes sobre as possibilidades de aproximação e diálogo entre as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação buscamos desenvolver o

referencial teórico de base com os seguintes pontos: a trajetória histórica de constituição dessas áreas enquanto campo prático e científico; o processo de institucionalização dessas áreas no âmbito brasileiro; e, a ideia de formação integrada entre as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação.

Para dar conta da questão proposta por esta pesquisa, optou-se por sua organização em sete capítulos. Após o presente capítulo, de caráter introdutório, abordamos o percurso histórico de constituição das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. No capítulo 3 abordamos o processo de institucionalização dessas áreas no Brasil. No capítulo 4 apresentamos uma discussão sobre as iniciativas de aproximação entre as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação no que tange a formação entre essas áreas. No capítulo 5 destacamos os procedimentos metodológicos da pesquisa. No capítulo 6 trabalhamos a sistematização e análise dos dados coletados na pesquisa e no último capítulo tecemos as considerações finais sobre a pesquisa.

2 ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA, MUSEOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: PERCURSO HISTÓRICO

As Bibliotecas, Arquivos e Museus são instituições que surgiram com incumbência de cuidar da preservação e transmissão das experiências e conhecimentos acumulados pela humanidade. Até a idade moderna, estas instituições constituíam praticamente a mesma entidade, com a produção dos livros tipográficos, entre outros motivos, "as bibliotecas passaram a existir separadamente e a adquirir maior relevância enquanto elemento social" (ORTEGA, 2004, p.3).

Com a finalidade de gerenciar estas instituições surge uma série de procedimentos e métodos, desenvolvidos a partir da necessidade de se lidar com os acervos destas instituições. "Tais procedimentos possuíam caráter eminentemente prático, mas a experiência acumulada das técnicas utilizadas ao longo do tempo tendeu a se consolidar como a base das futuras disciplinas científicas" (ARAÚJO, 2010, p.177).

No caso da Biblioteconomia, entre tais procedimentos e métodos, menciona-se a relação entre biblioteca e práticas de leitura, história do livro, papel da biblioteca na educação e na divulgação do conhecimento (Fonseca, 2007; Litton, 1975). No caso da Arquivologia, as relações entre os arquivos e a administração pública das cidades, a comprovação de atos jurídicos e, também, a dimensão histórica das sociedades (Lopes, 2000; Silva *et al.*, 1998). No caso da Museologia, desde o início verifica-se sua relação com a preservação e a exposição de coleções de obras de arte (ou mesmo de objetos do mundo natural) e, ainda, uma dimensão relacionada à preservação do patrimônio histórico, de um lado, e, de outro, o aspecto educacional da instituição museu (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 1998; JULIÃO, 2006).

Após a Revolução Francesa, as bibliotecas, arquivos e museus se institucionalizam conforme os parâmetros da modernidade. A partir de então, a produção de conhecimentos teóricos no âmbito destas três áreas passa a se inserir no espírito da modernidade e na lógica positivista (Araújo, 2010, p.178). Percebe-se, a partir deste

momento, a separação entre estas instituições que passaram a trilhar caminhos distintos na sua constituição histórica enquanto disciplinas científicas.

A origem da Ciência da Informação remonta a meados do século XX, no período pós-guerra, em função do crescimento exponencial dos registros do conhecimento nas áreas de ciência e tecnologia, ao mesmo tempo em que a disseminação deste conhecimento tornava-se uma preocupação frequente. A necessidade de criar formas de organizar, descrever, armazenar e disseminar as informações produzidas pelos cientistas fez com que surgisse a nova ciência.

A literatura da área destaca ao menos duas correntes diferentes para explicar a origem dessa ciência. Oliveira (2008) entende que a CI origina-se da documentação e da recuperação da informação. Para Pinheiro (1995), o impulso inicial do campo veio de dois trabalhos: *The mathematical theory of communication* de Claude Shannon e Warren Weaver, e *Cybernetics or control and communications in the animal and machine* de Norbert Wiener. Já Rafael Capurro (2003) aponta duas raízes para a CI: a biblioteconomia clássica e a computação digital. Para Yves Le Coadic (1996), a área tem início com a biblioteconomia, preocupando-se no princípio com a informação fornecida pelas bibliotecas; a leitura pública e a história do livro foram matéria dos primeiros estudos realizados na área. Posteriormente, a informação em ciência e tecnologia sobrepôs-se a esses assuntos. Tefko Saracevic (1996) identifica a origem da CI com *As we may think*, artigo lançado em 1945 por Vannevar Bush, pesquisador do MIT.

A seguir, apresentaremos um breve percurso histórico de cada área tendo como base autores que fizeram uma sistematização dessas áreas desde uma perspectiva epistemológica/histórica.

2.1 A trajetória da Arquivologia na sua constituição como campo científico e profissional

Estudos sobre a constituição histórica da Arquivologia enquanto campo científico tem apontado a existência de diferentes correntes e visões de arquivo que caracterizam esta constituição. Considerando as disciplinas de interface mais presentes na construção do objeto de estudo, Silva (2011), apresenta três grandes visões sobre os arquivos: a histórica, a gerencial e a informacional. A **visão histórica dos arquivos** se estabelece com o modelo de instituição arquivística típica do século XIX e privilegia a dimensão patrimonial de acervos custodiados para servirem à produção historiográfica. Tem como marco a experiência francesa na criação dos arquivos nacionais.

Nesta nova realidade os arquivos mudam sua característica “o documento já não desempenha apenas um papel jurídico, mas constitui um instrumento do poder cujo acesso é sinal do poder do povo. Esta revolução irá ter um impacto determinante nos arquivos com a criação de uma instituição nacional cujo papel é o de assegurar a guarda dos arquivos (ROUSSEAU; COUTURE, 1994, p. 31).

Com o Estado Moderno os arquivos se convertem em elementos fundamentais da administração e adquirem uma função predominantemente jurídico-política se tornando colaboradores dos Estados na administração dos respectivos territórios, de tal modo que este período fica conhecido como a época dos Arquivos de Estado.

Com a Revolução Francesa, em 1789, e com a criação do Arquivo Nacional Francês o arquivo passa a ser considerado como garantia dos direitos dos cidadãos e jurisprudência da atuação do Estado, assumindo o papel de guardião dos documentos, fatos considerados relevantes para a história dos arquivos.

Este modelo de arquivo tem como objetivos principais a preservação dos documentos sob sua custódia, bem como a garantia do acesso público aos mesmos. “Estabelece-se, especialmente na Europa, o direito de acesso aos documentos públicos, o reconhecimento da responsabilidade do estado sobre o patrimônio documental e a institucionalização de uma administração nacional dos arquivos” (SILVA, 2011).

Sob influência do positivismo e do historicismo, e, devido à criação da *École Nationale des Chartes*, na França, em 1821, a Arquivologia foi considerada “ciência auxiliar da história”. Nesta concepção os arquivos vão se transformar em laboratórios do saber histórico deixando de lado a função de serviço à Administração, que até aí tinham desempenhado.

O quadro histórico da primeira metade do século XX é o elemento de fundo para a identificação do surgimento de uma segunda visão destacada por Silva (2011) a **visão gerencial dos arquivos**. Com a explosão documental, a partir da Segunda Guerra Mundial, cresce a necessidade de maior eficácia da ação administrativa e eficiência na gestão econômica das nações que buscam soluções para tratar o volume de documentos produzidos pelo Estado.

O controle sobre a seleção de documentos a conservar e o processo de reduzir a proporções manipuláveis a massa documental característica da administração moderna, buscando a conservação permanente daquela que tem valor cultural futuro, sem menosprezar a integridade substantiva da massa documental para efeitos de pesquisa, configurariam uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia, assinalada pela adoção do conceito de gestão de documentos (INDOLFO, 2008).

Nessa perspectiva os arquivos são fundamentalmente instrumentos auxiliares da administração, são os espaços para preservar a memória institucional, conservando direitos estabelecidos em processos administrativos. Portanto, o arquivo é entendido como o conjunto de documentos, a sua organização e o serviço estruturado em torno do seu uso.

Esta visão privilegia o papel das entidades documentais para o papel político-decisório com a implementação de programas de gerenciamento arquivístico dos documentos dentro das administrações. No entanto, nota-se que ocorrem alterações

neste contexto a partir da emergência de uma chamada era da informação, com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação, o que promoveria uma abordagem informacional dos arquivos.

Ao final do século XX, inicia-se uma reformulação de domínio da Arquivologia. Nesse período emerge a associação entre a finalidade dos arquivos e as ideias de informação como uma responsabilidade assumida pela área. Nessa **visão informacional do arquivo** ganha força a ideia de que o arquivo é formado por informações produzidas e estruturadas na dinâmica dos processos de trabalho alçando a informação a objeto de trabalho privilegiado da Arquivologia que passaria a se interessar em estudar as relações entre a informação e os elementos de contexto de sua geração e estruturação.

Observa-se que, tanto na visão histórica como na visão gerencial, o objeto do trabalho arquivístico é abordado do ponto de vista de ser uma entidade, nesse caso a documental. Quanto a visão informacional, nota-se, fundamentalmente nas ações de informação, ou seja, nas abordagens de relações ou processos de comunicação no quadro das interações intersubjetivas (SILVA, 2011).

SILVA *et al* (1998, p. 210) distinguem três grandes fases da produção de conhecimento arquivístico, relacionadas com o estatuto científico e com o binômio custódia/acesso: uma **fase sincrética e custodial** (do início do século XVIII a 1898); uma **fase técnica e pós-custodial** (de 1898 à década de 1980) e uma **fase científica e pós-custodial** (a partir da década de 1980).

A fase sincrética e custodial se estende desde começos do século XVIII até fins do século XIX. Neste período há a incorporação maciça de documentação de organismos extintos ao recém criado Arquivo Nacional trazendo consequências desastrosas para a organização dos documentos, o que levou a criação em 1841, *do princípio de respeito aos fundos*, o qual tem sido considerado como o fundamento clássico da Arquivologia. Durante este período a disciplina se configura como uma matéria auxiliar da História, fortemente ligada a Paleografia e a Diplomática e

orientada a um objetivo concreto: a custódia de arquivos históricos (SILVA *et al.*, 1998, p.210).

A edição do Manual de organização e descrição de arquivos de Müller, Feith y Fruin em 1898, conhecido como o manual dos holandeses marcou o início de um período em que a vertente técnica vai se firmar definitivamente levando a passagem para a **fase técnica e custodial**. Nesta fase a teoria e a prática dos arquivos se liberta da dependência direta dos paradigmas historiográficos e consolida um corpo teórico próprio, centrado, principalmente, nas atividades práticas de tratamento e gestão documental (SILVA *et al.*, 1998, p.211).

A Arquivologia atinge maturidade científica a partir da publicação dos manuais arquivísticos. Rousseau e Couture (1994) ressaltam que a publicação de manuais representa uma fase na construção de uma disciplina científica, pelo fato de essas obras articularem a teoria e as práticas, visto que as práticas arquivísticas antecederam a teoria. Nesse sentido, o grande marco na evolução das práticas e da teoria Arquivística pode ser encontrado em 1898, com a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses. Esse manual é considerado por Duranti (1995) o primeiro tratado arquivístico científico. Seguem-se outros manuais, como os de Jenkinson, publicado em 1922, e o de Casanova, publicado em 1928. Este modelo “privilegia a dimensão patrimonial de acervos custodiados para servirem à produção historiográfica” e tem como princípio a ideia de que os documentos de arquivo “têm duas qualidades, a imparcialidade e a autenticidade, as quais levam ao conhecimento da verdade” (SILVA *et al.*, 2002, p. 126).

Nos anos 1980, se inicia **fase científica e pós-custodial**, na qual se produz a aproximação da Arquivística com as Ciências da Documentação (ou Ciências da Informação), ao mesmo tempo que se consolidam os fundamentos e princípios próprios. Além disso, nesta fase, o desenvolvimento tecnológico tem modificado substancialmente o trabalho técnico do arquivo, passando de mera função de custódia dos documentos para participar também de sua produção e uso. No início da era pós-custodial os arquivos emergem como sistemas de informação, cuja

complexidade nem sempre se confina à ordem material dos documentos e cuja organicidade transcende as vicissitudes de sua tradição custodial.

Utilizando como critério o foco de preocupação e a inserção geográfica, Lopes (1998) identifica três principais correntes de pensamento arquivístico: a **arquivística tradicional** (mais ligada aos arquivos permanentes, e de natureza essencialmente francesa, italiana e espanhola); a **records management** (centrada nos arquivos correntes e relacionada aos Estados Unidos); e a **arquivística integrada** (voltada para o ciclo de vida completo dos documentos e de origem canadense).

A obra de Schellenberg (1973), com sua ênfase no valor primário dos documentos marca o surgimento de uma outra perspectiva, a **records management** voltada para o tratamento dos arquivos administrativos. Com ascensão desta visão, a Arquivologia passa a conviver com duas tendências dicotômicas, uma mais centrada no valor histórico dos documentos e outra no valor administrativo.

Esta separação foi superada apenas na década de 1980, com os trabalhos de Couture, Gagnon-Arguin e Rousseau, ligados à Universidade de Montreal, que propõem “a integração da gestão de documentos e da arquivística histórica” de forma a se ter uma “ciência que engloba todo o ciclo de vida dos documentos” (JARDIM; FONSECA, 1999, p. 17).

O artigo inaugural desta corrente, de Ducharme e Rousseau, publicado em 1980, defende exatamente uma concepção integrada, o arquivo como um sistema de informação, numa visão sistêmica do fluxo documental (SILVA et al., 2002, p. 155).

Rendon Rojas (2009) apresenta a trajetória da Arquivística destacando o momento de aproximação da disciplina com a História, momento em que a Arquivística se instituiu como uma matéria de estudos, debruçando-se primordialmente na Diplomática e na História das instituições. Já na década de 1950 surgiu uma nova teoria: a **Gestão de Documentos**. Esta nova visão estabelecia que nem toda documentação devia ser mantida e que os documentos devem ser geridos, para

decidir sua permanência ou destruição. Esta nova visão da Arquivística redundaria no retorno a administração pública e levou ao surgimento da teoria das três idades do arquivo. "O ensino da Arquivística, durante este período se dividia em: Arquivística tradicional e Gestão de documentos" (RENDON ROJAS, 2009, p.205).

Rendon Rojas (2009) destaca que em 1992, os arquivistas canadenses propuseram uma nova Arquivística, **a Arquivística integrada**, ou seja, não se consideram disciplinas distintas a gestão de documentos e a Arquivística tradicional, mas que a primeira deveria se incorporar aos fundamentos teóricos da segunda. A fusão das duas teorias foi sendo gradualmente aceita.

Rendon Rojas (2009, p.206) destaca os esforços empreendidos na década de 1980 pelas agências internacionais de informação patrocinadas pela UNESCO, como a IFLA, CIA e FID, de levantar a possibilidade de criação de um núcleo comum nas ciências da informação, ou seja, encontrar os pontos comuns das tradicionais ciências da informação: Arquivística, Biblioteconomia e Documentação. Esta aproximação entre as áreas marca uma nova visão dos arquivos mais relacionada ao conceito de **informação**.

E por fim, Rendon Rojas destaca uma outra tendência da Arquivologia, defendida por autores como Thomassen e Terry Cook que sustentam que o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, bem como a corrente filosófica chamada pós-modernismo, puseram em crise os princípios básicos da Arquivística.

Cook (1998, p.139) denomina sua perspectiva de pós-moderna e questiona os princípios arquivísticos tradicionais, segundo ele, profundamente enraizados no modernismo ou até no pré-modernismo. O pós-moderno desconfia da ideia de verdade absoluta baseada no racionalismo e no método científico. Valoriza o contexto por trás do texto, as relações de poder que conformam a herança documental que lhe dizem tanto, se não mais, que o próprio assunto que é o conteúdo do texto.

Cook (1998, p.142) entende que "os arquivistas deveriam se libertar dos mitos da objetividade e imparcialidade preconizados nos princípios da arquivística tradicional e integrar os arquivos públicos e pessoais dentro de um enfoque teórico comum centrado na construção da memória social e coletiva". Ele questiona o princípio da proveniência, destacando que ele tem foco somente na preservação dos documentos das instituições e entende ser necessário voltar o olhar para o desenvolvimento social, para o contexto em que os documentos são produzidos. Em suma, não é aceitável limitar a definição da memória da sociedade apenas para documentos gerados pelos estados.

De tal maneira que o princípio da proveniência, que obriga a respeitar a estrutura orgânica da instituição geradora dos documentos só responde à recriação das relações de poder e não um desejo de preservar testemunhos da sociedade. Em consequência, deve-se reelaborar o princípio da proveniência, que responde às necessidades do século XIX e construir um novo com base mais no contexto social.

Araújo (2013), apresenta uma sistematização da produção científica na arquivologia por meio do agrupamento de teorias e reflexões a partir de sua filiação, mais ou menos explícita, às diversas **correntes de pensamento** que perpassam, de uma maneira geral, as várias ciências sociais e humanas – nas quais a Arquivologia se insere enquanto modalidade específica do conhecimento científico.

A primeira corrente citada por Araújo é a **corrente funcionalista** que surge no contexto do início do século XX com a publicação dos manuais de arquivologia e as iniciativas de mudanças no modo de se conceberem os arquivos. De um lado, o discurso da eficácia, o imperativo do retorno, para a sociedade e as empresas, dos investimentos feitos foi um dos motes dessa abordagem. De outro lado, o ideal iluminista da universalidade, isto é, do acesso a todos os cidadãos, também convocou a que se pensasse e problematizasse as funções dos arquivos.

Araújo (2013, p.65) destaca a publicação dos manuais de Arquivologia como marcos importantes para essa nova concepção de arquivo. O primeiro manual publicado em

1922, o Manual de Administração de Arquivos de Hillary Jenkinson propõe uma espécie de libertação da subserviência, por parte do arquivista, a outros campos do saber, em prol de um conhecimento específico sobre os arquivos. Nesta nova visão ganha destaque a questão da eficácia para o universo dos arquivos: tanto a eficácia na gestão dos arquivos como instituições (dotadas de recursos, procedimentos) como da adequação de sua função para a sociedade à qual os arquivos atendem.

O manual de Eugenio Casanova publicado em 1928 destaca em um dos tópicos mais importantes às funções dos arquivos aponta que, além de recolher os documentos representativos da atividade de entidades e organismos, garantindo sua segurança e preservação, também constitui sua função fazer isso com um menor esforço, poupando trabalho, e utilizando com o máximo de economia as instalações, o pessoal, o tempo e administrando os custos.

No período entre guerras surge a preocupação com a avaliação de documentos, que emerge em consequência tanto do aumento da produção de documentos como do imperativo da eficácia no âmbito das organizações. As ideias americanas sobre avaliação, tendo como base o trabalho de Schellenberg, procuram atingir um objetivo muito concreto: conservar um máximo de informação preservando um mínimo de documentos.

Neste contexto um conceito que se afirma e se insere na perspectiva funcionalista, é o de *record group* – uma adaptação americana do “princípio da proveniência” tal como este era concebido na Europa. A formalização deste conceito acabou por propiciar o surgimento do fenômeno da *records management*, a gestão de documentos arquivísticos, bastante ligado ao contexto do crescente aumento da produção documental. A *records management* visava a intervenção da ação arquivística logo na primeira idade dos documentos, isto é, na fase da sua produção e tramitação nos serviços administrativos, com a finalidade de aplicar métodos de economia e eficácia na gestão documental.

Por fim, Araújo (2013, p.69) destaca outra manifestação do pensamento funcionalista na Arquivologia, a que vincula a atividade arquivística à ação cultural, uma função cultural e pedagógica – por meio da qual os arquivos se dinamizam. Conforme Alberch e Fugueras *et al* (2001), tal âmbito de atividades representa uma “função”, porque tem a força de situá-la em pé de igualdade com a clássica e irrenunciável função jurídico-administrativa dos arquivos, e é, ao mesmo tempo, estratégia de “ação e dinamização”, porque pressupõe vontade de atuação, de movimento, de manifestação de uma força, desejo de fazer chegar esses serviços e produtos ao grande público.

Outra abordagem destacada por Araújo (2013) é a abordagem **pensamento crítico**. Essa abordagem se construiu tanto na crítica ao paradigma patrimonialista quanto à corrente funcionalista. Seu ponto de partida é uma concepção da realidade humana como fundada no conflito, na luta de interesses entre atores em posições desiguais por condições de domínio e legitimidade – por meio principalmente (mas não só) do conceito de ideologia.

O desenho de uma **Arquivologia crítica** começou principalmente a partir de análises sobre os critérios utilizados pelos arquivos e pelo revisionismo das práticas pós-Revolução Francesa. É o caso, por exemplo, da análise de Bautier, em 1961, sobre os erros e contradições da Revolução Francesa, com a reordenação dos arquivos baseada em concepções ideológicas (SILVA et al, 1998). Nos anos 1960, alguns autores começaram a questionar a suposta “naturalidade” dos princípios e práticas arquivísticas.

No mesmo período, a questão do poder de posse de documentos também ganhou destaque com os processos de descolonização na África, Ásia e América. A reconstituição dos patrimônios arquivísticos nacionais foi inclusive tema de debate na XVII *Conférence Internationale des Tables Rondes des Archives* (CITRA) (SILVA et al, 1998), reconhecendo-se que a identidade de um país se revê, em grande parte, nos seus arquivos.

Nas décadas de 1960 e 1970, sob forte impulso da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), ganharam espaço as discussões sobre as políticas nacionais de informação – e, dentro delas, as questões relativas aos arquivos (JARDIM, 1995). Entre as várias problemáticas envolvidas nesse processo estão as de direito à informação como condição de cidadania em relação com os critérios de sigilo dos documentos de Estado (MATTAR, 2003) e a necessidade de transparência por parte do Estado (JARDIM, 1995).

Terry Cook inaugurou, em 1994, sob a expressão de uma “arquivística pós-moderna”, um campo de reflexões na tentativa de superar as visões positivistas calcadas em pressupostos de neutralidade e passividade. Trata-se de uma perspectiva teórica que propõe uma viragem das preocupações da Arquivologia, da ênfase nos documentos e seu conteúdo para o seu “contexto”. Os arquivos são vistos como instrumentos de poder que influenciam no direcionamento do ensino formal, na construção da memória coletiva, da identidade nacional e, enfim, o modo como conhecemos a nós mesmos.

Por fim, deve-se destacar a relevante contribuição de García Gutiérrez (2008), que faz uma grande crítica às perspectivas funcionalistas e tecnicistas, que seriam absolutistas e sobretudo subservientes a determinadas posições dominantes. Como solução, o autor propõe a construção do que ele chama de “operador complexo” (que possibilitaria a explicitação das várias posições e interesses em determinada questão ou tema) em parceria com o “operador transcultural” (responsável por equilibrar os possíveis tratamentos injustos da memória mediante alertas e recriminações) para a construção de sistemas de preservação, representação e busca de registros do conhecimento humano.

Outra tradição de estudos destacada por Araújo é a que se constituiu a partir da crítica tanto aos estudos funcionalistas como aos críticos, na medida em que ambos tendiam a ver apenas a ação dos arquivos sobre a sociedade e os indivíduos, estes tomados apenas como seres passivos, meros receptáculos de informação. Foi no resgate ao papel de sujeitos ativos e no estudo de suas apropriações, suas

diferentes necessidades e usos que se construiu toda uma perspectiva de estudos – **os estudos de usuários de arquivos.**

Na década de 1980, basicamente duas linhas de pesquisa se delinearam. Por um lado, desenvolveram-se estudos para garantir maior acesso aos documentos arquivísticos, por meio da eliminação de barreiras (Duchein, 1983), criação de instrumentos de recuperação (Dooley, 1992) e maior conhecimento dos interesses dos públicos (Pugh, 1982). De outro lado, desenvolveu-se um conjunto de estudos que buscaram perceber, na prática de estudos com usuários, uma reorientação da prática profissional como um todo, de forma a que os resultados desses estudos interferissem nas demais ações e práticas arquivísticas (Jimerson, 1989).

Juntas, essas duas linhas acabaram por aproximar o campo dos arquivos do conceito de informação e da temática relativa às necessidades de informação. Nesse sentido, Delsalle (2000) argumenta que se ampliou a perspectiva de estudos de usos e utilidades dos arquivos, contemplando-se um leque mais variado como a utilidade administrativa jurídica, a utilidade administrativa financeira e a utilidade histórica.

Uma outra corrente de estudos na Arquivologia é a que ARAÚJO (2013) denomina **estudos sobre representação**. Esta corrente destaca os estudos das questões ligadas aos princípios de organização e descrição dos documentos arquivísticos. A publicação do manual de Müller, Feith e Fruin, conhecido como manual dos holandeses, abriu caminho para a construção de um espaço reflexivo sobre as normas e técnicas arquivísticas. Este espaço cresceu ao longo do tempo e culminou com criação da norma internacional de descrição arquivística – que veio a ser denominada *General International Standard Archival Description - ISAD (G)*, aprovada no XII Congresso Internacional de Arquivos, em 1992, em Montreal. A ISAD (G) consagrou o princípio básico da descrição multinível e definiu os elementos descritivos essenciais para qualquer tipo de descrição em arquivos.

Em anos recentes, novas pesquisas vêm destacando outros aspectos relacionados com a representação dos documentos arquivísticos, tais como a possibilidade de indexação por assunto como forma de acesso aos documentos arquivísticos (RIBEIRO, 2003) e a importância de critérios diferentes de classificação conforme proveniência, assunto e sigilosidade (SOUZA, 2007) e as diferentes dimensões de representação do documento de arquivo, que tem um significado prático e também significado simbólico (JIMERSON, 2000).

Para finalizar, Araújo (2013) apresenta algumas abordagens contemporâneas da Arquivologia com destaque para a abordagem integrada a partir do artigo inaugural de Ducharme e Rousseau, de 1980, que apresenta uma visão sistêmica do fluxo documental. Dois anos depois, Couture e Rousseau formalizam a busca, pela Arquivologia do grupo de Québec, de uma síntese dos *records management* e da *archives administration*, a partir de uma visão global dos arquivos, considerando a gestão de documentos no campo de ação da Arquivologia, isto é, abarcando as tradicionalmente chamadas três idades dos documentos numa **perspectiva integrada** (COUTURE *et al*, 1999).

Assim, como decorrência tanto do impacto das reflexões da Arquivologia integrada como das tecnologias da informação e dos tipos especiais de arquivo, o arquivo passou a ser cada vez mais caracterizado como um sistema de informação, e o objeto de estudo da Arquivologia, como a informação arquivística. Surge daí a expressão pós-custodial para designar essa nova fase da Arquivologia (COOK, 1997), em torno de uma **perspectiva informacional** para o campo. Nessa mesma linha desenvolveu-se a **perspectiva sistêmica** em torno da ideia de “**arquivo total**” em Portugal, congregando pesquisadores como (Silva; Ribeiro,1998). Outras temáticas contemporâneas são as que relacionam os arquivos com as atividades de registro da história oral e o campo dos arquivos pessoais e familiares (COX, 2008).

Estudos recentes também têm destacado a necessidade de se estudar os arquivos como construções sociais (Thomassen, 2006). Nessa mesma linha, DELGADO GÓMEZ e CRUZ MUNDET (2010) propõem que a Arquivologia deva acabar com a

tradicional fissura entre a lógica do arquivo e a sociedade no qual ele se insere. Para tanto, a Arquivologia deveria deixar de ser vista como uma ciência que “documenta a verdade dos fatos” para ser uma ciência voltada para a discussão dos documentos como resultado e reflexo de uma multiplicidade de tensões sociais que se produzem em tempo e lugar determinados – isto é, que vê os documentos como construtos produzidos segundo determinadas regras do discurso, determinadas “condições de documentar”.

2.2 A trajetória da Biblioteconomia na sua constituição enquanto campo científico e profissional

No caso das Bibliotecas, tanto instituição quanto bibliotecários ganharam maior visibilidade pública e social com o surgimento do conceito de biblioteca pública moderna no século XVII, nos países mais desenvolvidos da Europa e depois nos Estados Unidos, constituída de acervos gerais de livros e aberta gratuitamente ao público em horários regulares. ORTEGA (2004, p.4) destaca no entanto, que:

A biblioteca pública, espaço para acesso a acervo organizado, e não a Biblioteconomia, conjunto integrado de processos que possibilita aquela, é que fez parte da nova concepção de mundo que passou a ser chamada de modernidade, em oposição às noções de antigo e de medieval que a antecederam (ORTEGA, 2004, p.4).

Ortega (2004, p.5) descreve um percurso que relaciona a Biblioteconomia com a Bibliografia e a Documentação. Neste percurso ela define Biblioteconomia, no seu sentido restrito, como a área que realiza a organização, gestão e disponibilização de acervos de bibliotecas, e a Bibliografia como a atividade de geração de produtos que indicam os conteúdos dos documentos, independente dos espaços institucionais em que estes se encontrem.

Neste sentido, em fins do século XIX, a Bibliografia foi aprimorada e tornada autônoma como decorrência da sedimentação da Documentação (de cunho essencialmente europeu), ao mesmo tempo em que a Biblioteconomia desenvolvia e disseminava o projeto da biblioteca pública moderna, de acesso universal, amplo e

gratuito (particularmente nos Estados Unidos). Em fins do século XIX, a Biblioteconomia e a Documentação apresentavam um desenvolvimento em grande parte inseparável, surgiram em consequência das mesmas necessidades, empregavam processos e instrumentos comuns tinham objetivos quase idênticos e em muitos casos deviam seu progresso aos mesmos homens. No entanto, ORTEGA (2004, p.6) destaca que a criação da biblioteca pública levou a absorção do bibliotecário tradicional pela função "educativa" ou pelo culto da educação universal e a negação do significado do serviço de informação, com isso, os documentalistas adotaram as técnicas da Biblioteconomia e as aperfeiçoaram.

A Escola de Biblioteconomia de Chicago teve grande influência desta cisão entre Biblioteconomia e Documentação. Na obra "Introduction to Library Science", de 1933, Pierce Butler afirma que "as bibliografias eram importantes desde que houvesse clareza sobre seus fins e que, deveria haver um deslocamento do foco nos processos para a função, com ênfase para o *status* social dos bibliotecários e a função social das bibliotecas" (BUTLER, 1971).

Na década de 1950, Margaret Egan e Jesse Shera, membros da Escola de Biblioteconomia de Chicago, avaliam que a atenção dos bibliotecários durante os anos anteriores esteve voltada para a revolução da comunicação de massa e seu provável efeito sobre os serviços de biblioteca para o leitor em geral, enquanto poucos se preocuparam com a revolução da organização e serviços de biblioteca, a qual foi tratada por outro campo, nomeado "comunicação da informação especializada" e desenvolvido por documentalistas e especialistas de informação.

Para Ortega (2004) a tensão entre a abordagem dominante da Biblioteconomia dos Estados Unidos, orientada para o não tecnológico e para as Ciências Sociais representada pela Escola de Chicago, foi desafiada e transformada pelo retorno do interesse em modelos e em tecnologia. "A presença de indivíduos voltados à tecnologia e de fora da Biblioteconomia, que estavam procurando conduzir a nova tecnologia eletrônica para resolver velhos problemas levou ao surgimento da Ciência da Informação".

Mostafa em trabalho intitulado *A epistemologia da Biblioteconomia* (1985, p.5) denominou como "polêmica ciência-arte" as divergências (estéreis, segundo a autora) entre teóricos da Biblioteconomia e Ciência da Informação caracterizando-os: Na corrente humanista (Biblioteconomia), filosofar sobre a Biblioteconomia é repor a questão dos fins, das finalidades. [...] na corrente cientificista (Ciência da Informação), filosofar sobre a Biblioteconomia é reduzir a filosofia aos métodos, à questão metodológica, já que à ciência não interessam os fins.

Mostafa (1985, p.6) considera que ambas as correntes partilham de uma mesma origem kantiana, ou neokantiana. Parece claro estar a Ciência da Informação estreitamente vinculada a teoria tradicional, por sua crença na neutralidade e no distanciamento do profissional, na objetividade dos estudos, na redução dos fenômenos a fórmulas matemáticas. Acima de tudo têm-se pautado pela busca de explicações teóricas gerais, leis universais, dentro dos padrões vigentes do cientificismo asséptico.

No caso da Biblioteconomia, Mostafa (1985, P.60) identificou a teoria tradicional em todas as etapas da prática bibliotecária: seleção e aquisição, representação bibliográfica e disseminação. A autora considera que as limitações intrínsecas à teoria tradicional se refletem nas limitações das práticas e teorias da Biblioteconomia impedindo que as bibliotecas cumpram sua função transformadora.

Silveira explora em artigo de (2008) a mudança ocorrida na profissão bibliotecária de um profissional de formação humanista com as atividades voltadas para a cultura, para a educação, para o saber, para o conhecimento, responsável pela organização e salvaguarda do patrimônio intelectual para o Moderno Profissional da Informação que deve conjugar de maneira fluida o exercício das rotinas tradicionais de uma biblioteca com o uso crescente das novas tecnologias informacionais, além de incorporar em seu fazer os inúmeros procedimentos administrativos que configuram as etapas de produção, captação, preservação e disseminação da informação.

O bibliotecário humanista, em sua maioria filósofos, cientistas, poetas ou religiosos, era sustentado por uma sólida formação erudita a partir da qual, e por intermédio de sua atividade profissional e intelectual, interferia diretamente na paisagem sócio-cultural onde se encontrava alocado. O moderno profissional da informação tem um novo perfil de atuação e insere-se no rol das atividades que impulsionam o moderno mercado da informação o que exigiu repensar os atributos que por longa data definiram o saber biblioteconômico.

Para tanto, tornou-se necessário converter uma área que se preocupava apenas em satisfazer às necessidades espirituais do homem através do exercício de preservação, organização e disseminação do escrito em uma profissão que participa ativamente de todas as facetas do circuito de produção informacional.

Almeida Junior (2000, p.42) destaca da tendência na biblioteconomia de realçar a dicotomia entre o antigo (o bibliotecário humanista) e o moderno profissional da informação. Para o autor, a Biblioteconomia sempre foi alocada nos espaços sociais que atuam com o espírito do homem ou no âmbito do espírito do homem. "As atividades dos bibliotecários estavam voltadas, dentro dessa visão, para a cultura, para a educação, para o saber, para o conhecimento e têm características que permitiriam incluí-los como segmentos direcionados para atender às necessidades no âmbito do espírito do homem" (ALMEIDA JUNIOR, 2000, p.45).

Para Almeida Junior (2000, p. 46) essa dicotomia ganhou força porque as coisas do espírito foram, erradamente, entendidas como opostas, como contrárias às atividades vinculadas à produção. Em um sistema capitalista, obviamente são consideradas de mais valor as atividades relacionadas à produção, relegando-se a um segundo plano aquelas norteadas para o espírito. "As coisas do espírito, quando é a produção que se reveste de importância, são consideradas e entendidas como secundárias e as profissões a elas ligadas são vistas pela sociedade como de baixo status, de baixo conceito" (ALMEIDA JUNIOR, 2000, p.45).

Isso levou a uma tentativa de mudar a imagem da profissão de uma área que atendia apenas os aspectos espirituais do homem para uma profissão que transitava no espaço da produção. A informação, objeto de estudo e trabalho da área deve passar de algo subjetivo para transformar-se em mercadoria. E é exatamente isso que acontece. Os aspectos concretos da informação são facilmente vislumbrados quando o armazenamento, o tratamento, a recuperação e a disseminação se realizam dentro de um aparato tecnológico.

Segundo Almeida Junior (2000, p.46) essa transposição parece ter dividido a Biblioteconomia em duas grandes fatias: a antiga e a moderna. A antiga é entendida como a fatia em que atua o bibliotecário, profissional obsoleto e que tem como função satisfazer necessidades espirituais do homem. A segunda fatia, a moderna, é o ambiente do profissional da informação, totalmente desvinculado do bibliotecário. A esse novo e moderno profissional cabe a responsabilidade pelo trabalho relacionado à informação, mas aquela que se refere apenas à ciência e à tecnologia, pois são estas objetivas e concretas.

Numa linha diferente, mas ainda destacando o percurso da Biblioteconomia, alguns autores centram-se em torno dos paradigmas que definem a área em determinados momentos de sua constituição histórica. Coelho Neto (1996) afirma que a Biblioteconomia está passando do paradigma do acervo para o paradigma da informação na biblioteconomia. Ele elenca “cinco motivos pelos quais não é mais possível falar em paradigma do acervo”:

O primeiro motivo pelo qual não se pode mais trabalhar com o paradigma do acervo é o seguinte: a biblioteca - ou a videoteca, ou a discoteca, ou o centro de documentação - não é mais um repositório. Segundo motivo: não cabem mais na organização do acervo a ideia da raridade e a ideia da impossibilidade de substituir. Terceiro: o acervo não pode mais trabalhar com a ideia da exclusão - não há mais acervo, não é? Quarto: não cabe mais a figura do intercessor, do intermediário. Quinto: não cabe mais a preocupação com a razão política na abordagem do acervo (COELHO NETTO, 1996).

O autor diz que, para levantar essa lista de motivos, utilizou o “método do desbastamento pela via negativa”. O ponto de partida foi a obra de Gabriel Naudé, intitulada “Conselhos para a formação de uma biblioteca”, publicada ainda no século

XVII. Segundo o autor, Naudé invalidava três paradigmas que eram vigentes naquela época.

O primeiro foi o paradigma da biblioteca como lugar de retiro. Formulado por Montaigne, propunha que a biblioteca fosse um lugar de retiro, à margem da vida cotidiana, um lugar de reflexão, silencioso. O autor diz que a queda da ideia da biblioteca como um local de retiro é motivo para abandonar o paradigma do acervo porque

Hoje, a informação e a reflexão a partir da informação ocorrem o tempo todo no lugar de trabalho, dentro de casa, dentro da escola, não há mais um lugar específico para este acervo [...] a informação não tem mais um lugar específico para se apresentar. A informação não se manifesta mais num lugar de retiro (COELHO NETTO, 1996).

O segundo paradigma invalidado por Naudé foi o “do gabinete de curiosidades, composto basicamente por obras luxuosas e raras”. Segundo o autor, atualmente não há mais livros raros, nem informação rara: “é sob esse aspecto que eu proponho que pensemos sobre a possibilidade de dividir o universo da informação, hoje, em dois tipos básicos: a informação que é substituível por outra e a informação que não é substituível”.

O terceiro paradigma é o do tratamento da informação, utilizado pelos jesuítas e baseado na seleção e no expurgo.

Esse modo de tratamento da informação era baseado fundamentalmente em duas operações, a seleção e o expurgo: só pode entrar no acervo os livros, as idéias, as informações que forem condizentes, convergentes, congruentes com uma forma de pensamento, neste caso, com um poder religioso; e desse acervo saem as obras, os livros, as informações e os autores cujas idéias e princípios não forem convergentes com o sistema ideológico válido (COELHO NETO, 1996).

Coelho Neto (1996) diz que um vetor importante neste terceiro paradigma, que Naudé invalidava, é a figura do intercessor, aqui comparado por ele ao intermediário nos dias atuais. O intercessor de lá era um “membro da ordem do poder”, um jesuíta, e intercedia junto a um poder maior; o de cá é o bibliotecário, mas de que também veste-se “com as roupagens desse indivíduo, que não apenas faz a mediação entre uma fonte de informação e o leitor, mas que na verdade funciona como canal de salvação do usuário”.

Para finalizar o autor diz que atualmente as bibliotecas ainda funcionam de acordo com o paradigma do acervo, mas que os avanços tecnológicos mudam esse cenário. O usuário não precisa mais ir à biblioteca para conseguir a informação que necessita. Do mesmo modo, o papel do bibliotecário é modificado, pois o usuário dispensa intermediário e vai direto à fonte de informação.

Essa discussão em torno de mudança de paradigma trazida por Coelho Neto reforça a dicotomia criticada por Almeida Junior (2000) entre o perfil de bibliotecário humanista e o moderno profissional da informação. Traz a impressão de que o antigo profissional é o responsável pelo acervo, é dispensável, o usuário não precisa mais desse profissional, e o atual, o moderno, é o profissional da informação, mais dinâmico, esse sim, atende às necessidades dos usuários.

Souza (1996) questiona essa ideia de que o novo paradigma da biblioteconomia é a informação em contraponto ao velho, o documento, ou o acervo. Diz que, embora a discussão seja pertinente, o objeto precisa ser melhor analisado. Ele questiona a utilização da ideia de paradigma, e ressalta que o conceito de paradigma, tal como utilizado por Thomas Kuhn, diz respeito às ciências naturais, mas que este conceito, embora não pareça facilmente aplicável às ciências sociais, é utilizado por pesquisadores desses campos, inclusive da biblioteconomia.

O autor fala em paradigmas da biblioteconomia, separando-os em tradicionais e novos. Segundo ele:

A Biblioteconomia opera com informação e com suporte de informação [materialmente, documento] e tem na organização e controle do fluxo destes e nos sujeitos [geradores e consumidores] de informação os objetivos determinantes do seu campo científico. Historicamente, ela trabalha com aqueles objetos, e embora mudem formatos e suportes, segundo o nível de atualização tecnológica de cada época, os objetos informação e organização de seu fluxo são os mesmos. O que há são novos sujeitos [geradores e consumidores] de informação internada nos diferentes suportes. Contudo, nessas novas circunstâncias, o instrumental de organização e de controle seguirá os mesmos princípios voltados à identificação, coleta, reunião, difusão e disponibilização da informação em seus suportes (SOUZA, 1996, p.4).

De acordo com Souza (1996, p.5) os (“atuais e já velhos”) paradigmas tradicionais da biblioteconomia baseiam-se nos estudos de Melvil Dewey e convergem em: “organização da informação, especialmente a difundida nos formatos livros, folhetos

e periódicos sobre o suporte papel”; “classificação do conhecimento em Sistemas de Organização ideográfica, o que exige também o estabelecimento de procedimentos para a descrição de livros, folhetos e periódicos, como exigência para garantir sua localização física”; “organização de currículos escolares para a formação de organizadores da informação e classificadores do conhecimento”.

O autor resume os paradigmas tradicionais da biblioteconomia em: “Modelo Deweyano de Organização da informação”; e “Modelo Deweyano de Educação bibliotecária”. Segundo ele, isso remete a um paradigma geral que pode ser chamado de “Paradigma da Estabilidade da Organização da Informação”.

Segundo o autor os novos paradigmas da biblioteconomia ainda estão em construção, baseados principalmente no trabalho de S. R. Ranganathan. Para ele, os modelos Deweyanos entraram em crise “porque em crise está a concepção do universo determinado, fechado, concebido pela visão pragmática de Melvil Dewey, conformada pelas estruturas mentais do século XIX”. Ele chama o novo paradigma da biblioteconomia de “O modelo Ranganathiano de organização da informação”.

A enorme expansão econômica e técnica dos últimos 50 anos vem exigindo cada vez mais a adoção de modelos organizadores da informação, que apresentem melhor performance. Quem melhor respondeu a isso foi o paradigma que hoje vem se tornando predominante na medida em que possibilitou a criação de Tesouros, como mecanismos eficazes de controle terminológico facilmente manipuláveis em computador. Assim, é possível dizer-se que o paradigma novo na Biblioteconomia deste final de século é: O MODELO RANGANATHIANO DE ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO (SOUZA, 1996).

O autor ainda diz que junto com o Modelo Ranganathiano vem “a novidade que o acompanha, e que por enquanto soa mais como uma problemática, mas que chegará a um paradigma Educacional”: a questão da Comunicação Bibliotecária. Na concepção Deweyana o projeto educacional era “linear, racional e positivista”. Nas novas concepções paradigmáticas da biblioteconomia, o projeto “tende a ser coerente com a ideia de Universo Heraclítico, ou seja, tudo é fluxo, tudo é energia em movimento”. Um modelo centrado na comunicação, chamado pelo autor de “Paradigma do fluxo da informação”.

Tomado como a matriz do estudo da Biblioteconomia, o Paradigma do Fluxo da Informação está se tornando o cerne de sua pesquisa e será a diretriz de preparação dos recursos humanos, sendo a disciplina Comunicação Bibliotecária o foco central do Currículo do Curso que se deseje contemporâneo com este final de milênio (SOUZA, 1996).

Por fim Souza (1996) diz que o novo (ou os novos) paradigma, “chamado equivocadamente de o paradigma da informação”, é mais abrangente, “abrange os fluxos comunicativos que, por sua vez, absorve as formas que transportam informação”. O autor ainda critica o fato de pouco ter sido feito na área para romper o “Paradigma da Estabilidade da Organização da Informação”: “Ao menos no Ocidente, salvo discussões pontuais, o esforço que se realiza converge para a manutenção dos sistemas decimais de organização do conhecimento e da informação”.

Fonseca (2007) aborda o percurso histórico da Biblioteconomia de forma diferente de Ortega e Almeida Junior. O autor parte da sistematização do conhecimento e da divisão e especialização das ciências, enfocando a biblioteconomia e suas áreas fronteiriças. Aborda pontos do percurso histórico da área e estabelece suas relações com outros campos como a documentação, a bibliografia e a ciência da informação. Segundo o autor "a biblioteconomia está inserida no campo das ciências documentológicas, e estas se inscrevem no campo de uma ciência das ciências". Ele considera que o conhecimento possui três ramos: a ciência das ciências – que engloba a biblioteconomia, a arquivologia, a museologia e outras – as ciências da natureza e as ciências da cultura, ou ciências do espírito (FONSECA, 2007, p.9).

As áreas inscritas sob o termo ciência das ciências dividem-se em teóricas e documentológicas. Estas dividem-se ainda em aplicadas e de natureza histórico-descritiva. A biblioteconomia é classificada pelo autor como uma ciência documentológica aplicada: “classificamos a biblioteconomia entre as ciências documentais aplicadas: ao lado, portanto, da arquivologia, da museologia e dos serviços de documentação científica (a palavra documentação é aqui usada em sentido restrito)” (FONSECA, 2007, p.9).

Fonseca (2007) define como elementos principais da Biblioteconomia o livro, a biblioteca, o leitor e o bibliotecário. Não o livro como artefato de papel impresso, mas o livro como forma de vida humana como veículo de comunicação. O conceito de biblioteca tratado pelo autor é o de biblioteca não como coleção de livros e outros documentos, devidamente classificados e catalogados e sim como assembléia de usuários de informação.

2.3 Trajetória da Ciência da Informação na sua constituição enquanto campo científico

É comum na literatura identificar-se o início da Ciência da Informação com a Conferência Internacional sobre Informação Científica, ocorrida em 1958, e com as conferências ocorridas no *Georgia Institute of Technology* em 1961 e 1962, momentos em que, pela primeira vez, a expressão “ciência da informação” foi utilizada para denominar eventos científicos (ROBREDO, 2003). Em termos institucionais, contudo, é comum fazer a referência aos primórdios da Ciência da Informação na Documentação, área surgida com as ações e propostas de Otlet e La Fontaine ainda no final do século XIX.

Nhemy *et al*, quando da discussão em torno da evolução da Ciência da Informação, admitem a existência de duas correntes em oposição:

Uma corrente é a da defesa da biblioteconomia como núcleo duro da ciência da informação que parte expressamente dos praticantes de formação bibliotecária e uma outra que é a da proposta de autonomia dessa disciplina que tem a adesão de profissionais de diversas formações e que por isso trazem para o campo uma multiplicidade de paradigmas, ou melhor, de visões do mundo e até de posições sobre os objetos ou que problemas devem merecer a atenção dos praticantes e, portanto sobre o que deve passar por escrutínio, o que deve ser investigado pelo cientista da informação (NHEMY, *et al*, 1996).

Ortega (2004) em trabalho onde busca apresentar as relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação conclui que a Biblioteconomia, a Documentação e a Ciência da Informação são áreas que se relacionam conceitual e historicamente. Para essa autora:

A Biblioteconomia tem origem efetiva na atividade de preservação das unidades do conhecimento registrado, alterando-se com o tempo por meio da democratização do acesso à educação e à cultura em atividade de gestão de serviços de biblioteca, porém sem constituir área cientificamente fundamentada no seu todo [...] A Documentação, uma dissidência da anterior, mas também componente dela caracteriza-se pelo tratamento do conteúdo dos documentos, pela diversidade dos tipos de registros de informação com que trabalha e pelo uso otimizado das inovações tecnológicas em seus processos. Deu insumo à Ciência da Informação que, entendida como ciência pós-moderna, portanto interdisciplinar e sem vinculação a paradigma único, reflete a mudança instaurada no século XX pela comunicação, pela tecnologia eletrônica e pelos fluxos de informação (ORTEGA, 2004).

Smit, Tálamo e Kobashi (2004) na mesma linha de Ortega consideram poder vislumbrar um eixo evolutivo que se inicia na Biblioteconomia, da qual – ou contra a qual - surge a Documentação, mas que não a substitui. A Ciência da Informação, por sua vez, surge no pós-guerra, com múltiplas definições e abrangências: no que nos concerne reconhecemos que uma boa parte dos objetivos da Ciência da Informação encontra seu nascedouro na Documentação, embora a esta tenham sido agregadas as tecnologias da informação, modificando as dimensões espaço-temporais da guarda e da transmissão da informação.

Dias (2000), outro autor que defende esta via, assevera que:

A ciência da informação, *strictu sensu*, é caudatária direta de uma longa tradição de tratamento da informação especializada, que começa na biblioteconomia com as bibliotecas especializadas, passa pelos centros de documentação e, hoje em dia, prefere a terminologia *ciência da informação*. Um dos problemas com essa terminologia é que é aceitável para atividades de estudo e pesquisa, mas pouco sonora e um tanto pedante para designar a prática profissional. Assim, o termo documentação que, conforme vimos continua sendo bastante usado, poderia ter sua utilização incrementada para designar a prática profissional em áreas especializadas do conhecimento, ao passo que a utilização do termo ciência da informação ficaria restrita s atividades de pesquisa científica realizadas na área (DIAS, 2000).

Pombo (2010, p.34) entende que a Ciência da Informação recupera metodologias ligadas às práticas que os bibliotecários e documentalistas foram apurando ao longo dos séculos, desde os adquiridos da Biblioteconomia de Naudé (1600-1653) até à Documentação de Paul Otlet (1868-1944), e cruza essas práticas com as adquiridas da História, da Antropologia, da Sociologia, das Ciências da Comunicação, mas também com os novos problemas pensados pela Cibernética de Wiener (1894-1964), pela Matemática de Shannon (1916-2001), ou pela engenharia de Vannevar Bush (1890-1974). A autora prossegue destacando que a Ciência da Informação:

[...] tem como objeto a informação, mais especificamente, o registro, armazenamento e conservação da informação; a sua organização, classificação, ordenação; a comunicação, transmissão e disseminação da informação de modo a torná-la disponível, acessível e útil a todos os que dela necessitam. Porém, sabemos que o problema de que a ciência da informação se ocupa é muito antigo, que ele se coloca desde, pelo menos, as tábuas de Calímaco em Alexandria ou os inventários bibliográficos medievais. Sabemos que a moderníssima Ciência da Informação tem raízes muito profundas nas práticas dos bibliotecários e dos arquivistas de todos os tempos., no *Pandectarumsive Partitio num universalium* (1548) de Conrad Gessner (1516-1565); no *Polyhistorliterarium, philosophicum et practicum*(1707) de Georg Morhof (1639-1691), bibliotecário de Kiel; na *Idea Bibliothecae Publicae Secundum Classes Scientiarum Ordinandae de Leibniz* (1646-1716), bibliotecário de Wolfenbuttel; no *Advispour Dresser une Bibliothèque*(1627) de Gabriel Naudé (1600-1653); em Henry Lafontaine (1853-1943) e Paul Otlet (1868-1944) (POMBO, 2010, p.38).

Para a autora, o que é novo, diria, é a dimensão do problema, o seu caráter gigantesco, colossal, em grande medida decorrente da entrada das novas tecnologias no universo da comunicação e circulação de informação.

Divergindo dos autores acima, e representando a corrente que defende a autonomia da Ciência da Informação, PINHEIRO (1995) destaca que a ciência da informação é uma disciplina autônoma e possui suas raízes embrionárias no período histórico onde o desenvolvimento científico e tecnológico, proveniente dos esforços de guerra dos anos 30, passou a permear o capitalismo industrial, que se deparou com o crescimento exponencial da informação. A denominada explosão da informação caracterizou esse momento, em que a informação se torna basilar para o progresso econômico, ancorado no binômio ciência e tecnologia.

Oliveira (2008) justifica esta autonomia destacando que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação baseiam-se em orientações paradigmáticas diferentes. Para isso recorre a Miksa (1992) que destaca que o paradigma da Biblioteconomia está em um grupo de ideias relacionadas com a biblioteca, então considerada como uma instituição social. Já o paradigma da Ciência da Informação compõe-se de um grupo de ideias relativas ao processo que envolve o movimento da informação em um sistema de comunicação humana.

Saracevic (1996) advoga que como muitos outros campos interdisciplinares (como ciência da computação, pesquisa operacional) a Ciência da Informação teve sua

origem no bojo da revolução científica e técnica que se seguiu à Segunda Guerra Mundial.

Dentre os eventos históricos marcantes, o ímpeto de desenvolvimento e a própria origem da CI podem ser identificados com o artigo de Vannevar Bush². Bush identificou o problema da explosão informacional, o irreprimível crescimento exponencial da informação e de seus registros, particularmente em ciência e tecnologia. A solução por ele proposta era a de usar as incipientes tecnologias de informação para combater o problema (SARACEVIC, 1996).

Nos anos 1950, uma massa crítica de cientistas, engenheiros e empreendedores começaram entusiasticamente a trabalhar o problema e a solução apontados por Bush. Saracevic (1996) destaca que considerando o problema da informação conforme definido, isto é, a *explosão informacional*, a recuperação da informação tornou-se uma solução bem sucedida encontrada pela CI e em processo de desenvolvimento até hoje. Para o autor, o trabalho com a recuperação da informação foi responsável pelo desenvolvimento de inúmeras aplicações bem sucedidas (produtos, sistemas, redes, serviços). Mas, também, foi o responsável por duas outras coisas: primeiro, pelo desenvolvimento da CI como um campo onde se interpenetram os componentes científicos e profissionais. Certamente, a recuperação da informação não foi a única responsável pelo desenvolvimento da CI, mas pode ser considerada como principal; ao longo do tempo, a Ciência da Informação ultrapassou a recuperação da informação, mas os problemas principais tiveram sua origem aí e ainda constituem seu núcleo.

Wersig e Neveling (1975) destacam que a “ciência da informação” não se desenvolveu a partir de um outro campo de estudo (como a psicologia), nem da intersecção de dois campos (como a bioquímica), mas a partir das exigências de uma área de trabalho prático, denominada “documentação” ou “recuperação da informação”. Embora a introdução de novas tecnologias, particularmente do processamento eletrônico de dados, tenha determinado a emergência desta disciplina, as contribuições para o nascimento da “ciência da informação” vieram de

² BUSH, Vannevar. As we may think. *Atlantic Monthly*, v. 176, n.a, p.101-108, 1995.

muitas disciplinas distintas (devido às diversas formações das pessoas que ingressaram num campo em que não havia nenhum sistema educacional estabelecido) e foram provocadas por uma série de diferentes interesses (devido às diferentes áreas de aplicação envolvidas com o trabalho de informação). Algumas delas são:

- Ciência dos computadores (uma vez que a tecnologia exerceu um importante papel);
- Biblioteconomia (uma vez que muitas das pessoas da área haviam sido treinadas como bibliotecários);
- Filosofia e taxonomia (uma vez que os fenômenos da classificação exerceram um importante papel);
- Linguística (uma vez que a linguagem natural exerceu um importante papel, tanto como objeto quanto como instrumento de trabalho prático);
- Teoria da informação (talvez pela similaridade terminológica);
- Cibernética (uma vez que todos, à época, procuravam trabalhar modelos cibernéticos); e
- Matemática (uma vez que há sempre alguém procurando aplicar a realidade a alguma linda fórmula matemática).

Os autores prosseguem destacando que esta variedade de abordagens levou a uma situação em que cada participante da discussão poderia concordar na eventual existência de algo chamado “ciência da informação”, contanto que ela fosse a sua ciência da informação, baseada na sua formação específica. As dificuldades na discussão dos fenômenos que podem pertencer à “ciência da informação” são parcialmente motivadas:

- Pelas diferentes formações dos participantes (ver acima);
- Pela inexistente derivação histórica de todo o campo. Uma vez que a ciência da informação surgiu numa época específica, dever-se-iam estudar os processos históricos que provocaram a emergência desta ciência da informação. Estes estudos poderiam fornecer um entendimento mais amplo daquilo de que estamos falando; e
- Pelas diferenças terminológicas no uso do termo ‘informação’.

Gonzalez de Gomez (2000) entende que o campo das atividades e dos estudos da informação reformulava o espaço de saberes e técnicas até então ocupado quase exclusivamente pelas instituições de memória e a documentação (bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação) e com o auxílio das novas tecnologias, colocava como seu eixo e função a construção de cartografias de meta-informação ou de “informações sobre a informação”.

Do ponto de vista conceitual, Araújo (2013) conjugando as contribuições de diferentes autores aponta a existência de pelo menos três grandes conceitos de informação. Os conceitos são enumerados em quadro abaixo:

Quadro 1: Diferentes conceitos de informação

Autor	Conceito 1	Conceito 2	Conceito 3
Rendon Rojas (1996)	Sintático (estudo das <i>formas</i> , das fontes e sistemas de informação em suas características materiais)	Semântico (estudo dos <i>conteúdos</i> das fontes e sistemas de informação)	Pragmático , com foco nos propósitos, nos <i>usos concretos</i> dos conteúdos disponibilizados pelas formas físicas)
Saracevic (1999)	Sentido restrito: informação consiste em sinais ou mensagens envolvendo pequeno ou nenhum processamento cognitivo	Sentido amplo: informação envolve diretamente processamento cognitivo e compreensão.	Sentido ainda mais amplo: informação existe em um contexto.
Ørom (2000)	Físico (a informação “tal como existe no mundo”)	Cognitivo (o conhecimento é influenciado e alterado por fatores cognitivos)	Alternativo – A mensagem é vista como a construção de signos que, através da interação entre receptores, torna possível a produção de sentidos.
Fernandéz Molina e Moya-Anegón (2002)	Positivista: consistiu numa abordagem fisicalista do estudo da informação	Cognitivo, essencialmente mentalista	Sociológico: valorização do “contextualismo” na CI
Silva e Ribeiro (2002)	Físico: (a informação ela é mensurável, reprodutível e transmissível)	Semântico: (a informação tem pregnância simbólica)	Pragmático: (a informação é estruturada pela ação humana e integrada dinamicamente aos contextos em que emerge)
Capurro (2003)	Paradigma físico: a informação é algo, um objeto físico, que um emissor transmite a um receptor.	Paradigma cognitivo: algo é informacional na medida em que altera as estruturas de conhecimento do sujeito que se relaciona com dados ou documentos	Paradigma social: voltado para a constituição social dos processos informacionais
Salaün e Arsenault (2009)	Forma (o signo, aquilo que confere existência material, que o faz ser perceptível)	Conteúdo (o texto, aquilo que faz dele algo inteligível, compreensível)	Meio (ou a relação, o uso social)

Fonte: ARAÚJO (2013)

Araújo (2013) destaca que o primeiro conceito de informação é mais restrito e está vinculado à sua dimensão material, física, sendo o fenômeno estudado a partir de uma perspectiva quantitativa e positivista. Nos anos seguintes, tomou corpo um conceito um pouco mais amplo voltado para a dimensão cognitiva, sendo informação algo associado à interação entre dados (aquilo que existe materialmente) e conhecimento (aquilo que está na mente dos sujeitos), e seu estudo relacionado à identificação de significados, interpretações. Por fim, as tendências contemporâneas implicam um grau maior de complexidade e abstração, com a inserção da informação no escopo da ação humana e no âmbito de contextos socioculturais concretos.

Pinheiro (2005) divide o percurso histórico da Ciência da Informação em três fases. A **fase conceitual e de reconhecimento interdisciplinar**, que vai de 1961/62 até 1969 tem como destaque a definição de Ciência da Informação de BORKO (1968) baseada em artigo de Taylor publicado no ARIST em 1966, definindo “... é uma ciência interdisciplinar derivada e relacionada com a matemática, a lógica, a lingüística, a psicologia, a tecnologia de computadores, a pesquisa operacional, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a administração e assuntos correlatos”.

De 1970 a 1989, **fase de delimitação do terreno epistemológico** onde surgem os princípios, metodologias e teorias próprios com destaque para a influência das novas tecnologias. Neste período, PINHEIRO (2005) destaca os trabalhos de Harmon (1971), Foskett (1973, traduzido e publicado no Brasil em 1980), Wersig e Nevelling (1975) e Yuexiao (1988), na manifestação de seu pensamento sobre a interdisciplinaridade da Ciência da Informação com diferentes áreas. Além destes, Saracevic (1992,1999), cuja profícua produção vem desde a década 70 e se estende até os dias de hoje, possibilitando acompanhar o aprofundamento de suas idéias.

Na década de 90, Pinheiro (2005) destaca como a **fase de consolidação da denominação e de alguns princípios, métodos e teorias com o aprofundamento da discussão sobre interdisciplinaridade com outras áreas**. Segundo a autora a

contribuição mais consistente, em termos de explicitação da interdisciplinaridade, é de Saracevic (1992, 1997). Além dele, Wersig (1993) e alguns teóricos que também apresentaram trabalhos na reunião sobre “Concepções da Ciência da Informação e da Biblioteca: perspectivas históricas, empíricas e teóricas”, realizada em Tampere, na Finlândia, em 1991, cujos anais foram publicados por Vakkari e Blaise Cronin, em 1992.

2.4 A trajetória da Museologia na sua constituição enquanto campo científico e profissional

Como campo prático, a Museologia tem uma longa história, o contrário de sua constituição científica que é recente ainda está em processo de construção. Muitos autores têm se dedicado a traçar um panorama desses conhecimentos, gerando diferentes agrupamentos. Ao analisar a literatura sobre teoria museológica, STRANSKY (2008, p.103) conclui que do ponto de vista gnosiológico e metodológico, ela não corresponde às exigências presentes, pois:

- Uma grande percentagem de trabalhos permanece no âmbito da historiografia de museus; muitos trabalhos se concentram na descrição de atividades individuais em museus, ou, no melhor das hipóteses, alcançam o nível de generalização e classificação empíricas.
- Há relativamente poucos trabalhos penetrando mais fundo em sua intenção de descobrir. Muitos trabalhos que atendem aos requisitos metodológicos o fazem na esfera de disciplinas científicas vinculadas [aos museus], e não através de uma apropriada abordagem teórica da museologia.

Os primeiros traços de um conhecimento teórico específico em Museologia surgiram com a publicação dos primeiros tratados relativos aos museus, como os de Quiccheberg, Comenius e Camilo (MAIRESSE; DESVALLÉS, 2005). Entre os séculos XV e XVII, proliferaram tratados e manuais voltados para as regras de procedimentos nas instituições responsáveis pela guarda das obras, para as regras de preservação e conservação física dos materiais, para as estratégias de descrição

formal das peças e documentos, incluindo aspectos sobre sua legitimidade, procedência e características.

Com a Revolução Francesa e as demais revoluções burguesas surge o conceito moderno de “Museu Nacional”, que tem no caráter público sua marca distintiva, e no *Musée du Louvre* sua instituição paradigmática (Poulot, 2002). São formadas as grandes coleções, operam-se amplos processos de aquisição e acumulação de acervos – o que reforçou a natureza custodial destas instituições.

Ao longo do século XIX, surgiram diversos manuais, como os de Rathgeber, Graesse e Reinach, que buscaram estabelecer o projeto de constituição científica do campo dedicado aos museus, mas ainda na vertente de uma “Museografia”, isto é, de um trabalho técnico de descrição nos museus, na linha inaugurada por Neickel em 1727 (MAIRESSE; DESVALLÉS, 2005).

Com a expansão do positivismo para as ciências sociais e humanas e a influência desse movimento na Museologia promoveu-se, contudo, a “libertação” da Museologia das outras disciplinas das quais ela era apenas um campo auxiliar (as Artes e a História, sobretudo). Houve uma relativa autonomização, abrindo caminho para a construção de um campo científico específico dedicado aos museus.

Alguns autores tentaram desenvolver um percurso teórico para a Museologia, dividindo a área em fases, momentos e influências geográficas. Mairesse e Desvallés (2005), por exemplo, apresentam cinco fases da Museologia, sendo a primeira fase marcada pela publicação da obra de Quiccheberg em 1565, a segunda fase vem com aparição do termo “museologia” no século XIX, a terceira fase dá-se com o nascimento do *International Council of Museums* (ICOM), a quarta fase é representada principalmente, pelo surgimento da Nova Museologia e, por fim, a quinta fase dá-se com o fenômeno do museu virtual.

Já tendo como base a influência geográfica Gómez Martínez (2006) constata a existência de “duas” museologias: uma que tem como modelo de inspiração o

Musée du Louvre, denominada pelo autor como 'mediterrânea', e outra construída sob a influência do *British Museum*, denominada 'anglo-saxã'.

Bolaños (2002), apresenta os três grandes momentos da Museologia, sendo o primeiro momento destacado herança vinda do século XIX (1900-1935), o que ele denomina como as décadas obscuras (1936-1967) e a mundialização do museu, com sua expansão para todos os contextos (1968-2000).

Outra autora que busca apresentar a trajetória de constituição teórica da Museologia é Suely Cerávolo (2004, p.253) que destaca que o primeiro a discutir o objeto da Museologia foi J. Neustupny em 1950. Após 1965, com as discussões sobre o objeto da Museologia em Brno (Tchecoslováquia), elas proliferaram e se “cristalizaram em poucas bem-definidas escolas de pensamento”.

No final do século XIX, em plena vigência do modelo custodial e tecnicista, começaram a ser produzidas, em diferentes contextos, diversas reflexões e pesquisas sobre os museus. Cerávolo (2004, p.253) destaca o trabalho de Van Mensch que busca agrupar por objeto de conhecimento uma série de perspectivas, geradas a partir de três pontos: **o objeto de museu, o museu e as funções de museu**. Para VAN MENSCH haveria “museologias”, já que as perspectivas se alternam e se interseccionam, fazendo brotar outras alternativas, mas que não se afastam muito desse tripé. Dentre os aspectos procurados esperava-se mapear leis que regessem a Museologia.

Articulada sobre o **objeto de museu** (“herança” recebida), a Museologia seria uma decorrência da aplicação da metodologia dialético-materialista, pela qual os objetos passam a ser vistos como fontes primárias de conhecimento. Nesse caminho, ela choca-se com as chamadas disciplinas de base uma vez que, para estudar esses objetos materiais, recorre-se a outras disciplinas.

Cerávolo (2004, p.254) destaca como pontos de secção no horizonte a Museologia, o trabalho de Stránsky que propôs o critério de “musealidade” ressaltando o valor

documental do objeto ou o objeto percebido como documento, já que representativo de certos valores sociais. Outro autor destacado por Cerávolo é Ivo Maroevic que defende que a Museologia lidaria com a informação “estocada dentro da estrutura material [da] museália”, e não com o objeto em si. Dessa forma, distingue-se a “informação cultural”, de interesse da Museologia, da “informação científica” de interesse das disciplinas de base.

A Museologia apoiada nas funções dos museus *grosso modo* corresponderia às atividades específicas também sobre objetos, ou seja, o estudo das atividades de museu ou dos seus trabalhos (Cerávolo, 2004, p.254), ressaltando o trabalho e profissão como algo próprio e particular de museus, e sua também particular atribuição social, sua missão.

Para além destes três pontos destacados por Van Mensch, Cerávolo (2004) destaca o surgimento da Nova Museologia. Os adeptos dessa filosofia de ação preconizavam uma museologia popular, cujo aspecto significativo seria compreender e empregar as atividades de preservação do patrimônio – o zelo pela Cultura – como operadoras concretas de transformações, auxiliando inclusive a revitalização de postos de trabalho e retomando artesanias, atividades agrícolas e industriais (CERÁVOLO, 2004, P.259).

O cerne dessa concepção de museu localizava-se numa noção ampla de patrimônio, dito “patrimônio total”, e compreendia, conforme Mathilde Bellaigue (2000) “as paisagens, sítios, edificações, bem como os objetos que são portadores de história ou de memória”. Essa proposição casa-se com a proposta de que os museus se dessacralizassem, se socializassem e se envolvessem com populações ou comunidades, guiados pela aproximação com elementos do patrimônio, ampliando a noção desse e do que poderia ser um acervo (e não os preterindo). A inserção da comunidade no processo seria de tal monta que todos poderiam se tornar “conservadores de museu” (CERÁVOLO, 2004, P.260).

Cerávolo (2004, p. 260) destaca que essa movimentação e as expectativas de mudança acabaram acarretando, no âmbito institucional do ICOM, uma sequência de conceitos expressos em documentos oficiais: o de “museu integral”, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto do seu meio material e cultural (Chile, 1972); o de Nova(s) Museologia(s), “eco museologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia ativa”, como modo de gestão importante para o desenvolvimento das comunidades (Declaração de Québec, 1984), e alguns anos mais tarde, o de “museu integrado” da Declaração de Caracas (1992).

Com o intuito de sistematizar o conhecimento desenvolvido na área de Museologia Araújo (2012) separa as diversas contribuições e pesquisas desenvolvidas a partir do final do século XIX em quatro grandes grupos, uma corrente funcionalista; a abordagem crítica; os estudos sobre visitantes, os estudos sobre representação e, as abordagens contemporâneas.

A **abordagem funcionalista** desenvolveu-se no Estados Unidos com a ideia do *Museum Education*. Segundo Araújo (2012) seus motes foram o ideal iluminista da universalidade, isto é, do acesso a todos os cidadãos, e o discurso da eficácia (o imperativo do retorno, para a sociedade, dos investimentos feitos), também convoca a que se pense e problematize as funções dos museus. A matriz funcionalista coloca na agenda de reflexões e práticas questões sobre quais eram ou deveriam ser as funções dos museus na sociedade e quais as barreiras e impedimentos para o cumprimento destas funções.

Araújo (2012) destaca que o funcionalismo acabou por se manifestar em outras realidades. Na França, desenvolveu-se após a década de 1950, no plano teórico, com André Malraux, que propôs o seu “museu imaginário” em oposição ao museu “necrópole”, fossilizado. Anos depois, os museus inseriram-se nas temáticas das políticas culturais e de engenharia cultural (Mollard, 1994). No campo da prática, deu-se com a criação, em 1971, do *Centre National d’Art et de Culture Georges Pompidou*, em Paris, que nasceu com a proposta de ser um centro “vivo”, “democrático”.

No Canadá, a abordagem funcionalista se deu com menos ênfase na ideia de educação e mais no conceito de “comunicação”, com os trabalhos pioneiros de Cameron (1968). A ideia de que a difusão é a função básica do museu acabou por enfatizar a ideia de comunicação, em que emissor, canal, mensagem e receptor deveriam ser “perfeitos” (isto é, adequados) e o ruído deveria ser eliminado (Rosas, 1994).

Nos anos 1980 com o desenvolvimento das tecnologias digitais, a perspectiva funcionalista revitaliza-se com as possibilidades de interatividade e design de exposições, com manifestações em várias escolas e correntes como, por exemplo, no grupo de pesquisadores ligados à Universidade de Leicester (Merriman, Pearce, Arnold, Hooper-Greenhill, entre outros) e, ainda no contexto inglês, com a *New Museology* defendida por Vergo (1989) e outros. Outras subáreas mais específicas da Museologia, também funcionalistas, são a dos estudos em tipologias de museus (já que, a diferentes tipos, correspondem diferentes funções) e a de gestão de museus a partir de estratégias de marketing, envolvendo autores como Moore e Tobelem (ARAÚJO, 2012).

Logo na virada do século XIX para o século XX, surge a **abordagem crítica** centrada tanto na crítica ao paradigma custodial/tecnicista quanto à corrente funcionalista. Seu ponto de partida foi uma concepção da realidade humana como fundada no conflito, na luta de interesses entre atores em posições desiguais por condições de domínio e legitimidade – por meio principalmente (mas não só) do conceito de ideologia. Araújo (2012) destaca como pioneiro dessa abordagem crítica o sociólogo francês Pierre Bourdieu, que inspirou toda uma geração de pesquisadores voltados para estudos críticos dos museus.

Bourdieu(2007) realizou reflexões a partir de extensas pesquisas empíricas, estudando não só um grupo ou classe específicos, mas com foco no relacionamento entre as diferentes classes. Também viu o papel que a cultura exerce na dinâmica social, ao apontar a percepção de que as relações de força no ambiente social não

se relacionam apenas com uma dimensão objetiva, fruto da distribuição desigual das riquezas econômicas, mas também possuem uma dimensão simbólica, operada por meio da escola, das artes e das práticas culturais – e também das visitas aos museus.

Bourdieu destaca o fato de que os grupos possuem diferentes relações com a cultura, e que no quadro dessa dinâmica se desenharia um processo pelo qual a existência em sociedade de cada um se daria por meio de processos de distinção, de marcação de distâncias, ou seja, as posições sociais e as práticas culturais não são dois fatores independentes, antes se relacionam, se constituem mutuamente, conformando uma estrutura mais ampla de relações sociais. Daí deriva o conceito de “capital cultural”, que se tornou a base de vários estudos posteriores sobre a realidade dos museus (LOPES, 2006).

Para Araújo (2012) a perspectiva crítica, a partir de Bourdieu, recoloca a questão da inacessibilidade dos museus para as classes populares num quadro de compreensão bastante diverso da perspectiva funcionalista, para a qual o museu deveria “elevar o nível” das massas, atuar como elemento de “democratização” da cultura. Nessa perspectiva, a questão é muito mais complexa, pois a prática de ir ao museu se insere como uma atividade de distinção, cumprindo um papel na dinâmica de marcação dos lugares e das distâncias sociais, ou seja, é apropriada como uma prática de distinção, exercendo um papel de construção da dimensão simbólica das relações sociais.

No início do século XX, os estudos funcionalistas perceberam a importância de se obter dados de satisfação junto aos visitantes dos museus. Nascidos como uma extensão desta corrente, **os estudos de visitantes** foram uma ferramenta de produção de diagnóstico para o planejamento e a otimização dos serviços e processos. Aos poucos, foram se convertendo numa subárea com relativa autonomia. Neste processo, se afirmaram a partir da crítica tanto aos estudos funcionalistas como aos críticos, na medida em que ambos tendiam a ver apenas a

ação dos museus sobre os indivíduos, estes tomados apenas como seres passivos, meros receptáculos de informação.

Como argumenta Pérez Santos (2000), os museus mudaram muito desde sua origem, saindo do fenômeno do colecionismo, das câmaras de maravilhas, passando pelos grandes museus modernos e chegando ao século XIX com o risco de se tornarem instituições obsoletas. Para evitar isso, precisaram conhecer seu público para melhor dirigir-se a ele. "Tratou-se de uma grande mudança dos museus: de depósitos de objetos (orientados para as coleções) para lugares de aprendizagem (orientados para os públicos)" (HOOPER-GREENHILL, 1998).

Araújo (2012) destaca que os primeiros estudos começaram no início do século, com Francis Galton seguindo os visitantes pelos corredores dos museus vitorianos e Benjamin Gilman estudando a fadiga e os problemas de ordem física na concepção de exposições nos museus. Nos anos seguintes, além dos estudos sobre comportamentos das pessoas nos museus, autores como Cummings, Derryberry e Gebhard buscaram ver o impacto das exposições sobre elas. Outros estudos continuaram os métodos de Robinson e Melton, como o de Kearns, em 1940, sobre as trajetórias das pessoas nos museus e o uso de folhetos; de Yashioka, em 1942, que buscou traçar uma tipologia dos visitantes (os que fazem uma visita completa, os que saltam partes, e os que passam mais de uma vez por certas partes) e o de Nielsen, em 1946, que buscou analisar hábitos de fotografar por parte dos visitantes.

Na década de 1960, Haris Shettel e Chanler Screven, focados na efetividade da transmissão das mensagens no processo expositivo, buscaram verificar o sucesso dos objetivos pedagógicos pretendidos pelos museus. Nas décadas seguintes, outras perspectivas teóricas acabam sendo desenvolvidas. Uma parte considerável se deu numa linha cognitivista, a partir da década de 1970, desenvolvida por autores como Eason, Friedman, Borun, Card, Moran e Newell, relacionando conceitos como percepção, aprendizado e memória com a experiência de visita aos museus. A outra parte dos estudos, de orientação construtivista, iniciada na década de 1980, expressa-se em teorias como o modelo tridimensional de Loomis, a teoria dos filtros

de McManus, o modelo sociocognitivo de Uzzell e a abordagem comunicacional de Hooper-Greenhill, entre vários outros.

Araújo (2012) citando Lopes (2006, p. 64), para o qual os estudos atuais tendem a passar “do conhecimento meramente sociográfico ao conhecimento propriamente etnográfico” de forma a penetrar na teia de sentidos do público, não de um público imaginado, mas de um público efetivo – e, por extensão, não o estudo de estratégias imaginadas, mas de táticas reais, inventivas, dispersas, imprevisíveis.

Uma outra abordagem destaca a por Araújo (2012) é a abordagem relacionada as **teorias da representação**. O autor destaca que desde sua origem como instituições modernas, os museus viram-se às voltas com tarefas relacionadas à representação de seus acervos. Inventariar, repertoriar, catalogar, classificar, nomear, descrever, organizar, são alguns dos termos que desde então vêm sendo utilizados para tratar de um campo de intervenções práticas que, num primeiro momento, constituiu-se apenas num nível tecnicista.

O paradigma historiográfico e nacionalista que marcou o contexto de nascimento dos museus modernos pautou em grande medida todos os processos de ordenamento, descrição, classificação e exposição dos acervos museológicos (MENDES, 2009). A partir do final do século XVIII, os museus sofreram também fortemente a influência dos ideais enciclopedistas que buscavam levar a termo uma “taxonomia de todo o mundo conhecido” (PÉREZ SANTOS, 2000, p. 20), de forma que os modelos de classificação das ciências incidiram fortemente sobre estas instituições.

Araújo (2012) destaca que foi a partir do trabalho de autores como Wittlin, Taylor, Schnapper, Roberts, Theather e Claudel, além do impulso dado pela formação da *Museum Documentation Association*, que se desenhou um campo específico de estudos em torno da documentação museológica. As preocupações, neste momento, giravam em torno das questões da normalização, da necessidade de ordem e controle para proporcionar a recuperação das peças, para a produção de

guias para os visitantes e também instrumentos de pesquisa para investigadores – e, paralelamente, em garantir que a ordenação não “matasse” o potencial artístico do museu, transformando-o em mausoléu (MARÍN TORRES, 2002).

Marin Torres (2002) destaca que o campo de estudos sobre a representação do e pelo museu se converteu em um “campo de investigação fértil que tem sido explorado nos últimos anos por alguns dos mais conceituados investigadores do campo”, tais como Lorente, Walsh, Karp, Lavine, Duncan, Shanks e Tilley (Semedo, 2006, p. 20).

No campo das aplicações práticas, Araújo (2012) destaca vários exemplos históricos de inovações em métodos de representação, como o historicismo radical de Dörner, os *period rooms* do Museu do Prado, o enfoque multidisciplinar do Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, a postura antirracista do Museu Trocadero e o modelo dinâmico do Museu de Etnografia de Neuchâtel, merecendo destaque, recentemente, a criação de edifícios que em si mesmos constituem peças museológicas, numa perspectiva inaugurada com o Museu Guggenheim de Bilbao.

Araújo (2012) apresenta os avanços mais recentes em Museologia. Entre os diversos desenvolvimentos teóricos e práticos no campo da Museologia que ocorreram nas últimas décadas, destaca-se a questão dos **ecomuseus** e da **Nova Museologia**. O autor enfatiza dois sentidos para a questão dos ecomuseus. Para isso recorre a Davis (1999) que explica que o conceito de “ecomuseu” surgiu no começo do século XX, sob o impacto das ideias ambientalistas, com a criação dos chamados “museus ao ar livre”, que, numa perspectiva ampliada de museu, incorporavam sítios geológicos ou naturais ao seu “acervo”.

Um outro sentido para o termo foi dado no âmbito do movimento da Nova Museologia. Nessa visão, os museus deveriam envolver as comunidades locais no processo de tratar e cuidar de seu patrimônio. Como coloca Davis (1999), o termo “território” é então utilizado para definir tanto os limites geográficos como também as

conotações dos sujeitos e comunidades que vivem no espaço, as apropriações que fazem dele.

Com isso, ressurgiu o conceito de ecomuseu, mas tomado num sentido que incorpora também as identidades culturais e a ideia de comunidade (Araújo, 2012). Van Mensch (1995) caracterizou esse movimento como a “segunda revolução” no campo da Museologia. Mudou o sentido de museu, de lugar de entrega de um conhecimento a uma comunidade (transmissão), para lugar construído pela própria comunidade (veículo de expressão de uma identidade).

O surgimento do movimento da Nova Museologia deu-se em 1972, na Mesa Redonda de Santiago do Chile, organizada pelo ICOM, que buscou debater a função social do museu e o caráter global das suas intervenções. Araújo (2012) destaca que surge aí a ideia do museu integral, tal noção busca propor que a relação que o homem estabelece com o patrimônio cultural passe a ser estudada pela Museologia e que o museu seja entendido como instrumento e agente de transformação social – o que significa ir além das suas funções tradicionais de identificação, conservação e educação, em direção à inserção da sua ação nos meios humano e físico, integrando as populações na sua ação.

O movimento da Nova Museologia foi formalizado na Declaração de Quebec, em 1984, defendendo a participação comunitária no lugar do “monólogo” do técnico especialista, tratou de colocar no lugar do tradicional tripé edifício/coleções/público da Museologia uma nova rede de conceitos composta por território, patrimônio e comunidade (ALONSO FERNÁNDEZ, 1999). A Nova Museologia recebeu adesão de teóricos de várias partes do mundo, como Burcaw (EUA), Van Mensch (Europa Ocidental) e Stránský (Leste Europeu). Teve diversos desdobramentos práticos (vários ecomuseus espalhados pelo mundo), teóricos (na direção de novas definições da instituição museu) e no âmbito da formação (influenciando os programas em estudos museológicos de centros como os de Brno, Leicester, Leiden, Newark, além da própria *Ecole du Louvre*).

Numa linha específica, Araújo (2012) destaca a reflexão sobre a musealização, que “consiste na metamorfose de objectos que, não deixando de ter valor social e cultural, adquirem outro, mais especial, com a nova recontextualização” (Magalhães, 2005, p. 12). Dessa forma, a musealização, mais do que mero processo técnico de adquirir, documentar e exibir um objeto, significa um “caminho que consiste em transformar objetos materiais e imateriais aparentemente vulgares em legados históricos ou testemunhos do desenvolvimento científico, técnico, artístico ou outro de uma determinada cultura” (MAGALHÃES, 2005, p. 12).

O fenômeno contemporâneo dos museus virtuais representa uma ampla dimensão com desdobramentos práticos e teóricos. Para Deloche (2002), a chegada da tecnologia digital à realidade dos museus representa muito mais do que apenas uma conjuntura nova à qual se adaptar, reformulando a própria concepção da instituição museal. Sem edifício ou coleções, marcos institucionais tradicionais, o museu precisa oferecer novos serviços, por meio de novas práticas e funções. Os usuários também se modificam em termos de ações e possibilidades. Assim, a adoção de tecnologias para o tratamento e o planejamento de exposições aproxima o museu do conceito de sistema de informação (Higgins; Main; Lang, 1996).

Araújo (2012) finaliza seu texto destacando que os modelos contemporâneos de abordagem da Museologia representam um grau maior de *abstração* na compreensão do fenômeno museal em contraste com o desenho das reflexões que vão do Renascimento ao século XIX que ancoram-se na extrema *concretude* dos objetos (a instituição museu, os acervos, as técnicas), as perspectivas desenvolvidas no século XX foram importantes para deslocar e ampliar o eixo de preocupações (para as funções sociais dos museus, seu papel nos tensionamentos sociais, as apropriações dos sujeitos, os efeitos de sentido gerados por seus acervos e pelas técnicas aplicadas). É o aprofundamento desse processo que acaba por conduzir às perspectivas contemporâneas, mais atentas à complexidade dos fenômenos e à inter-relação de seus elementos constituintes.

3 TRAJETÓRIA DO ENSINO DA ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA MUSEOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

3.1 A trajetória do ensino da Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil

A opção por trabalhar com a institucionalização das áreas da Biblioteconomia em Ciência da Informação em conjunto deu-se pelo entendimento que, apesar das diferenças destacadas existentes entre as áreas nos capítulos anteriores, no que tange ao processo de institucionalização percebe-se um percurso comum entre as duas no que tange a utilização do espaço institucional, as associações científicas e de ensino e nos periódicos científicos que atendem essas áreas.

O processo de institucionalização da Biblioteconomia inicia-se com o curso da Biblioteca Nacional criado em 1911, todavia este primeiro curso começou a funcionar apenas em 1915, pois no ano seguinte ao da sua criação, em 1912, o diretor da primeira seção, a de impressos, foi transferido para a segunda seção, de manuscritos, que não se julgou devidamente preparado para o desempenho das aulas. O primeiro curso de Biblioteconomia do país de formação eminentemente humanista, ligado à cultura e às artes, tinha forte influência francesa da École de Chartres. Para Souza (2009), esse modelo educacional francês que perdurou no ensino da Biblioteconomia até o final dos anos de 1920 era coerente com os parâmetros culturais da época, particularmente na cidade do Rio de Janeiro, então sede do poder político e administrativo federal.

O curso de feição nitidamente institucional visava atender tão somente as suas necessidades, de modo que o ensino era ministrado por meio de quatro disciplinas: Bibliografia, Paleografia e Diplomática, Iconografia e Numismática, as quais correspondiam, igualmente, às quatro seções da instituição. Além disso, o curso “[...] não tinha por finalidade transformar a sociedade, mas somente consolidar um projeto da elite dominante e, o mais possível, consolidar a Biblioteca Nacional em condições comparáveis àquelas mais importantes da Europa” (SOUZA, 2009, p. 47).

As mudanças econômicas, políticas e sociais da década de 1930, juntamente com a crescente influência norte-americana começavam a reverberar diretamente no ensino da Biblioteconomia, culminando com a criação em São Paulo, do primeiro curso com formação tecnicista, sob nítida influência norte-americana, ligado a atividades de tratamento e organização de documentos. Esse primeiro curso paulista desloca o foco do Rio de Janeiro para São Paulo, de uma Biblioteconomia à francesa para uma Biblioteconomia norte-americana, consolidando um ensino tecnicista e pragmático ao centrar-se nas disciplinas de catalogação, classificação, referência e organização de bibliotecas.

O crescente contato com o modelo americano ocasionou uma reforma significativa no existente curso de Biblioteconomia, da Biblioteca Nacional, sob a direção de Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, expressa pelo Decreto nº 6.440 de 27 de abril de 1944. Assim, o curso da Biblioteca Nacional passou a ser denominado de Cursos da Biblioteca Nacional (CBN), pois o ensino desdobrou-se em três níveis, e com finalidades diferentes, a saber: Curso fundamental de Biblioteconomia (CFB), Curso Superior de Biblioteconomia (CSB) e Cursos Avulsos (CA) (SOUZA, 2000).

As alterações advindas desta reforma permitiram que esses cursos fossem bastante demandados. Para Souza (2009) isso ocorreu devido à incorporação do modelo norte-americano em seu ensino, substituindo de vez a influência francesa e a lógica de formar profissionais aptos a trabalhar somente naquela instituição nacional.

Por fim, antes do curso de Biblioteconomia, da Biblioteca Nacional, ser transferido em 1969, para a antiga Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), esse curso passou por uma última reforma, através do Decreto nº 550 de 1º de fevereiro de 1962, o qual estabeleceu uma duração de três anos para o curso e incluiu novas disciplinas. No entanto, tal alteração só não modificou profundamente o ensino, porque já se havia consolidado, desde a gestão de Rubens Borba de Moraes (1945-

1947), a influência paulista, de origem norte-americana, em detrimento do modelo carioca (SOUZA, 2000).

Com o crescimento do número de cursos fez-se necessária implantação do primeiro currículo mínimo de Biblioteconomia, apesar de suas posteriores críticas, o currículo constituiu em um importante artefato à moda brasileira, o qual inaugurou a fase do ensino da Biblioteconomia com conteúdos voltados para a demanda nacional. Ademais, este currículo fixado em 16 de dezembro de 1962 possibilitou a uniformidade entre os conteúdos e a mobilidade dos alunos para qualquer uma das escolas em funcionamento naquele momento (LEMOS, 1973).

Na década de 1950 dá-se a aproximação da Biblioteconomia com a Documentação. Para explicar o histórico da Biblioteconomia no Brasil faz-se importante destacar sua forte relação com a Documentação. A Documentação surge no Brasil com a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) em 1954. Na época, faziam parte de seu quadro funcional, quase na sua totalidade, bibliotecários. Ao longo do tempo, as ações do IBBB caracterizavam-se pela tentativa de afastamento da Biblioteconomia convencional e uma aproximação mais efetiva da Documentação. O IBBB passou a trabalhar com uma visão mais ligada à documentação e, em decorrência, passou a se preocupar com a formação de profissionais graduados em diversos cursos.

Segundo Souza (1990, p.56), a criação do curso de Pesquisas Bibliográficas no IBBB em 1955 é um momento marcante da Biblioteconomia no Brasil. Este curso de especialização apontava o caminho que deveria seguir a Biblioteconomia no país. O Curso de Pesquisas Bibliográficas foi criado visando atrair profissionais formados em outras áreas e que trabalhavam ou queriam trabalhar com Documentação.

O IBBB passou a introduzir nos seus cursos de especialização, disciplinas que tratavam da bibliografia especializada e da documentação, bem como temas afins. Assim, os alunos dos cursos ministrados passaram a ser oriundos de áreas diversificadas, incluindo graduados em história, física, química e outras, “formando

uma geração de documentalistas que se preocupava com o conteúdo, e não com a sua forma, com a informação, e não com o seu suporte físico” (ZACHER, 2005, p.3).

No Brasil o que se observa é que houve a unificação da formação em Biblioteconomia e Documentação. Souza (1990, p.69) destaca as recomendações do terceiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação realizado em Curitiba em 1961. Dentre as recomendações sobre o ensino de Biblioteconomia no Brasil destacavam a busca de unificação na formação entre Biblioteconomia e Documentação. Recomendava-se que os currículos fossem reestruturados neste sentido e que os bibliotecários voltassem aos bancos escolares para se atualizarem em técnicas da Documentação.

Para Souza (2000) essa ação representa os esforços e uma alternativa para lidar com esse novo contexto, pois as formações de bibliotecários humanistas ou técnicos não mais atendiam plenamente às novas exigências. O ensino biblioteconômico estaria estagnado, visto que “o conservadorismo e a falta de criatividade eram manifestos nos currículos ministrados nas escolas existentes” (SOUZA, 2000, p. 68).

Sabe-se também que a presença da Documentação alterou não só o ensino, mas também o nome de um dos principais eventos da área, que passou de Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, para Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBBD), em 1959, com periodicidade até o corrente ano de 2013. Além disso, Castro (2000) acrescenta que a proximidade com a Documentação ocasionou polêmicas entre as fronteiras da Biblioteconomia, bem como serviu de condição *sine qua non*, para modificar a formação do bibliotecário, agora um profissional detentor de conhecimentos especializados, a serviço da ciência.

Com o surgimento dos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação inaugura-se outra fase no ensino da Biblioteconomia. Para Población (1992) a primeira fase da Ciência da Informação, que corresponde aos anos de 1970 a 1985, equivale à terceira fase do ensino da Biblioteconomia. Para essa autora o crescimento de novos cursos de graduação nessa primeira fase da Ciência da

Informação desperta a preocupação com a formação de recursos humanos, professores e pesquisadores para atuarem nas duas áreas de informação (Biblioteconomia e Ciência da Informação), levando, assim ao crescimento da pós-graduação em Ciência da Informação.

Em 1982 surge o segundo currículo mínimo para a Biblioteconomia que tal qual o primeiro currículo mínimo sofreu diversas críticas, as quais se davam no âmbito da formação do bibliotecário, muitas vezes classificada de generalista, por não possuir focos específicos em determinadas linhas; ou de tecnicista, pela falta de sensibilidade no trato com o usuário, suas necessidades e ambiente social (SOUZA, 2000).

Souza (2000) destaca que o ensino da Biblioteconomia, nos anos 1990, continuava carente de rumos que pudessem orientá-lo e atender aos interesses do país, sobretudo econômicos. Ele acrescenta ainda que após a “década perdida” ingressou por meio da diretoria da Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) um discurso originado pela Federação Internacional da Documentação (FID) acerca do “Moderno profissional da informação”, ocasionando uma destruição da formação e da identidade do Bibliotecário por um “profissional da informação” (SOUZA, 2000). Neste contexto é que surge o curso de graduação em Ciência da Informação da PUC Minas como alternativa a formação desse moderno profissional.

Nesta mesma década, impulsionado pelo crescimento dos cursos de Ciência da Informação as escolas e cursos de mestrado em Biblioteconomia mudam de nomes para mestrados e escolas de Ciência da Informação simbolizando a estreita relação imposta pela Ciência da Informação frente à Biblioteconomia, onde o desenvolvimento da Ciência da Informação se deu principalmente a partir da base acadêmica da Biblioteconomia (ARBOIT; BUFREM; KOBASHI, 2011).

Com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nota-se, particularmente, na diretriz do curso de Biblioteconomia a recomendação quanto aos conteúdos curriculares na direção

de que os projetos acadêmicos acentuem a adoção de uma perspectiva humanística na formulação de seus conteúdos, conferindo-lhes um sentido social e cultural, que ultrapasse os aspectos utilitários mais imediatos sugeridos por determinados itens. Essa recomendação pode ser vista como um alerta ao ensino da Biblioteconomia para que não exclua as questões sociais e culturais de seus currículos e não se reduza ao pragmatismo e tecnicismo, que marcou durante anos o seu ensino, sobremaneira, em sua segunda fase.

Atualmente, os cursos de Biblioteconomia localizam-se, em Centros, Faculdades, Institutos e Departamentos de Biblioteconomia e/ou Ciência da Informação. Quando não estão localizados nessa estrutura, encontram-se em Centros e Institutos de Ciências Humanas e/ou Sociais Aplicadas, com exceção do curso de Biblioteconomia da UFRJ, que está abrigado na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. O programa de pós-graduação em Ciência da Informação desta universidade desenvolve parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e com a Escola de Comunicação da UFRJ, e não com a faculdade onde está o curso de Biblioteconomia.

Em sua maioria, os Cursos de Biblioteconomia no Brasil mantêm vínculos acadêmico-institucionais com a Ciência da Informação. Exceção feita a Uni rio e USP de Ribeirão Preto e aos cursos isolados ofertados na maioria das vezes por instituições particulares e que não possuem relação institucional com a Ciência da Informação. Como demonstra o quadro 2:

Quadro 2: Configuração institucional da Biblioteconomia no Brasil

Universidade	Departamento	Faculdade/Instituto/Centro	Ano de criação	Estado
UNIRIO	-	Centro de Ciências Humanas e Sociais/Escola de Biblioteconomia	1911	RJ
UFAL		Instituto de Ciências Humanas Comunicação e Artes	1998	AL
UFF	Documentação	Instituto de Arte e Comunicação Social	1963	RJ
UnB	Ciência da Informação e Documentação	Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação	1962	DF

UEL	Ciências da Informação	Centro de Educação, Comunicação e Artes e Centro de Ciências Humanas	1972	PR
UFBA	-	Instituto de Ciência da Informação	1942	BA
UFRGS	Ciências da Informação	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação	1947	RS
UFES	Biblioteconomia	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas	1974	ES
UNESP/Marília	Ciência da Informação	Faculdade de Filosofia e Ciências	1962	SP
UFAM	Biblioteconomia	Instituto de Ciências Humanas e Letras	1966	AM
FURG	Biblioteconomia e História	Instituto de Ciências humanas e da informação	1978	RS
UFMG	-	Escola de Ciência da Informação	1950	MG
UFPB	Ciência da Informação	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	1969	PB
UFC	Ciência da Informação	Centro de Humanidades	1963	CE
UFG		Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia	1980	GO
UFMA		Centro de Ciências Sociais	1969	MA
UFMT	Ciência da Informação	-	2000	MT
UNIFOR-MG	-		1974	MG
UFPA	Faculdade de Biblioteconomia	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Faculdade de Biblioteconomia	1963	PA
UFPR	Curso Gestão da Informação	Setor de Ciências Sociais Aplicadas	2001	PR
UDESC	Biblioteconomia e Gestão da Informação	Centro de Ciências Humanas e da Educação		SC
UFPE	Ciência da Informação	Centro de Artes e Comunicação	1950	PE
UESPI - PI				PI
UFSC	Ciência da Informação	Centro de Ciências da Educação	1996	SC
USU-RJ		Instituto de Tecnologia da Informação e da Comunicação	1960	RJ
UFRJ		Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis	2005	RJ
UFRN	Biblioteconomia	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	1965	RN
FESP	-	Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação	1963	SP
USP	Biblioteconomia e Documentação	Escola de Comunicação e Artes (ECA)	1966	SP
USP-Ribeirão Preto	Física e Matemática	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP)		SP
UNIFAI	-	-	2009	SP
FATEA	--	Faculdade de Biblioteconomia e Documentação	1975	SP

FAINC	-	Faculdade de Biblioteconomia		
PUC-Campinas		Faculdade de Biblioteconomia	1964	SP
PUC - Minas	Ciência da Informação		1999	MG
UFSCAR	Ciência da Informação	-	1994	SP
UNIT-SE	-	-		SE
UFSE	-	-		SE

Fonte: Araújo, Marques e Vanz (2011)

No caso da Ciência da Informação, essa teve sua institucionalização marcada pela ocupação de espaços antes ocupados pela Biblioteconomia e a Documentação. O primeiro curso de pós-graduação em Ciência da Informação, nível de mestrado, foi criado em 1970 pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), posteriormente denominado Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e tecnologia (IBICT) e tinha orientação anglo-saxã pois, era ministrado por professores americanos e ingleses (entre eles Frederick Wilfrid Lancaster, Tefko Saracevic, Douglas Foskett, Derek Langridge). Importante destacar essa característica do curso, pois a Ciência da Informação na perspectiva anglo-saxã mantém forte relação da Biblioteconomia com a Ciência da Informação, sendo as instituições de ensino dos países de origem anglo-saxã sendo denominadas na maioria das vezes como *Library and Information Science*.

O curso tinha como objetivo, de acordo com Zaher (1995), a atualização dos professores de Biblioteconomia do país e a introdução de novos conceitos filosóficos de classificação e tecnologia aplicados aos processos da informação. Além dos professores, visou ainda o aperfeiçoamento do quadro de pessoal do IBBB.

A partir dessa data, outros cursos de pós-graduação *strictu sensu* em Ciência da Informação foram criados, primeiramente como Mestrado em Biblioteconomia, e só na década de 1990 assumiram a denominação Ciência da Informação e ampliaram sua atuação para o nível de doutorado. Até o ano de 2009, Souza e Stumpf (2009) contabilizaram 11 programas de pós-graduação em Ciência da Informação, sendo cinco de mestrado e doutorado, cinco de mestrado e um de mestrado profissional.

A criação de novos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação em espaços institucionais ocupados pela Biblioteconomia mostra a estreita relação entre essas duas áreas, tal como destacam Souza e Stumpf:

Estudo sobre os vínculos institucionais dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação (CI) nas universidades brasileiras mostra uma ligação estreita com a Biblioteconomia. Observou-se que todos os programas em CI estão vinculados a uma unidade universitária que oferece um curso de graduação em Biblioteconomia. Mesmo o PPGCI do IBICT, que já chegou a estar ligado à graduação e pós-graduação em Comunicação nas duas primeiras décadas de funcionamento, quando retornou a UFRJ ligou-se a uma unidade, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, FACC, que abriga desde 2005, um curso de Biblioteconomia (SOUZA; STUMPF, 2009, p.54)

A relação entre Biblioteconomia e Ciência da Informação ganha força com esse processo de institucionalização da Ciência da Informação no Brasil. Os laços são reforçados numa relação de poder em que a Biblioteconomia, apesar de ser a área mais antiga, perde espaço político, um exemplo disso é que a Associação Nacional de Ensino em Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) passa a se chamar Associação Brasileira de Ensino em Ciência da Informação (ABECIN). Os documentos recentes da ABECIN demonstram isso ao tratar do ensino em Biblioteconomia como se fosse uma área dentro da Ciência da Informação.

3.2 A trajetória do ensino de Arquivologia no Brasil

No caso da Arquivologia, já em 1911 havia uma preocupação por parte do Arquivo Nacional (AN) quanto à formação especializada dos seus funcionários tendo em vista o tratamento adequado dos documentos por ele custodiados. Naquele ano é instituído, por meio do Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro, o Curso de Diplomática, com o fim de “proporcionar cultura prática e teórica, aos que se destinarem às funções especiais dos cargos desse estabelecimento (Marques; Rodrigues, 2008, p.105).

Em 1923, a Biblioteca Nacional (BN) e o Museu Histórico Nacional (MHN) abrem inscrições para o *Curso Técnico*, criado pelo Decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922, comum a essas duas instituições e ao Arquivo Nacional. Assim, esse curso, a

exemplo dos cursos técnicos dos arquivos europeus da época, exigia dos candidatos uma preparação para trabalhar, ao mesmo tempo, em bibliotecas, museus e arquivos. O ensino das matérias era dividido entre aqueles estabelecimentos a que era comum, cabendo ao Arquivo Nacional o de História Política e Administrativa do Brasil e de cronologia e diplomática (Marques; Rodrigues, 2007, p.105).

O Curso Permanente de Arquivos (CPA), instalado em 1960, no Arquivo Nacional, seria o coroamento das iniciativas anteriores.

Já dispondo de um Curso Permanente de Arquivos, de nível universitário, reconhecido pelo MEC e funcionando regularmente desde 1960 no Arquivo Nacional, com grande procura de candidatos oriundos dos mais diversos setores sociais do País, a formação de pessoal especializado em Arquivologia, capaz de aplicar as modernas técnicas aos arquivos brasileiros, chegou ao primeiro semestre deste ano com as condições básicas julgadas essenciais à execução do projeto de criação de uma Escola Superior, segundo parecer aprovado pelo Conselho Federal de Educação (ARQUIVO NACIONAL, 1974, p. 13).

O ensino da Arquivologia recebeu, na década de 1970 novos impulsos com a autorização para a criação de cursos em nível superior, pelo Conselho Federal da Educação, e a realização do I Congresso Brasileiro de Arquivologia, ambos em 1972. No ano seguinte, em 1973, o Curso Permanente de Arquivos, em convênio com antiga Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), passou a funcionar com mandato universitário, entretanto o curso continuou sendo ministrado no Arquivo Nacional. De modo que, o único curso universitário de Arquivologia do país, é transferido, de fato, em 1977, para um espaço universitário, a antiga Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Em 1974 o Conselho Federal da Educação fixa o primeiro currículo mínimo da Arquivologia, embora as universidades que oferecem cursos há mais anos como a UNIRIO, a UFSM e a UFF já tenham elaborado modificações nos seus currículos plenos, o currículo mínimo permanece o mesmo desde 1974, encontrando-se defasado em sua concepção. Segundo Jardim (1994) “[...] um dos desafios da área consiste em elaborar um currículo que, em nível de graduação (portanto, um

primeiro nível de aprendizado profissional), contemple as características interdisciplinares da Arquivologia contemporânea”.

Nos anos de 1980 não foram criados cursos de graduação em Arquivologia – o que poderia levar a se pensar em designar esse período como fase de estagnação da graduação. Contudo, foram criados cursos de pós-graduação, na modalidade *lato sensu*, em diversas universidades, entre elas: UNIRIO, UFF, USP, UFSC e UFBA. (BOTTINO, 1994). Muitos desses cursos de pós-graduação emergentes após os anos 1980 sinalizam o interesse, mas também as dificuldades das diversas IES em estabelecerem cursos de Arquivologia em nível de graduação, a começar pelas limitações na composição de um corpo docente. Talvez estas mesmas dificuldades tenham limitado a continuidade desses programas de pós-graduação na área, assim como a criação de novos cursos de graduação (JARDIM, 1994).

Fonseca (2005) aponta que essa década representou o fortalecimento de uma rede nacional de instituições arquivísticas e uma cooperação interinstitucional sem precedentes na história das instituições arquivísticas brasileiras, representada, sobretudo, pelo Fórum de Diretores de Arquivos Estaduais.

Em 1991 cria-se a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e prevê a criação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Após a implantação dessa nova lei, houve a criação de mais três cursos de Arquivologia nas universidades públicas, são elas: Universidade Federal de Brasília (UnB), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Estadual de Londrina (UEL), possibilitando ao lado dos cursos já existentes a consolidação das universidades como espaço político e acadêmico na conformação da área (FONSECA, 2005).

A lei de Diretrizes e bases traz aos cursos de arquivologia maior flexibilidade na confecção dos currículos e dos projetos político-pedagógicos o que acabou com a lógica do currículo mínimo. Assim, as universidades passam a privilegiar o desenvolvimento de competências, habilidades, aperfeiçoamento na formação

cultural, técnica e científica mais adequada às necessidades de cada área, curso, docentes e discentes.

No início de 2000 temos a criação de mais quatro cursos de Arquivologia nas seguintes universidades: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade Estadual da Paraíba (UESPB). A implantação do Plano de Apoio a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, facilitou a criação de mais seis cursos de Arquivologia, nas Instituições de Ensino Superior, a saber: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Tanus (2013) entende que a implantação do REUNI coloca o ensino da Arquivologia em uma nova fase, intitulada acadêmico-institucional devido a diversidade de vínculos dos cursos em escolas, institutos, faculdades e proximidade dentro de uma mesma instituição de ensino superior, com os cursos de Biblioteconomia e Museologia. Além desse crescimento e instituição dos cursos pode-se notar o impacto da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como lei de acesso à informação nas discussões nos cursos de Arquivologia e nos eventos dedicados a esta temática.

Atualmente a Arquivologia conta com 16 cursos de graduação funcionando em espaços institucionais relacionados às áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Apesar da forte relação da Arquivologia com as áreas de História e Administração, grande parte dos cursos de Arquivologia está vinculada a espaços institucionais cuja denominação está relacionada à Ciência da Informação, seja escola, departamento, instituto ou faculdade de Ciência da Informação.

Tanus (2013) destaca a proximidade acadêmico-institucional, do curso de Arquivologia com os de Biblioteconomia e Museologia em um mesmo espaço

institucional. Essa aproximação pode ser encontrada em sete universidades, a saber: UNB, UFBA, UFSC, UFMG, UFPA, UFRGS e UNIRIO, destas as quatro primeiras universidades possuem a pós-graduação em Ciência da Informação. Além disso, a autora destaca ocorrências de proximidade da Arquivologia apenas com a Biblioteconomia podem ser encontradas em outras sete universidades: UFAM, FURG, UFES, UFPB, UFF, UNESP e UEL, sendo que, nestas quatro últimas universidades encontra-se o curso de pós-graduação em Ciência da Informação, e instituições que possuem apenas o curso de Arquivologia, com a configuração acadêmico-institucional afastada dos outros cursos, Biblioteconomia e Museologia, e da Ciência da Informação ocorre em outras duas universidades: UFSM e UEPB.

Além dessa proximidade entre os cursos, sabe-se que mais da metade dos cursos de Arquivologia (UNB, UFBA, UFRGS, UFSC, UFMG, UFPB, FURG, UEL, UNESP, UFSM e UFPA) estão localizados em departamentos, institutos ou escolas de Ciência da Informação, Documentação, Informação ou mesmo em departamentos de Biblioteconomia, como ocorre na UFAM. Do ponto de vista institucional, essa configuração reflete, de modo geral, uma proximidade da Arquivologia com o campo da Ciência da Informação

Quadro 3: Configuração institucional dos cursos de Arquivologia no Brasil

Universidade	Departamento	Faculdade/Instituto/Centro
UNIRIO	Escola de Arquivologia	Centro de Ciências Humanas e Sociais
UFSM	Documentação	Centro de Ciências Sociais e Humanas
UFF	Ciência da Informação	Instituto de Arte e Comunicação Social
UnB	Ciência da Informação e Documentação	Faculdade de Ciência da Informação
UEL	Ciências da Informação	Centro de Educação, Comunicação e Artes e Centro de Ciências Humanas
UFBA	-	Instituto de Ciência da Informação
UFRGS	-	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
UFES	Arquivologia	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
UNESP/Marília	Ciência da Informação	Faculdade de Filosofia e Ciências
UEPB	-	Centro de Ciências Biológicas e Sociais e Aplicadas
FURG	-	Instituto de Ciências humanas e da informação
UFMG	-	Escola de Ciência da Informação
UFPB	Ciência da Informação	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
UFSC	Ciência da Informação	Centro de Ciências da Educação

UFAM	Departamento de Arquivologia	Instituto de Ciências Humanas e Letras
UFPA		

Fonte: Araújo, Marques e Vanz (2011)

Para Jardim (2011) a proximidade dos cursos de Arquivologia nos locais intitulados de Ciência da Informação, pode ser vista sob o prisma das razões políticas, mas sem razão em termos acadêmicos, pois essa configuração institucional transparece o entendimento de que a Arquivologia é uma subárea da Ciência da Informação, quando, na verdade, para o autor, ela deveria estabelecer uma relação interdisciplinar não só com a Ciência da Informação, mas com outros campos do conhecimento. Enfim, essas configurações acadêmicas institucionais não são naturais, elas são de fato uma relação histórica e de poder, que se estabelece entre as partes envolvidas.

3.3 A trajetória do ensino da Museologia no Brasil

O primeiro curso de Museu foi criado em 1932, no Museu Histórico Nacional, com o objetivo de “... ser fonte de ensinamento e cultura, de devoção à história da Pátria e seminário de formação e aperfeiçoamento de funcionários técnicos”, segundo texto elaborado por Gustavo Barroso (Scheiner, 1994). A autora ressalta que:

O objetivo era formar conservadores de museus de História e de Belas Artes e não teóricos. No curso, estavam “... excluídos, a reflexão sobre museus de ciência e o estudo das coleções científicas não consideradas material arqueológico ou etnográfico”. O conteúdo do curso mostra a “concepção elitizada” de museu, no Brasil, da mesma forma em que o “saber museológico está orientado a determinados tipos de acervos: “arte, armaria, sigilografia, numismática, heráldica, indumentária, mobiliário, cerâmica, cristais, prataria, pintura, escultura, arte religiosa” e com estudos voltados para “Arquivologia, Arquitetura, História da Arte e História do Brasil.”

A trajetória de criação do curso inicia-se pelo Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922, que previa também a criação do Curso Técnico com disciplinas que seriam distribuídas entre as instituições já existentes: Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional, e o recém-criado Museu Histórico Nacional, este que é considerado a primeira instituição museológica voltada especificamente para a história da nação (SÁ, 2007).

O curso de Museu foi criado com dois anos de duração, previa, de acordo com o Decreto nº 21.129, de 7 de março de 1932, o ensino das seguintes disciplinas: no primeiro ano, História política e administrativa do Brasil (período colonial), Numismática (parte geral), História da arte (especialmente do Brasil), Arqueologia aplicada ao Brasil e, no segundo ano, História política e administrativa do Brasil, Numismática (brasileira) e Sigilografia, Epigrafia, Cronologia e Técnica de museus (BRASIL, 1932).

O curso era voltado para atender às necessidades do museu e quanto à formação de técnicos para à execução dos trabalhos de escrita ou outros a eles destinados, como a prestação de serviços na biblioteca e no arquivo de qualquer seção que o museu dele necessitar, em que auxiliariam os demais oficiais na colocação e conservação dos livros e documentos, na organização dos catálogos e na consulta pública.

Segundo Siqueira (2009), diferentemente do ensino da Biblioteconomia, que, desde seu surgimento sofreu influências externas mais marcantes de escolas estrangeiras, o desenvolvimento no ensino da Museologia teve, durante o funcionamento do Curso de Museus, um estilo próprio de seu idealizador, denominado estilo Barrosiano. Este estilo refere-se à forma de dirigir, ensinar e transmitir conhecimentos e conceitos, bem como as normas e técnicas empregadas e aplicadas. Tanus (2013) enfatiza que este estilo Barrosiano foi fortemente replicado por meio da disciplina idealizada e ministrada por Gustavo Barroso, denominada “Técnica de Museus”. Além disso, essa disciplina constitui até a atualidade a estrutura principal dos cursos de Museologia, na qual se engloba um vasto campo dos saberes como: museologia, museografia, museologia aplicada e conservação e restauro (SÁ, 2007). Assim, de modo geral, a figura de Barroso tornou-se indissociável da história do ensino da Museologia, tanto que ocorre iniciativas, ao longo dos anos 60, em prol de mudar o nome do Curso de Museus para Curso Gustavo Barroso, Instituto Gustavo Barroso e Escola Gustavo Barroso (SIQUEIRA, 2009).

Nos anos 1950 o Curso de Museus ganha status de curso universitário por meio de convênio firmado com a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e em 1979 o curso foi transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Assim, após essa transferência, o Curso de Museus teve sua denominação modificada para curso de Museologia, o qual desde 1991 vincula-se a Escola de Museologia da UNIRIO.

Ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950, há um considerável impulso na criação de museus, tendo o Curso de Museus do MHN, como o principal e único centro nacional de formação de conservadores. O fim dessa hegemonia do curso de museus do MHN termina com a criação do curso de graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Esse segundo curso de Museologia, único na região nordeste do país, fora instalado em 1970, por sugestão do arqueólogo e historiador de arte, Valentin Calderón, primeiro coordenador e idealizador do curso. Este curso busca se diferenciar do curso do MHN, cujo ensino possui um viés tecnicista pautando-se na aplicação de um conjunto técnicas, apresentando um conjunto de disciplinas de áreas como Sociologia, Antropologia, Filosofia e História, portanto, mais abertos a outras áreas. Acredita-se que essa abertura é facilitada ou mesmo incentivada pela proximidade com outras áreas, devido a sua vinculação universitária.

No final dos anos 1970 dá-se a criação do primeiro curso de pós-graduação lato sensu em Museologia em São Paulo configurando-se como o primeiro curso de pós-graduação na área, o que conduziu ao desenvolvimento de um pensamento museológico brasileiro e ao desenvolvimento conceitual da Museologia sob os alicerces da Sociologia, deslocando o objeto de estudo da Museologia, conhecido tradicionalmente como o museu, objetos e funções, para o fato museal ou fato museológico, e de uma Sociomuseologia.

O terceiro curso de Museologia, o primeiro da região sul, surge no ano de 2004, institucionalizado no Centro Universitário de Barriga Verde (UNIBAVE), em Santa Catarina. No entanto, nesse meio tempo, existiram outros cursos no intervalo do segundo para o terceiro curso de graduação, como o das Faculdades Integradas Estácio de Sá, hoje UNESA, além da vinculação do curso de Museologia de São Paulo à Escola da Sociologia e Política da USP, e a posterior implantação do curso de especialização.

Tanus (2013) percebe com essa trajetória, que, inicialmente, o ensino da Museologia está mais permeado por esforços individuais de seus idealizadores, cada qual em seu momento, como no Rio de Janeiro, com Gustavo Barroso; na Bahia, com Valentin Calderón; e em São Paulo, com Waldisa Rússio Guarnieri. Esses esforços foram decisivos para a criação e manutenção dos cursos, os quais sofreram uma menor influência externa e institucional (ao contrário do que ocorrera com os cursos de Biblioteconomia, que têm sua história marcada pelas influências francesa e norte-americana). Todavia, isso não significa que o ensino da Museologia encontrava-se alheio às influências de outros países, o que ocorreu foi uma diluição dessas influências, nas figuras de seus idealizadores, posto que todos eles possuíam conhecimento da área e do funcionamento de museus estrangeiros.

Atualmente, o cenário da Museologia comporta 14 cursos de graduação, além de programas de pós-graduação strictu sensu (Mestrado e Doutorado), tais como o programa implantado em 2006, Museologia e Patrimônio com parceria da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) com o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST); o mestrado em Museologia, criado em 2012, no estado de São Paulo, em parceria com quatro instituições; Museu de Arqueologia e Etnologia, Museu Paulista, Museu de Zoologia e Museu de Arte Contemporânea, e, mais recentemente, em 2013, foi aprovado outro curso de Mestrado em Museologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA), primeiro na região nordeste do país.

Segundo Tanus (2013), a maioria dos cursos de Museologia, em funcionamento, está associada à implantação do REUNI, com exceção dos cursos da UNIRIO, criado na década de 1930, o da UFBA, criado da década 1970, e os cursos UNIBAVE, UPEL e UFRB, criados antes de 2007. O crescimento exponencial dos cursos de Museologia possibilitou a sua distribuição nas cinco regiões brasileiras, sendo quase todos os cursos públicos, com exceção de um único curso (UNIBAVE). Quanto à distribuição dos cursos de Museologia nas regiões, as regiões sul e nordeste concentram as maiores porcentagens, 29%, o que resulta em quatro cursos em cada uma dessas regiões. Na região sudeste encontram-se três cursos, 21%, no centro-oeste dois cursos, 14%, e, no norte um curso, o que equivale a 7%.

Diferentemente da Arquivologia e da Biblioteconomia, a Museologia não mantém a mesma força na relação institucional com Ciência da Informação. Os únicos cursos localizados nas escolas ou faculdades de Ciência da Informação, são na UnB, UFMG e UFRGS (Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação) os demais cursos de Museologia estão dispersos em diferentes espaços, relacionando-se ora mais com a História, ora com a Antropologia, ora com as Artes. Tanus (2013) destaca que em relação à proximidade dos cursos de Museologia com os de Arquivologia e Biblioteconomia, sabe-se que ela pode ser encontrada em sete instituições de ensino superior, a saber: UFRGS, UFPA, UNIRIO, UFSC, UFBA, UnB e UFMG. Nestas últimas quatro universidades encontram-se, ainda, os programas de pós-graduação em Ciência da Informação, os quais podem abrigar pesquisas no nível do mestrado e/ou doutorado referentes ao campo museológico. O quadro abaixo demonstra os vínculos institucionais dos cursos de Museologia no Brasil:

Quadro 4: Vínculos institucionais dos cursos de Museologia no Brasil

Universidade	Departamento	Faculdade/Instituto/Centro
UNIRIO	Escola de Museologia	Centro de Ciências Humanas e Sociais
UFRB		Centro de Artes Humanidades e Letras
UFG		Faculdade de Ciências Sociais
UnB		Faculdade de Ciência da Informação
UFOP	Museologia	
UFBA	-	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

UFRGS	-	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
UFPA		Faculdade de Artes Visuais
UFPE	Antropologia e Museologia	Faculdade de Filosofia e Ciências
UFPEL	-	Instituto de Ciências Humanas
UFMG	-	Escola de Ciência da Informação
UFS	Museologia	
UFSC	Antropologia e História	
UNIBAVE-SC	Museologia	

Fonte: Araújo, Marques e Vanz (2011)

O processo de institucionalização das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil demonstra que as primeiras iniciativas do ensino dessas áreas partem do desejo do suprimento de uma necessidade endógena, dos interesses e demandas institucionais do Arquivo, Biblioteca e Museu Histórico Nacional no início do século XX. Isso revela a primeira preocupação em torno da cooperação da formação dos profissionais de arquivo, biblioteca e museu. A medida que as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia se desenvolveram do ponto de vista institucional, com a criação de novos cursos e a regulamentação enquanto profissões percebe-se o distanciamento entre as áreas no que tange ao processo formativo com raros momentos de tentativa de harmonização. A Biblioteconomia por incorporar, como destaca (Souza) a missão da Federação Internacional de Documentação voltada para a Documentação e a Ciência da Informação de interesse mais científico e técnico possui uma relação mais próxima com essas duas áreas em seu modelo formativo. Já a Arquivologia e principalmente, a Museologia possuem modelos formativos que pouco se aproximam com a Ciência da Informação e com a Biblioteconomia, demonstrando certo isolamento entre as áreas no que tange a formação profissional.

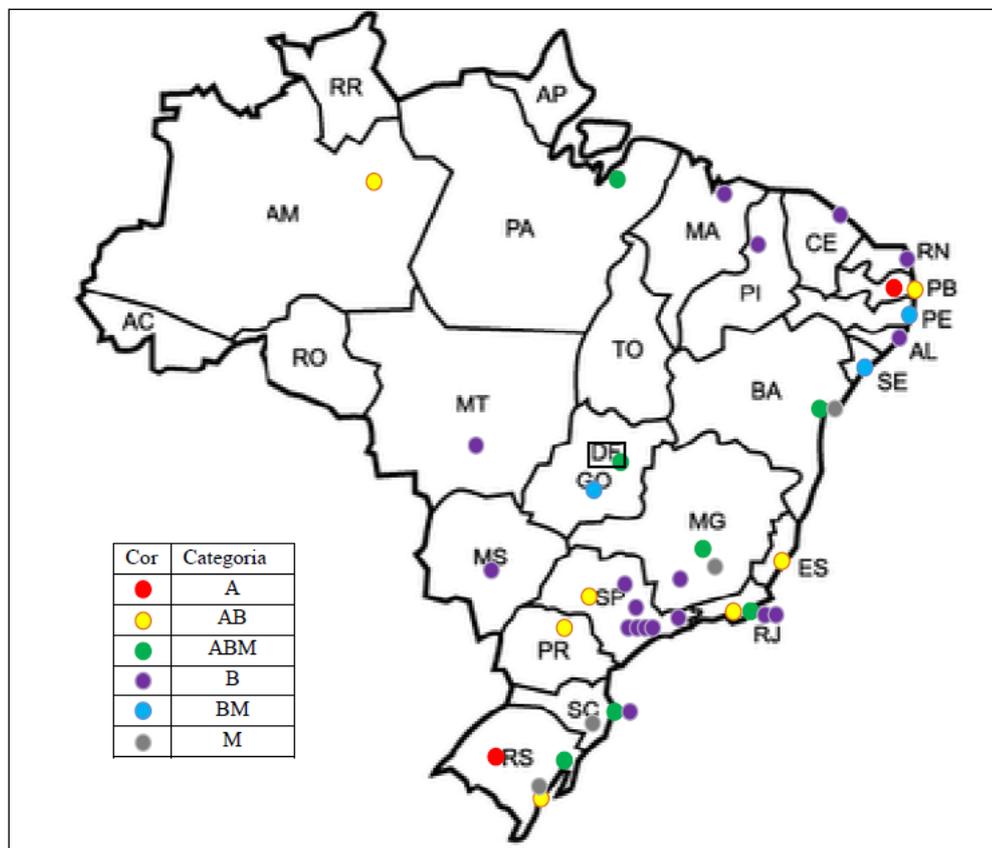
4 AS RELAÇÕES ENTRE OS CAMPOS DA ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA, MUSEOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A trajetória histórica dos campos da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação demonstra que eles possuem pontos de contato com maior proximidade no caso da relação entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação e em outros casos, essa aproximação ainda é muito recente, como no caso da relação entre a Museologia e a Ciência da Informação.

A Ciência da Informação é o campo mais recente, no entanto, do ponto de vista institucional, ela dá nome a grande parte das escolas, dos departamentos, institutos e faculdades do Brasil que abrigam os cursos de Biblioteconomia, Arquivologia, em alguns casos, os cursos de Museologia. A Ciência da Informação, apesar de ser o campo mais recente, conquistou através da luta pelo monopólio da autoridade científica o espaço dominante nos órgãos de fomento e de definição da competência científica. O campo da Ciência da Informação é alçado por órgãos como o Ministério da Educação do Brasil (MEC), CNPq, CAPES, Associação Brasileira de Ensino em Ciência da Informação (ABECIN) como a área que abriga os demais campos que formam os profissionais da informação (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia). No caso do CNPq e da CAPES a Museologia não se encontra representada no âmbito da Ciência da Informação.

Isso pode ser observado nos vínculos institucionais estabelecidos entre os campos, onde se percebe que a Arquivologia e Biblioteconomia encontram-se em sua maioria em espaços denominados como Ciência da Informação. Tanus (2013, p. 116) apresenta um mapa que demonstra os vínculos institucionais entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia agrupando as áreas em seis distintas categorias (A, AB, ABM, B, BM e M), as quais foram definidas segundo a existência dos cursos dentro de uma mesma instituição de ensino superior.

Figura1: Mapa de localização das seis categorias nos estados brasileiros



Fonte: Gabrielle Francinne Tanus (2013, p.116)

A categoria ABM destaca as sete instituições onde localizam-se os três cursos numa mesma instituição. No caso da UFBA, UFPA, UFSC o curso de Museologia vincula-se a departamentos fora da Ciência da Informação. Na UNIRIO os cursos possuem departamentos separados, mas há proximidades entre as áreas. Na UFMG, UFRGS e UNB os cursos estão em um mesmo espaço institucional, departamento, escola ou faculdade de Ciência da Informação. São nestes espaços institucionais que têm surgido algumas tentativas de aproximação entre as áreas, com destaque para a proposta de núcleo comum de disciplinas e atividades acadêmicas implementada pela Escola de Ciência da Informação da UFMG em 2008.

Apesar desse papel dominante no que diz respeito aos órgãos de fomento e de ensino e pesquisa, faz-se importante destacar que Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação constituíram-se como campos científicos de

forma singular e o que isso representa? Quer dizer que como são campos científicos diferentes possuem, também, diferentes olhares, concepções sobre as questões, temas e problemas apresentados para os campos. Bourdieu, com seu conceito de campo científico e *habitus* traz uma contribuição importante para o entendimento dessa questão.

Para Bourdieu, o social é constituído por campos, microcosmos ou espaços de relações objetivas, que possuem uma lógica própria, não reproduzida e irreduzível à lógica que rege outros campos. O campo é tanto um “campo de forças”, uma estrutura que constrange os agentes nele envolvidos, quanto um “campo de lutas”, em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura (Bourdieu, 1996, p.50).

Todo campo se caracteriza por agentes dotados de um mesmo *habitus*. O campo estrutura o *habitus* e o *habitus* constitui o campo (Bourdieu, 1992b, p.102-103). Bourdieu (2001, p.189) define *habitus* como um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada. As disposições não são nem mecânicas, nem determinísticas, são plásticas, flexíveis, podem ser fortes ou fracas. Refletem o exercício da faculdade de ser condicionável, como capacidade natural de adquirir capacidades não-naturais, arbitrárias.

Os agentes sociais, indivíduos ou grupos, incorporam um *habitus* gerador (disposições adquiridas pela experiência) que variam no tempo e no espaço (Bourdieu, 1987, p.19). Do berço ao túmulo absorvemos (reestruturamos) nossos *habitus*, condicionando as aquisições mais novas pelas mais antigas. Percebemos, pensamos e agimos dentro da estreita liberdade, dada pela lógica do campo e da situação que nele ocupamos.

Sobre campo científico, Bourdieu o define como:

Um sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores) é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e

agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1983, p.122).

A autoridade científica, é uma espécie particular de capital que pode ser acumulado, transmitido e reconvertido em outras espécies de capital. "A estrutura da distribuição do capital científico está na base das transformações do campo científico e se manifesta por intermédio das estratégias de conservação ou de subversão da estrutura que ela mesma produz" (Bourdieu, 1983, p. 134).

O campo científico é sempre o lugar de uma luta, mais ou menos desigual, entre agentes desigualmente dotados de capital específico e, portanto, desigualmente capazes de se apropriarem do produto do trabalho científico que o conjunto dos concorrentes produz pela sua colaboração objetiva ao colocarem em ação o conjunto de meios de produção científica disponíveis. Em todo campo se opõem, com forças mais ou menos desiguais segundo a estrutura da distribuição do capital no campo, os dominantes, ocupando as posições mais altas na estrutura de distribuição de capital científico, e os dominados, isto é, os novatos, que possuem capital científico tanto mais importante quanto maior a importância dos recursos científicos acumulados no campo (BOURDIEU, 1983, p.136).

Esse conceito de campo científico de Bourdieu traz contribuição importante para se pensar a relação entre os campos da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. A constituição histórica desses campos apresenta em alguns momentos traços de aproximação. No caso da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, eles se aproximam pela própria constituição histórica das instituições Arquivo, Biblioteca e Museu, que em determinados momentos da história, foram uma única instituição. No entanto, enquanto disciplina científica, desenvolveram de forma singular e até com certo distanciamento. A Ciência da Informação é o mais novo desses campos, no entanto, tem buscado a aproximação com esses campos com o entendimento de que os quatro campos têm na informação o objeto de trabalho.

A contribuição de Bourdieu para a discussão reside em demonstrar que as relações entre esses campos tem sido marcada por lutas no interior desses campos pelo monopólio da autoridade científica. Ao conquistar o monopólio dos espaços de definição de competência científica, (instituições de ensino e pesquisa, órgão de avaliação e fomento, associações de ensino e pesquisa) a Ciência da Informação define no âmbito desses órgãos os caminhos que cada campo deve seguir através das comissões de avaliação dos cursos que estão em funcionamento; das

comissões de avaliação dos projetos de criação dos novos cursos, tanto de graduação quanto os de pós-graduação. Nas associações de ensino e pesquisa ela define o que deve ser ensinado e pesquisado nesses cursos.

Esse monopólio é reforçado por textos de alguns autores do campo da Ciência da Informação, entre eles, González de Gómez (2000, p.1) que entende que as atividades e os estudos da informação reformulam o espaço de saberes e técnicas até então ocupado quase exclusivamente pelas instituições de memória e a documentação (bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação).

A reformulação destes saberes pode ter elevado a Ciência da Informação a ser reconhecida por parte de seus praticantes como o campo de conhecimento responsável pela base conceitual para se pensar os fazeres nos espaços da biblioteca, arquivo e museu, tal como observam Smit e Barreto (2002) que defendem a subordinação do saber profissional a este campo de conhecimento.

Nesta mesma linha, Almeida (2010) entende que a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia constituem as áreas profissionais do campo da Ciência da Informação. Ele utiliza os conceitos conhecimento científico e conhecimento ocupacional para justificar a subordinação das áreas mencionadas ao campo da Ciência da Informação.

Para o autor, a Ciência da Informação é o campo de conhecimento responsável pelo desenvolvimento da base de conhecimento científico, definida resumidamente, como o conjunto de conhecimentos científicos, as teorias consolidadas, os conceitos aceitos pelos pares, além de pesquisadores interagentes e os termos próprios de um campo (um limite discursivo e um terreno de embates), mesmo que estes sejam partilhados por outras áreas. Já as habilitações da área (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia) constituiriam a base de conhecimento ocupacional, ou seja, o corpo de conhecimentos sistematizado e teorizado sobre as práticas, disponível para uso, manutenção e desenvolvimento da profissão (ALMEIDA, 2010, p.6,9).

É nessa diferenciação entre um campo que fornece o conhecimento científico, a base conceitual e outro que é responsável pelo conhecimento ocupacional é que reside o ponto de desigualdade na luta pelo monopólio da autoridade científica. Uma vez que as práticas do campo científico não são desinteressadas estão orientadas para a aquisição de autoridade científica (prestígio, reconhecimento). "O que é percebido como importante e interessante é o que tem chances de ser reconhecido como importante e interessante pelos outros; portanto, aquilo que tem a possibilidade de fazer aparecer aquele que o produz como importante e interessante aos olhos dos outros" (Bourdieu, 1983, p.125). Nesse sentido, o campo responsável pelo conhecimento científico para subsidiar os demais responsáveis tem maior prestígio e reconhecimento que os demais campos responsáveis pelo conhecimento ocupacional.

É nesse sentido que reside os principais pontos de divergências entre esses campos, pois apesar da Ciência da Informação possuir maior força institucional ela é mais recente e não possui essa mesma força no que diz respeito aos fundamentos teóricos e epistemológicos de base para cada campo.

A Arquivologia, A Biblioteconomia e Museologia possuem uma história anterior a Ciência da Informação, o que lhes garante a constituição de marcos teóricos e epistemológicos diferentes da Ciência da Informação. Esses campos se relacionaram com diversos outros campos científicos ao longo de sua história e isso faz com que os praticantes desses campos tenham um *habitus* definido em função dessas relações que são anteriores a Ciência da Informação. Esse sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, leva os praticantes desses campos a lutar contra essa dominação estabelecida do ponto de vista institucional.

Isso pode ser observado nas estratégias recentes da Arquivologia de se autonomizar da Ciência da Informação. A realização em abril de 2013, já em seu terceiro encontro, da Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia

(REPARQ) com a intenção de consolidar a institucionalização da Arquivologia, como campo científico, no Brasil é uma mostra dessa busca de sair do âmbito institucional da Ciência da informação. Essa busca de autonomia pode ser verificada também na criação de programas de pós-graduação em Arquivologia, e Museologia.

5) PROPOSTAS E EXPERIÊNCIAS DE APROXIMAÇÃO ENTRE ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA, MUSEOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO VIA MODELO FORMATIVO

A ideia de promover uma cooperação entre os trabalhos desenvolvidos por arquivos, bibliotecas e outros organismos de documentação surge em 1934 com Paul Otlet no *Traité de Documentation*. No entanto, a concepção de Otlet (1934) só começou a tomar corpo com os esforços aglutinadores da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

A Unesco cria, em 1948, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e busca estreitar as relações entre a Federação Internacional de Documentação (FID) e a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários (IFLA) que antes trabalhavam isoladamente. Em 1974, realiza a Conferência Intergovernamental sobre a Planificação das Infraestruturas de Documentação, de Bibliotecas e de Arquivos. Durante a Conferência Geral da Unesco, em sua 19ª seção, foi criado o Programa Geral de Informação (PGI), reforçando a necessidade de cooperação mais estreita entre as diversas profissões consagradas à informação.

Para Mueller (1984), a criação do PGI deu-se porque a Unesco reconhecia que a formação de pessoal para as áreas de Biblioteconomia, Ciência da Informação e Arquivologia tem sido, em quase todos os países, estruturada em cursos separados, dirigidos para atender a necessidades próprias da biblioteca, centros de informação e arquivos. Logo, muitos indícios apontam no sentido de que há um núcleo comum de interesse, que permite uma convergência de conteúdos básicos para a formação profissional.

Em outubro de 1984, a Unesco promoveu o Simpósio Internacional para a Compatibilização da Formação Profissional e Treinamento em Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia. O consenso das discussões deu origem a um Plano de Ação visando compatibilizar os cursos de formação profissional para as áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia. A execução foi

atribuída a organismos internacionais, instituições de ensino profissional, associações de classe e outros (MUELLER, 1984).

Conforme o próprio Programa Geral de Informação da Unesco, não se trata de promover a ideia de que dessas profissões deveria emergir uma única profissão até porque os objetivos, trabalho e formação de cada uma permanecem diferenciados (JARDIM, 1994).

A perspectiva harmonizante não significa formação idêntica para todos: a partir dos seus aspectos comuns trata-se de facilitar o intercâmbio de idéias, um uso mais racional dos recursos de ensino, uma melhor organização do trabalho profissional e, se possível, um aumento da influência dessas profissões sobre os governos e na sociedade em geral. A natureza específica de cada profissão deve ser preservada no contexto das características históricas, culturais, econômicas e políticas de cada país. Não se trata de uma panaceia para cada problema de formação e não deve ser artificialmente imposta (UNESCO, 1987, p.1).

Como áreas apropriadas para a harmonização, a Unesco propõe em 1984: a noção de informação, políticas de informação, análise de sistemas, administração, estudos de usuário, análise documentária, uso de fontes de informação, conservação, tecnologia da informação e métodos de pesquisa.

O esforço da UNESCO de buscar a harmonização curricular entre as áreas não surtiu efeito imediato no Brasil, pois até recentemente, o que se observa são escolas ofertando os três cursos de forma separada com poucas tentativas de harmonização. Em muitos casos, a Museologia faz parte de departamentos muito distantes da Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação. Na própria proposta de harmonização da Unesco a Museologia não é citada.

Smit (2003) recorre a tradição para explicar esse isolamento. Historicamente essas áreas organizaram-se enquanto disciplinas de forma isolada buscando demarcar espaços de atuação e dando mais atenção a suas diferenças do que aquilo que as aproxima. Segundo Smit (2003), referindo-se a Arquivologia e a Biblioteconomia:

As práticas profissionais estão de tal forma sedimentadas que cada profissão é vista isoladamente, conta com bibliografia própria, congressos e associações próprios, impedindo o fluxo e a troca de informações e, principalmente, impedindo que todos se vejam num contexto maior. Esse isolacionismo tornou as áreas muito mais competentes na denominação das diferenças do que na identificação das semelhanças.

Smit (2003) sustenta que as diferenças se fundamentam em dois grandes eixos complementares: os acervos e as instituições que os abrigam. No imaginário profissional coletivo estoca-se livros e periódicos em bibliotecas e ao passo que documentos gerados pelas administrações são estocados em arquivos. Em outros termos, a diferenciação se apóia na distinção de tipos (e suportes) documentais, metodologias de organização decorrentes desta distinção e, finalmente, supõe o trabalho de organização da informação sempre adequado aos objetivos institucionais, fechando o círculo vicioso.

Smit (2003) afirma que as duas áreas vivem uma constante tensão entre o documento e a informação, ora priorizando um, ora outro. Nota-se um maior apego dos arquivistas ao documento e uma facilidade por parte dos documentalistas para abstrair o documento, enfatizando a informação nele presente. "As ciências documentais geram uma tensão entre documento e informação mas, qualquer que seja a ênfase dada à informação ou ao documento, o paradigma que subjaz a abordagem, tendo por base o documento, ainda é o do acervo, do estoque" (Smit, 2003).

Quando a discussão enfatiza a função atribuída à informação, como modo de distinção entre a arquivologia e a biblioteconomia, aproximamo-nos de um critério menos formal, mais fértil. Na biblioteconomia a função é atribuída aos documentos associando-a ao uso. O documento cumpre sua função quando é usado, lido ou consultado. A arquivologia enuncia a questão de forma diferenciada, pois a função determina, ou formata, o documento.

Para além das diferenças Smit (2003) argumenta que a informação é estocada por arquivos e bibliotecas em função de uma utilidade que lhe foi conferida. Esta informação é registrada e, após avaliação, considerada útil: o fruto deste processo é a institucionalização da informação decorrente de decisões institucionais. Desta forma, independente de suportes ou códigos, a informação é institucionalizada por

arquivos e bibliotecas. Este é certamente um produto da área, que confere status a certas informações e os nega a outros.

A autora conclui citando uma frase de Mason (1990, p.125) que se aplica aos arquivistas e bibliotecários. O profissional da informação e suas instituições: "disponibilizar a informação certa, da fonte certa, para o usuário certo, no prazo certo, numa forma considerada adequada para o uso e a um custo justificado pelo uso".

Pinheiro (1998, p. 3) trata das possibilidades de aproximação das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia sustentando que elas têm como objeto de estudo a informação, seja um documento no seu significado mais amplo, um testemunho ou registro magnético, na sua essência, o que é "capaz de transformar a estrutura".

A informação, tanto pode ser gerada na ciência e tecnologia, quanto ser produto da cultura e da arte, e no seu processamento técnico são adotadas metodologias similares às três áreas (Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia), com pontos comuns, resguardadas as peculiaridades de cada uma e ainda que, muitas vezes, seja utilizada terminologia distinta. (PINHEIRO, 1998, p.3)

Pinheiro (1998, p. 3), segue destacando que os profissionais desses campos exercem atividades, basicamente, nas "instituições-memória" (Le Goff) ou, "lugares topográficos da memória" (Nora), que originalmente concentravam-se na preservação e armazenamento de documentos: bibliotecas, arquivos e museus. Ao longo do tempo, essas três instituições foram ampliando as suas funções e objetivos e expandindo as suas atividades. A biblioteca, por exemplo, passou a centro de documentação/informação, pode ser estruturada em redes e sistemas de informação e, hoje, como biblioteca digital ou virtual.

A autora faz uma analogia entre as três áreas objeto deste trabalho.

Assim como nas bibliotecas e museus, o profissional do arquivo pode atuar em diferentes tipos de arquivos, de acordo com as habilitações específicas. O bibliotecário, por sua vez, tanto pode atuar numa biblioteca escolar, num centro de informação altamente especializado num determinado campo do conhecimento, quanto numa biblioteca pública, nacional, ou num avançado sistema de informação multidisciplinar. O mesmo acontece com o museólogo, cuja atuação pode ocorrer em museus históricos, científicos, de Artes ou em um eco museu. Enfim, as três áreas, por aquilo que entendemos e podemos denominar 'horizontalidade' - a informação é componente e perpassa toda e qualquer área do conhecimento - cria uma situação particular que exige, conseqüentemente, solução acadêmica na formação e especialização profissionais (PINHEIRO, 1998, p.10).

Silva e Ribeiro (2002, p.153) destacam que o profissional destas áreas ainda prevalece imutável e justificado pelo paradigma custodial. Os autores resumiam os aspectos essenciais desse paradigma:

- sobrevalorização da custódia/guarda, conservação e restauro do suporte como função basilar da atividade profissional de arquivistas, bibliotecários e museólogos;
- ênfase da memória atual como futura através de pretensas antinomias – valor probatório versus valor informativo, verdade administrativa versus cultura científica e técnica, vontade de instruir versus intenção de entreter, etc.;
- importância crescente do acesso ao conteúdo dos documentos e aos próprios objetos através da elaboração de instrumentos de pesquisa, mantendo-se, contudo, o acesso fortemente condicionado pela matriz custodial, historicista e patrimonialista;
- distinção formal e profissional do arquivista, do bibliotecário, do documentalista e até do museólogo, aceitando, porém, que todos eles são agentes culturais, lidam igualmente com patrimônio e todos conservam, preservam, coligem, ordenam, classificam e difundem documentação em sentido amplo.

Silva e Ribeiro (2002, p.154/155) propõem a simbiose dessas áreas com o especialista dos Sistemas Tecnológicos de Informação numa perspectiva sistêmica. Alertam que isso só será possível com a superação do paradigma custodial e a emergência do paradigma pós-custodial, que segundo os mesmos autores compreende várias características, a saber:

- valorização da informação, residindo nela e não no suporte a sua historicidade e a sua riqueza patrimonial/cultural;
- afirmação do incessante e natural dinamismo informacional oposto ao “imobilismo” documental;

- impossibilidade de manter a compartimentação documentalista da informação pelo espaço institucional e tecnológico onde se conserva, porque este critério é superficial e não abrange o dinâmico contexto de produção, de retenção/memória e de uso/consumo;
- necessidade de conhecer a informação social através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes em vez do universo rudimentar e fechado da prática informacional empírica composta por um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer, de procedimentos de criação, classificação, ordenação e recuperação;
- alteração do atual quadro teórico-funcional em que se pontificam as práticas metodológicas e os interesses clientelares da História, do Direito e da Administração para uma postura diferente no universo dinâmico das Ciências Sociais;
- substituição da lógica instrumental patente nas expressões gestão documental e gestão da informação pela lógica científico-compreensiva da informação na gestão.

A crise do paradigma tradicional, centrado no objeto “documento” e numa lógica custodial e tecnicista, voltada essencialmente para as questões do tratamento técnico e da recuperação da informação potencializou uma mudança paradigmática, surgindo daí o paradigma informacional, científico e pós-custodial contrapondo ao modelo anterior.

No Brasil, até recentemente, com a criação dos cursos de Arquivologia e Museologia com vínculos institucionais com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação é possível destacar poucas tentativas de aproximação entre estas áreas sob o ponto de vista do modelo formativo. Em março de 1995, a Unirio, naquele momento, única instituição brasileira a ofertar ao mesmo tempo os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia tomou a iniciativa de convocar um grupo

interdisciplinar para estudar e propor o núcleo comum de disciplinas para essas três áreas. Pinheiro (1998) relata o resultado das discussões desse grupo e destaca:

A finalidade dessa proposta de núcleo comum de disciplinas é repensar a formação dos profissionais das três áreas tendo por pilares a identificação não somente dos pontos convergentes, mas também das divergências, assim como as lacunas ou superposição curriculares e, ainda, a demanda sentida de um novo profissional, mais sintonizado com as necessidades e características da moderna “sociedade de informação” e, especialmente, a demanda da sociedade brasileira (Pinheiro, 1998).

No entanto, se observarmos os currículos dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia da Unirio percebe-se que esta proposta não logrou sucesso, pois as propostas curriculares destes cursos não contam com núcleo comum de disciplinas para essas três áreas.

O Departamento de Ciências da Informação da UFES, hoje dividido em Departamento de Arquivologia e Departamento de Biblioteconomia apresentou um relatório de pesquisa desenvolvida por Rosemberg et. al. (2006) intitulado “Uma Proposta de Reformulação Curricular do Curso de Graduação em Biblioteconomia: sua construção sob a ótica da pesquisa docente. Nessa pesquisa os autores propõem a criação do Curso de Ciência da Informação na UFES a partir da harmonização entre os currículos de Arquivologia e Biblioteconomia. A proposta era criar o Curso de graduação em Ciência da Informação, com habilitações nas áreas de Arquivologia e Biblioteconomia. O relatório de pesquisa foi aprovado à unanimidade no Departamento, mas a proposta curricular apresentada pelos pesquisadores não vigorou porque não fez parte da construção do projeto pedagógico dos cursos. Além disso, o projeto de reformulação curricular cuja implantação resultaria na adoção de um núcleo comum de disciplinas para a Arquivologia e a Biblioteconomia não foi colocado em prática.

A partir da implantação do Reuni em 2008 e a criação dos novos cursos de Arquivologia e Museologia através deste programa, as escolas e departamentos de Ciência da Informação que passaram a conviver com a presença destas três diferentes áreas em um mesmo espaço institucional buscaram estratégias de aproximação entre as estas áreas. Dentre estas instituições destacamos a

Faculdade de Ciência da Informação da UnB (FCI), o Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Escola de Ciência da Informação da UFMG.

Segundo Araújo, Marques e Vanz (2011, p.100) a Faculdade de Ciência da Informação da UnB, vem estudando a harmonização do ensino das três áreas, por meio dos trabalhos da Comissão de Integração Curricular. Essa comissão está concentrada na análise de disciplinas que perpassem os interesses comuns dos três cursos, como: Introdução à Pesquisa na Ciência da Informação, Introdução à Ciência da Informação, Fundamentos da Organização da Informação, Preservação e Conservação de Documentos, Estudos de Usuários e Planejamento de Unidades de Informação configuram o campo da informação, respeitando as peculiaridades biblioteconômicas, arquivísticas e museológicas, ou seja: a proposta do núcleo comum busca o compartilhamento de disciplinas que sejam ofertadas no início dos cursos e que possam subsidiar os estudos de cada curso, mediante suas disciplinas do núcleo específico.

Na UFRGS a aproximação entre as áreas se dá por meio de um núcleo comum de seis disciplinas obrigatórias presentes nos três cursos: Introdução às Ciências da Informação, Administração Aplicada às Ciências da Informação, História dos Registros Humanos, Conhecimento e Sociedade, Fundamentos da Ciência da Informação, Metodologia da Pesquisa aplicada às Ciências da Informação. Além destas, várias outras disciplinas obrigatórias são comuns a dois dos cursos ou de caráter eletivo para os três, tais como Informação e Memória Social, Instituições de Direito, História do Rio Grande do Sul aplicada à Ciência da Informação, Conservação e Preservação de Bens Culturais, Introdução aos Estudos Históricos Aplicados a Ciência da Informação, Produção e Documentos Eletrônicos, Planejamento e Elaboração de Bases de Dados, entre outras (Araújo, Marques e Vanz, 2011, p.100).

5.1 O núcleo comum de disciplinas e atividades acadêmicas da Escola de Ciência da Informação da UFMG

A aproximação entre as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia proposta pela Escola de Ciência da Informação da UFMG (ECI-UFMG) é resultado de mudanças significativas que a escola vem realizando desde a década de 1990. Em consequência dessas mudanças, a escola trocou de nome de Escola de Biblioteconomia para Escola de Ciência da Informação, criou o curso noturno em Biblioteconomia, promoveu a alteração curricular deste mesmo curso, criou os cursos de pós-graduação (Especialização em Gestão Estratégica da Informação) e transformou o programa de Mestrado de Biblioteconomia em Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Por fim, trocou a Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG pela revista *Perspectivas em Ciência da Informação*.

Neste contexto, a escola mudou seu perfil docente buscou atrair para seus cursos de pós-graduação profissionais oriundos de diversificadas áreas de conhecimento visando “[...] adequar-se à nova realidade da área de informação e dos programas atuais da Escola” (Barbosa, *et al*, 2000).

A Escola de Biblioteconomia estava interessada em oferecer outras habilitações dentro da área de Ciência da Informação. Acreditava-se que a mudança na denominação da Escola e de seu curso de graduação, que passaria a se chamar Ciência da Informação, iria facilitar a introdução de outras habilitações ou ênfases, na linha das diretrizes curriculares do MEC (BARBOSA *et al*, 2000, p.).

Foi no bojo dessas mudanças e aproveitando o Reuni que a Escola de Ciência da Informação da UFMG criou os cursos de Arquivologia e de Museologia no sentido de ofertar outras habilitações dentro do que a escola entendia como área de Ciência da Informação.

Os cursos de graduação da Escola de Ciência da Informação da UFMG foram reestruturados e construídos visando abrigar os cursos de Arquivologia e Museologia. A proposta final aprovada foi a criação de um núcleo comum de

atividades acadêmicas para os três cursos com 17 atividades acadêmicas a serem cursadas em todos os três cursos.

Figura 2: Matriz curricular do curso de Biblioteconomia da UFMG

1	Introdução à biblioteconomia, arquivologia e museologia	Fundamentos de organização da informação	Informática aplicada à ciência da informação	Cultura e informação	Teorias da organização
2	Fundamentos da ciência da informação	Gestão de unidades de informação	Introdução a bancos de dados	Análise de assunto	Elaboração e apresentação do trabalho científico
3	Linguagens de indexação	Métodos e técnicas de pesquisa	Usuários da informação	Catálogo descritiva	Introdução às fontes de informação
4	Memória e patrimônio cultural	Planejamento em unidades e sistemas de informação	Formação e desenvolvimento do acervo	Acesso a fontes de informação em meio digital	Sistemas de recuperação da informação
5	Bibliotecas, arquivos e museus digitais	Preservação do acervo (30H)	Leitura e formação do leitor	Sistemas de classificação: CDD	Pesquisa de informação em meio digital (30h)
		Competência informacional (30H)			Outras atividades acadêmicas (30H)
6	Sistemas de classificação: CDU	Organização bibliográfica nacional	Serviços de disseminação da informação	Outras atividades acadêmicas	Outras atividades acadêmicas
7	Estágio curricular I (90H)	Outras atividades acadêmicas	Outras atividades acadêmicas	Outras atividades acadêmicas	Outras atividades acadêmicas (30H)
8	Estágio curricular II (150 H)	Outras atividades acadêmicas	Outras atividades acadêmicas (30H)	Outras atividades acadêmicas (30H)	Outras atividades acadêmicas (30H)

Obs: fundo amarelo, tronco comum; fundo lilás, tronco específico de Biblioteconomia e Gestão da Informação; fundo cinza, atividades acadêmicas de flexibilização curricular. Todas as atividades acadêmicas possuem 60 h/aula, com exceção das atividades assinaladas.

Fonte: CENDON *et al.*, (2008, p. 239-240)

Figura 3: Matriz curricular do curso de Arquivologia da UFMG

1	Introdução à biblioteconomia, arquivologia e museologia	Fundamentos de organização da informação	Informática aplicada à Ciência da Informação	Cultura e informação	Teorias da organização
2	Fundamentos da ciência da informação	Gestão de unidades de informação	Introdução aos bancos de dados	Análise de assunto	Fundamentos de arquivologia
3	Linguagens de indexação	Métodos e técnicas de pesquisa	Usuários da informação	Organização e métodos aplicados à arquivologia	Gestão de documentos arquivísticos
4	Memória e patrimônio cultural	Planejamento em unidades e sistemas de informação	Descrição de documentos arquivísticos	Avaliação de documentos arquivísticos	Outras atividades acadêmicas
5	Bibliotecas, arquivos e museus digitais	Preservação do acervo (30H) Competência informacional (30H)	Gestão arquivística de documentos eletrônicos	Arquivos permanentes	Outras atividades acadêmicas
6	História administrativa do Brasil e regional	Planejamento e gestão de redes e sistemas de arquivos	Diplomática e tipologia documental (30H) Outras atividades acadêmicas (30H)	Outras atividades acadêmicas	Outras atividades acadêmicas
7	Estágio curricular I (90 H)	Outras atividades acadêmicas	Outras atividades acadêmicas	Outras atividades acadêmicas	Outras atividades acadêmicas (30 H)
8	Estágio curricular II (150 H)	Outras atividades acadêmicas	Outras atividades acadêmicas (30H)	Outras atividades acadêmicas (30 H)	Outras atividades acadêmicas (30H)

Obs: fundo amarelo, tronco comum; fundo laranja, tronco específico de Arquivologia; fundo cinza, atividades acadêmicas de flexibilização curricular. Todas as atividades acadêmicas possuem 60 h/aula, com exceção das atividades assinaladas.

Fonte: CENDON *et al.*, (2008, p. 239-240)

Figura 4: Matriz curricular do curso de Museologia da UFMG

1	Introdução à biblioteconomia, arquivologia e museologia	Fundamentos de organização da informação	Informática aplicada à ciência da informação	Cultura e informação	Teorias da organização
2	Fundamentos da ciência da informação	Gestão de unidades de informação	Patrimônio cultural no mundo moderno e contemporâneo	Fundamentos de museologia	Tipologia de museus
3	Usuários da informação	Métodos e técnicas de pesquisa	Documentação museológica	Museografia I	Arte e musealização I
4	Memória e patrimônio cultural	Planejamento em unidades e sistemas de informação	Museografia II	Patrimônio cultural no Brasil	Arte e musealização II
5	Bibliotecas, arquivos e museus digitais	Competência informacional (30H)	Exposição museográfica I	Conservação e museus I	Arte e museus no Brasil

		Função social dos museus (30H)			
6	Metodologia da pesquisa histórica em museus	Patrimônio cultural mineiro (30H)	Exposição museográfica II	Conservação e museus II	Outras atividades acadêmicas (90H)
7	Vivência profissional supervisionada em museologia A (90H)	Outras atividades acadêmicas	Outras atividades acadêmicas	Outras atividades acadêmicas	Outras atividades acadêmicas (30H)
8	Vivência profissional supervisionada em museologia B (120 H)	Outras atividades acadêmicas	Outras atividades acadêmicas	Outras atividades acadêmicas (30H)	Outras atividades acadêmicas (30H)

1. A cor amarela representa disciplina pertencentes ao Tronco Comum de Ciência da Informação. O azul escuro representa as disciplinas do Tronco Específico de Museologia a serem ministradas na Escola de Ciência da Informação. O azul claro representa as disciplinas do Tronco Específico de Museologia a serem ministradas na Escola de Belas Artes.

Fonte: Araújo *et al.*, (2010, p. 306-307)

O núcleo comum de disciplinas na ECI-UFMG entrou em vigor em 2010, quando iniciou a primeira turma do curso de Museologia. O novo currículo do curso de Biblioteconomia foi implantado em 2008, a primeira turma do curso de Arquivologia iniciou seus estudos em 2009 e o curso de Museologia começou suas atividades em 2010, desta forma, a proposta de núcleo comum de atividades acadêmicas tendo a Ciência da Informação como estrutura comum de formação só começou a ser implementada em todos os cursos em 2010

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção abordamos o caminho metodológico que será adotado para realizar esta pesquisa, desde a definição do tipo de pesquisa, passando pela escolha do espaço de pesquisa, as técnicas e os instrumentos de pesquisa. Para González de Gómez (2000, p.1), metodologia da pesquisa designa, de maneira ampla, o início e orientação de um movimento de pensamento cujo esforço e intenção direciona-se à produção de um novo conhecimento num horizonte de possibilidades sociais historicamente definidas

Para Minayo (1996, p.22), metodologia é o caminho e o instrumental próprios de abordagem da realidade[...] ela inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador. Desta forma, a abordagem metodológica desse trabalho começou pela definição do **tipo de pesquisa**. Nesse caso, optamos pela pesquisa qualitativa do tipo exploratória através de um estudo de caso. A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.

A pesquisa qualitativa é geralmente associada à pesquisa exploratória interpretativa, enquanto a pesquisa quantitativa é associada a estudos positivistas confirmatórios (Wildemuth, 1993). Normalmente a pesquisa qualitativa é associada a dados qualitativos, abordagem interpretativa e não experimental, análise de caso ou conteúdo, enquanto a pesquisa quantitativa é associada a dados quantitativos abordagem positivista e experimental e análise estatística (PATTON, 1980).

A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses (GIL, 2002). Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível,

de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão”.

Embora o planejamento da pesquisa exploratória seja bastante flexível, na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso. O estudo de caso, forma escolhida para esta pesquisa, ocorre quando envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento. Para Roese (1998, p.199), “Um estudo de caso se caracteriza pela busca da maior quantidade possível de informações acerca do objeto de estudo, pela busca de informações do tipo como (que denotam o nível de especificidade das questões de pesquisa) e por que (que demonstram o grau de aprofundamento destas questões)”

O estudo de caso é utilizado nas ciências sociais com diferentes propósitos, tais como:

- explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- preservar o caráter unitário do objeto estudado;
- descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;
- formular hipóteses ou desenvolver teorias; e
- explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

Após a definição do tipo de pesquisa passamos para a fase da exploração do campo, que de acordo com MINAYO (1996, p.101), contempla as seguintes atividades: a) escolha do espaço de pesquisa; b) escolha do grupo de pesquisa; c) estabelecimento dos critérios de amostragem; d) estabelecimento de estratégia de entrada em campo.

A escolha de um local adequado de pesquisa e a familiaridade do pesquisador com os membros do grupo são aspectos fundamentais da pesquisa qualitativa. Neste caso, a escolha do **espaço de pesquisa** recaiu sobre a Escola de Ciência da Informação da UFMG (ECI-UFMG). A definição por esta escola deu-se pelos seguintes motivos:

- a experiência do autor como aluno de graduação e pós-graduação nesta escola trouxe a familiaridade com os membros do grupo a ser pesquisado;
- a facilidade de acesso aos membros do grupo a ser pesquisado;
- a grande diversidade dos perfis dos docentes da ECI-UFMG;
- a grande importância desta escola no contexto da Ciência da Informação no Brasil, e, principalmente;
- o fato de que das três escolas que possuem Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação em mesmo espaço institucional, só ECI-UFMG implantou uma proposta de núcleo comum de disciplinas e atividades acadêmicas visando aproximar essas áreas.

Na escolha do **grupo de pesquisa**, seguimos os critérios indicados por Minayo (1996, p. 106) para a escolha de uma amostragem qualitativa, onde devemos:

- a) Privilegiar os sujeitos sociais que detêm os atributos que o investigador pretende conhecer;
- b) Considerá-los em número suficiente para permitir certa reincidência das informações, porém não despreza informações ímpares cujo potencial explicativo tem que ser levado em conta;
- c) Entender que na sua homogeneidade fundamental relativa aos atributos, o conjunto de informantes possa ser diversificado para possibilitar a apreensão de semelhanças e diferenças;
- d) Esforçar-se para que a escolha do *lôcus* e do grupo de observação e informação contenha o conjunto das experiências e expressões que se pretende objetivar com a pesquisa.

Seguindo esses critérios, escolhemos como grupo de pesquisa, os docentes responsáveis pelo ensino, pesquisa e extensão na ECI-UFMG. A Escola de Ciência da Informação da UFMG contava à época da pesquisa com 43 docentes, sendo 37 em regime de dedicação exclusiva e seis contratados no regime 20 horas.

Dos 43 docentes 16 são graduados em Biblioteconomia, oito são graduados em História, cinco têm graduação na área de engenharia, três em computação, dois em psicologia, dois em letras e os demais possuem graduações diversas, sendo um com graduação em Arquivologia, outro em Matemática, um em Serviço Social, em Antropologia, outro em Artes Visuais e outro em Sociologia. Quanto ao mestrado, 15 possuem mestrado em Ciência da Informação, cinco tem mestrado em Biblioteconomia, quatro em História, quatro na área de administração, três na área de Ciência da Computação, dois em Sociologia, e um nas áreas de Educação, Engenharia da Produção, Artes Visuais, Comunicação, Museologia e Ciência Política. No doutorado, predomina a área de Ciência da Informação com 16 docentes com essa titulação, a seguir vêm as áreas de Educação e História com quatro docentes. A área de Administração tem dois doutores e as demais áreas, Museologia, Psicologia Social, Informática, Comunicação e Semiótica, Estudos Literários, Sociologia, Engenharia Industrial e Antropologia Social possuem um doutor de cada no corpo docente. O que se observa é que o quadro de docentes da UFMG apresenta grande diversidade de formações, sobressaindo-se a Biblioteconomia na formação em graduação e a Ciência da Informação nos níveis de mestrado e doutorado.

Quanto ao tempo como docente na ECI, temos 18 docentes entre um e três anos na escola, quatro docentes completaram seis anos. Os demais docentes estão na escola há mais de 10 anos, um docente com 10 anos, seis docentes com 15 anos, seis docentes com 19 anos, um docente com 21 anos, um docente com 28 anos e três docentes com mais de trinta anos.

Para a definição da amostra, dividimos o universo de 43 docentes lotados na ECI-UFMG em quatro grupos seguindo os seguintes critérios: Grupo (A): oito docentes

para o curso de Arquivologia; Grupo (B): seis docentes para o curso de Museologia; Os grupos C e D são constituídos pelos professores que já estavam na instituição quando se iniciou o Reuni e que foram contratados para atender ao curso de Biblioteconomia e para a pós-graduação em Ciência da Informação. Para efeitos da pesquisa, optou-se por dividi-los em dois grupos: o grupo (C): 14 docentes com formação em Biblioteconomia e o grupo (D): 15 docentes com formação em nível de graduação sem relação com a Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, mas com alguma relação de formação com a Ciência da Informação, seja em mestrado ou doutorado, ou como docente e orientador em Ciência da Informação. A amostra foi retirada dentro desses quatro grupos buscando contemplar também os seguintes critérios:

- formação: entendemos que seria importante que os entrevistados tivessem a formação distribuída de forma uniforme evitando que se entrevistassem só docentes com formação numa área específica, Biblioteconomia, por exemplo. Assim teríamos docentes selecionados de acordo com todas as áreas que listamos acima. Partimos do pressuposto de que a diversidade de formação implica em diferentes concepções sobre a aproximação das áreas num núcleo comum de atividades;

- tempo como docente na ECI-UFMG: entendemos ser importante também que selecionássemos docentes com mais tempo trabalhado na ECI e docentes que começaram recentemente na escola, pois entendemos que o tempo trabalhando na área e na escola interfere na percepção sobre a formação que deve ser dada na área.

A formação dos docentes e o tempo trabalhado como docente na área e na escola influenciam na posição dos atores no interior do campo da Ciência da Informação e este elemento foi considerado importante no momento da definição da amostra.

Quanto ao tempo de trabalho dos docentes na ECI-UFMG buscamos equilibrar a amostra evitando entrevistar só professores novatos, ou só professores com muito tempo de casa. Exceção feita ao grupo 1 e grupo 2, pois nestes grupos, os docentes

foram contratados em função da criação dos cursos da Arquivologia e Museologia a partir do ano de 2008, logo, todos os docentes selecionados para a entrevista começaram recentemente a trabalhar na escola.

Em função de tratarmos de uma pesquisa de cunho qualitativo a seleção dos entrevistados não foi feita de acordo com os moldes da amostragem probabilística. Optamos por uma amostra intencional que é aquela em que o pesquisador pode arbitrar sobre as unidades de população a serem estudadas e observadas, principalmente, em situações específicas e particulares. Em nosso caso, buscamos explorar as diferentes opiniões e representações que os docentes têm sobre a aproximação em núcleo comum das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

Após definirmos os quatro grupos escolhemos uma amostra intencional, com quatro docentes do grupo (A), quatro docentes do grupo (B) quatro docentes do grupo (C) e quatro docentes do grupo (D). No interior destes grupos optamos por diferenciar os entrevistados pela numeração crescente (1, 2, 3, 4). Esta estratégia visa garantir o anonimato aos investigados utilizando a letra após o número do grupo a qual ele pertence para identificá-lo no momento da análise dos dados. Ex: entrevistado (1 A)

Nossa estratégia de entrada em campo começou com uma visita ao gabinete de cada docente, onde apresentou-se a proposta de pesquisa. Nessa etapa foram estabelecidos os primeiros contatos e a aprovação para realização da pesquisa de campo. Após o contato inicial, fizemos reuniões com os docentes, onde apresentamos o objetivo da pesquisa, estabeleceremos as datas e a forma das entrevistas.

Os procedimentos adotados para a consecução dos objetivos deste trabalho compreenderam os seguintes passos:

a) levantamento, seleção e consulta à literatura;

- b) levantamento na Plataforma Lattes de todos os currículos dos docentes da ECI-UFMG
- c) pesquisa de campo através de entrevistas com os docentes da ECI-UFMG.

Esta pesquisa buscou fundamentar-se no ponto de vista metodológico qualitativo. Uma abordagem que consiste na utilização de instrumentais, tais como a entrevista qualitativa. Para GASKELL (2007, p.65) o emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceptuais e abstratos. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos. De acordo com Minayo (1996, p.108), mediante a entrevista podem ser obtidos dados de duas naturezas:

- os que se referem a fatos que o pesquisador poderia conseguir através de outras fontes como censos, estatísticas, registros civis, etc. São os dados denominados objetivos;
- os que se referem diretamente ao indivíduo entrevistado, isto é, suas atitudes, valores e opiniões. São informações ao nível mais profundo da realidade que os pesquisadores costumam denominar subjetivos. Só podem ser conseguidos com a contribuição dos atores sociais envolvidos.

A entrevista semiestruturada foi o instrumento que privilegiamos para obter os dados de nossa investigação. Essa técnica combina perguntas fechadas e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador. Para Manzini (1990, p. 154), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode

fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Definimos o roteiro de entrevista de acordo com os seguintes eixos norteadores: percepção dos docentes sobre relação da CI com as áreas que compõem o campo; a percepção dos docentes sobre os pontos convergentes entre as áreas; a percepção dos docentes sobre os pontos que dificultam esta aproximação entre as áreas; a percepção dos docentes sobre a experiência de núcleo comum proposta da ECI-UFMG para a aproximação entre as áreas.

As informações coletadas foram organizadas visando à análise e sistematização. Os dados foram analisados e sistematizados tendo como orientação o aporte teórico da revisão de literatura.

O processo de análise de dados é definido por Kerlinger (1980, p. 353) como “[...] a categorização, ordenação, manipulação e sumarização de dados”. Tem por objetivo reduzir grandes quantidades de dados brutos a uma forma interpretável e mensurável.

Em pesquisas qualitativas, as grandes massas de dados são quebradas em unidades menores e, em seguida, reagrupadas em categorias que se relacionam entre si de forma a ressaltar padrões, temas e conceitos (BRADLEY, 1993).

Análise é o processo de ordenação dos dados, organizando-os em padrões, categorias e unidades básicas descritivas; Interpretação envolve a atribuição de significado à análise, explicando os padrões encontrados e procurando por relacionamentos entre as dimensões descritivas (PATTON, 1991).

Ao final de um trabalho de coleta de dados obtivemos 16 entrevistas que passaram pelo trabalho de escuta e transcrição das falas visando a organização e categorização de acordo com os objetivos da pesquisa. A partir das respostas definimos as categorias de análise que deram base a análise dos dados coletados.

Vencida a etapa de organização/classificação do material coletado, procedemos à análise dos dados visando a apresentar a percepção dos docentes sobre as temáticas focalizadas na aproximação entre as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Nesta etapa foram operados os conceitos e construtos do referencial teórico que orientaram a interpretação dos dados gerados no trabalho de campo.

7 A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES SOBRE AS POSSIBILIDADES DE APROXIMAÇÃO ENTRE ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA VIA MODELO FORMATIVO

Ao final da coleta de dados e da organização dos mesmos procedemos à sistematização e análise dos dados agrupando-os em alguns eixos desenhados posteriormente, a partir daquilo que emergiu das falas dos entrevistados. Os argumentos de cada entrevistado dentro de cada eixo serão identificados de acordo com a letra referente ao grupo (exemplo: grupo A) e pela numeração crescente (1, 2, 3, 4). Ex: (entrevistado 1 A)

A sistematização dos dados foi desenvolvida através de eixos definidos de acordo com duas categorias de análises que surgiram das falas dos entrevistados. A primeira categoria emergiu da ideia de que a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia estão subordinadas a Ciência da Informação. A segunda categoria vem da ideia de contraposição à primeira categoria, nela a Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação são independentes entre si, e possuem alguns pontos convergentes. Nesse caso, os entrevistados destacam onde elas se convergem e onde divergem.

7.1 A concepção da Ciência da Informação como base teórica e conceitual para a aproximação entre as áreas

As propostas de modelo formativo com núcleo comum de atividades para as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia têm, em quase todos os casos, a ideia de que a Ciência da Informação funcionaria como campo base para esta aproximação, como demonstra Cendon et al. (2008) e Araújo, Marques e Vanz (2011). No entanto, as falas dos entrevistados destacam a percepção de que as áreas são autônomas e que a Ciência da Informação é uma área no mesmo patamar

hierárquico que as demais. Embora em algumas falas apareça a ideia de que existe uma dimensão informacional e documentária que perpassa estas áreas, isso não configura, para estes entrevistados, a subordinação destas áreas a Ciência da Informação. A Ciência da Informação não é vista como base teórica para estas áreas, no sentido de que a produção teórica da área não é suficiente para abarcar as questões que são colocadas pelas outras três áreas.

Algumas falas dos entrevistados demonstram que o objetivo da ECI-UFMG era criar um núcleo comum de atividades acadêmicas tendo a Ciência da Informação como estrutura básica de formação para as demais áreas, ou seja, o entendimento da escola era de que há uma dimensão informacional que é comum para as três áreas. (entrevistados 3 C, 2 C, 1 C, 1 D).

O que se observa é que esta concepção de Ciência da Informação como base conceitual para as demais áreas encontra força na Tabela de áreas de Conhecimento (TAC) estabelecida pelo CNPq. No entanto, em algumas falas, os entrevistados demonstram insatisfação com essa classificação em que Ciência da Informação é alçada a área maior que engloba a Arquivologia e Biblioteconomia como subárea. No caso da Museologia, os entrevistados destacam ainda que ela nem faz parte desta classificação.

Um dos entrevistados entende que essa construção, esse esquema em que essas três áreas são englobadas pela Ciência da Informação parece ser uma leitura histórica recente e aparece no quadro de classificação do CNPq, mas é algo histórico e que parece ser algo do contexto brasileiro. Ele destaca:

Me parece que é um engano esta leitura e o fato do quadro do CNPq apresentar Arquivologia e Biblioteconomia como subcampos da Ciência da Informação não significa exatamente que seriam subcampos sem autonomia ou subcampos digamos, no mesmo patamar hierárquico, enfim, inferiores a Ciência da Informação. Eu acho que é uma leitura equivocada que se faz esta que é representada pelo desenho do guarda chuva. [...] Me parece que a ideia aqui é uma formação comum em alguns pontos, mas reconhece-se a autonomia das três áreas. Arquivologia, Biblioteconomia não estariam subordinadas a Ciência da Informação. (Entrevistado 1 A)

Outro entrevistado concebe que essa visão é só da academia. E da influência pessoal de alguns professores, da posição que eles ocupam em órgãos como a CAPES, CNPq, MEC e os comitês da Associação Brasileira de Ensino em Ciência da Informação (ABECIN) e coordenadores de programas de pós-graduação em Ciência da Informação. Ele registra que na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) isso não se sustenta:

Na CBO eles foram convocados para o mesmo grupo, os arquivistas e os museólogos e não quiseram ficar na mesma família. Eles não se identificaram, eles criaram uma outra família que é arquivistas e museólogos. Importante, então na CBO eles são separados mesmo. No CNPq os arquivistas estão juntos com os bibliotecários como subáreas da Ciência da Informação (Entrevistado 4 D).

O citado segue colocando em discussão que:

O *benchmarking* destas áreas é a Unirio, lá tem também os cursos de Arquivologia e o de Museologia que são escolas que não quiseram esta mesma proposta de aproximação com a Ciência da Informação. Eu acho interessante isto, eles não são nem a mesma escola. São três escolas. Eu acho que isto é benchmarking. São os líderes da área. Eu acho que a tendência é preservar as áreas.

O entrevistado 2D segue na mesma linha discordando de que a Ciência da Informação funciona como guarda-chuva para as demais áreas:

Eu não sei como a Ciência da Informação ela pensa e qual é o projeto dela sobre esta interação com estas outras áreas. Não basta falar que a Ciência da Informação é composta por Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Porque ela nem é assim, isto não é entendido, isto não é uma unanimidade, isto não é entendido assim nem nas nossas agências financiadoras de pesquisa. A Museologia não faz parte da Ciência da Informação dentro dos programas de fomento a pesquisa. A Arquivologia está criando um mestrado que não é dentro de um programa de Ciência da Informação (Entrevistado 2 D).

O entrevistado 3D também discorda da concepção da Ciência da Informação como guarda-chuva para as outras áreas:

Não acredito nessa ideia da Ciência da Informação virar um guarda-chuva. A nossa escola abrigou estes três cursos, mas eu não vejo a Ciência da Informação como uma coisa que vá englobar essas áreas, não vejo mesmo, até porque essas outras áreas têm as suas raízes diferentes da Ciência da Informação. Na História, na Museologia você tem outras tradições culturais e científicas, eu não vejo, não acho que vai acontecer da CI ser base conceitual (Entrevistado 3 D).

Igualmente, o entrevistado 4 A não concorda que a Arquivologia, a Biblioteconomia, a Museologia e a Ciência da Informação sejam subordinadas a Ciência da Informação, para ele temos quatro campos autônomos que não começam do mesmo ponto, tronco, raiz, núcleo. Cada uma tem seu pondo de saída. "Eu vejo estes

movimentos entre elas e estes movimentos de encontro. Não vejo todas elas saindo do mesmo ponto, todas elas saindo da mesma raiz. Deste mesmo núcleo." (Entrevistado 4 A).

Ele segue destacando que "[...] não vê a possibilidade de recobrimento, de uma área engolir a outra ou ser suporte da outra, mas sim que as áreas têm a sua especificidade, mas que também existem possibilidades de ter uma relação interdisciplinar forte e que vai ajudar no desenvolvimento das áreas" (Entrevistado 4 A).

O entrevistado 2 C diverge um pouco dos argumentos anteriores e infere que a proposta da ECI-UFMG foi construída a partir de um núcleo comum de disciplinas e de conteúdos para fazer com que os três cursos conversassem e que tivessem como guarda chuva, a Ciência da Informação. Para ele o que tem acontecido é que os três cursos estão dando mais ênfase às suas especificidades. Nessa direção, ele menciona:

Eu acho que por mais que se tenha que fazer a aproximação, o hiato é muito grande. O que se tenta fazer e aí também colocando a Ciência da Informação como guarda chuva é tentar diminuir este hiato. Há uma tentativa de fazer isto. Fazer com que realmente seja uma Escola de Ciência da Informação, com estes cursos, mas que a base do que está no alicerce seja a Ciência da Informação (Entrevistado 2 C).

Ou seja, a Ciência da Informação seria a responsável por diminuir esse hiato entre as áreas. O que grande parte dos entrevistados discute é exatamente isso, a Ciência da Informação não é a área responsável por diminuir esse hiato, pois essas áreas são anteriores a Ciência da Informação. Possuem uma história, marcos teóricos próprios, o que dificulta essa ideia de guarda-chuva.

O entrevistado 1 C apresenta uma visão que não coaduna com a concepção de que a Ciência da Informação é a base para as demais áreas. Ele não entende que a Ciência da Informação abriga a Biblioteconomia e a Arquivologia como subáreas, e defende que "[...] há quatro áreas diferentes aqui na escola (ECI-UFMG), é a minha opinião pessoal, Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. Sendo que algumas são cobertas pela graduação e a Ciência da Informação é coberta pela pós-graduação.

Nessa mesma linha de raciocínio observamos duas falas que se mostraram um pouco contraditórias, pois ao mesmo tempo em que discordam de ideia de Ciência da Informação como guarda-chuva para a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, entendem que essas áreas são perpassadas por uma dimensão informacional, tal como observa o entrevistado 1 D, ou por processos documentários, como especifica o entrevistado 4 C.

Eu acho que a gente tem que pensar a Ciência da Informação como um campo mais amplo, que estas áreas, não é que se subordinam, porque não acho que é subordinação. Eu acho que a Ciência da Informação, o escopo dela, é um e destas áreas é outro. Só que elas têm um elemento comum que é a questão informacional. É uma dimensão de processos, de técnicas e tal que são convergentes. Mas eu não sei te falar, eu não acho que ela fica acima dos outros campos. Eu acho, vamos dizer, eu acho que ela permite a convergência desta dimensão informacional neste campo, nas especificidades do campo, mas sobre esta grande bandeira (Entrevistado 1 D).

Eu não entendo que Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia configura a Ciência da Informação e respondem dentro deste escopo de pesquisa da Ciência da Informação. Não estou dizendo isto. Mas eu acho que esta abordagem é uma abordagem profícua para a pesquisa sob o ponto de vista dos processos documentários que dão conta ou que objetivam a apropriação da informação. Então potencialmente eu acho que é algo que é válido explorar (Entrevistado 4 C).

A dúvida que fica é saber se o fato de serem perpassadas por uma dimensão informacional caracterizaria algum tipo de subordinação dessas áreas mais antigas à Ciência da Informação.

Os entrevistados exploram o fato de que essas áreas, a Biblioteconomia, a Arquivologia, a museologia antecedem a Ciência da Informação, elas possuem historicidade, elas se constituíram como campos disciplinares singulares, mantiveram relações com diversas disciplinas ao longo do tempo, mas se mantiveram como campos autônomos. Nessa perspectiva, o entrevistado 1 A observa:

Eu vejo uma proximidade destes campos disciplinares, porém também uma singularidade histórica, quer dizer historicamente estes campos se constituíram a partir de uma trajetória única... Então penso que estes campos que historicamente já se constituíram como campos singulares, neste atual contexto, ainda se torna mais evidente a singularidade por conta deste maior acúmulo, deste maior conhecimento das áreas, de todas as áreas de conhecimento e não apenas desta, de todas as áreas de conhecimento (entrevistado 1 A).

Esse entrevistado entende que a fronteira entre Arquivologia e Ciência da Informação é grande e que a Ciência da Informação tem muito a contribuir com a Arquivologia e vice-versa, mas entende que a Arquivologia é uma área autônoma devido a esta singularidade histórica mencionada. Ele conclui alertando que quando fala em autonomia é uma autonomia sem isolamento.

O entrevistado 4 A também revela a historicidade dos campos para caracterizar a autonomia destas áreas. Para ele, a Arquivologia, a Biblioteconomia, a Museologia e a Ciência da Informação são quatro disciplinas autônomas e no que tange a Arquivologia, sua área de atuação, ressalta que:

A Arquivologia é um campo autônomo e traz conceitos anteriores a Ciência da Informação. O princípio da proveniência, por exemplo, que é o princípio chave da Arquivologia, existia muito antes da Ciência da Informação. O próprio conceito de arquivo voltado para a sociedade é com a revolução francesa. Nem se falava ainda em Ciência da Informação. Conceito de organicidade, de teoria das três idades são coisas que vem bem antes (Entrevistado 4 A).

Ele prossegue, “[...] a Arquivologia é autônoma, tem suas especificidades, mas ela busca a autonomia sem se isolar. Precisa primeiro se autoconhecer, precisa ser disciplinar para depois ser interdisciplinar”.

Sobre as estratégias mais recentes de busca dessa autonomia, o entrevistado 2 B, tratando especificamente da Museologia, posiciona assim:

Ela é uma área autônoma e com um forte movimento de manutenção desta separação [autonomia], com a criação de comitês de avaliação de cursos que são específicos, formados por museólogos e por profissionais de museus. Com a destituição do Comitê anterior que era formado pela Ciência da Informação eu vejo um movimento, em âmbito nacional, cada vez mais forte de distanciamento da Museologia em relação a Ciência da Informação. (Entrevistado 2 B).

Ele justifica esta separação em relação a Ciência da Informação destacando a importância da manutenção de questões próprias da Museologia que poderiam ser perdidas se ela se integrasse totalmente a Ciência da Informação.

Eu acho que o diálogo é possível, ele é bom e deve ser cultivado de alguma forma. Mas, acho que se a Museologia não fosse autônoma perderia um viés, aliás, talvez, o seu melhor viés, se ela se encaixasse totalmente nas questões colocadas pelas Ciências da Informação hoje. Ela perderia, mudaria de rumo, um rumo que ela tem traçado e perderia o que tem de melhor na sua produção e que são questões que nem se colocam, às vezes, pela Ciência da Informação. (Entrevistado 2 B).

Nessa mesma linha de discussão, o entrevistado (1 B) apresenta algumas estratégias que a Museologia vem desenvolvendo no sentido de manter a sua singularidade mediante o fortalecimento da área em termos institucionais.

Para você ter uma ideia o grupo da Capes que fazia avaliação dos cursos de Museologia era formado por professores da Ciência da Informação e a rede nacional dos professores do campo da Museologia fez um contato com a Capes e conseguiu formar uma comissão de pessoas ligadas ao campo da Museologia. Nas reuniões deste grupo que é um grupo nacional já vem se dizendo isto, a necessidade da gente publicar na área da Museologia e não ficar publicando em áreas afins, como é o caso da Ciência da Informação, porque senão a gente não vai fortalecer o campo nunca. E você acaba também viciando muito o seu objeto de trabalho. A Museologia é muito mais do que a Ciência da Informação se você se engessa neste campo você publica com uma perspectiva muito restrita, digamos assim (Entrevistado 1 B).

Os entrevistados destacam a autonomia e a singularidade das áreas em relação à Ciência da Informação, contudo, reconhecem que há proximidade e possibilidades de contribuição da Ciência da Informação, tanto quanto há possibilidades de contribuição e proximidade com qualquer outra área das Ciências Sociais Aplicadas.

O entrevistado 3 C entende que a base teórica da Ciência da Informação é útil para as três áreas, mas percebe que há muita dificuldade de trabalhar com essa base teórica nas três áreas por causa das especificidades da cada uma. Para ele, os conteúdos relacionados aos aspectos gerenciais e tecnológicos oriundos das discussões no âmbito da Ciência da Informação podem contribuir com as demais áreas.

Tem uma parte muito forte com a parte de tecnologia da informação, e com a de gestão da informação, a parte gerencial da informação. E isto é útil para as três áreas, pode ser sim, mas como é que você vai trabalhar isto. O grande problema é não é que a base teórica da Ciência da Informação não sirva para as três áreas, ela serve só que ela tem que ser trabalhada com enfoques diferenciados. Ou seja, você tem que mostrar que a gestão da informação ela é importante? Ela é importante. E como é que ela funcionaria nas três áreas. O que ela deveria observar nas três áreas. E então eu acho que é essa a grande dificuldade em se ter o núcleo comum para as três áreas (Entrevistado 3 C).

Esse participante da pesquisa traz, ainda, uma questão de dependência teórica da Ciência da Informação em relação à Biblioteconomia: “A Biblioteconomia é uma área forte dentro da Ciência da Informação. É uma área que contribuiu muito com o

referencial teórico da Ciência da Informação”. No caso da Arquivologia e da Museologia é mais difícil trabalhar nessa perspectiva, pois:

Olha as duas áreas, Arquivologia e Museologia, trabalham também com informação. Agora o referencial teórico das duas, principalmente aqui no Brasil ele é bem menos denso na área da Ciência da Informação, eles têm muita coisa voltado para o lado da História. Muitas pesquisas, muitos referenciais teóricos deles vêm mais da História do que da própria Ciência da Informação. Contribuem mais com a História do que com a própria Ciência da Informação (Entrevistado 3 C).

Por sua vez, o entrevistado 4 C entende que existe uma base teórico-conceitual que sustenta os processos documentários nas três áreas. Trata-se de uma base que precisa ser considerada ao pensar-se na produção de um tronco comum. Ele entende que a pesquisa nos campos da Arquivologia e Museologia deve observar com cuidado a relação das áreas a partir de seus aspectos informacionais.

Eu não acredito em pesquisa seria nestas duas áreas que não passem pela questão documentária. Quando eu falo documentária é dos aspectos informacionais mesmo. Seja do ponto de vista da Documentação ou da Ciência da Informação. Então a Documentação ela se apresentou em grande medida pensando as três áreas. Ela se desenvolveu muito em função da informação científico técnica mais bibliográfica do que arquivística, mas considerando sempre a Arquivologia. A questão da Museologia esteve relativamente presente e tem uma história sobre isto. A gente vê que tem literatura que mostra este movimento. A gente encontra literatura em vários idiomas ou no próprio país, histórica, mais antiga e mais recente, e não só sobre a Museologia como um todo, mas sobre a organização da informação, não só sobre isto, mas que está falando, está pensando a Museologia sob um ponto de vista de reprodução de mensagem para fornecer a informação para alguém (Entrevistado 4 C).

O entrevistado 1 D entende que a Ciência da Informação deve ser pensada como um campo mais amplo, que permite a convergência destas áreas. Para ele “[...] a grande discussão, o grande nó, é como legitimar isto na Ciência da Informação, é como avançar para garantir que possa haver correlação entre estas áreas e a Ciência da Informação” (Entrevistado 1 D). A questão aqui é: é preciso legitimar isso? Por quê? Para quê?

Descrevendo a Ciência da Informação, o entrevistado 3 D argumenta:

Na verdade a CI é um tipo de olhar para o fenômeno informacional contemporâneo, de uma maneira especial, você tem as necessidades de informação, você faz diagnóstico, existe o problema da sobrecarga informacional, você precisa de filtros, você precisa tratar a informação para recuperar e isso fica cada vez mais interativo e

isso vale para qualquer tipo de documento, então eu acho que a CI é um outro tipo de olhar, não dá para você encaixar uma coisa dentro da outra. Eu acho que a CI é mais uma forma de olhar, uma perspectiva teórica e metodológica. Porque você tem a Biblioteconomia, ela tem uma identidade com as bibliotecas, tem a Arquivologia com a questão dos arquivos, uma questão institucional muito forte, tem também a Museologia. Então você tem uma forma de olhar que perpassa essas três áreas que eu acho que seja a CI (Entrevistado 3D).

Entende também que o que vai haver é “Uma conexão mais diagonal entre as áreas em que os prismas (do tratamento, do documento, do usuário, da tecnologia) vão se conectar. Que o que vai haver diálogos acadêmico, teórico, metodológico entre essas áreas sem prejuízo da identidade de cada uma delas”. (Entrevistado 3 D). Dessa forma, a Ciência da Informação como base teórica e conceitual para as áreas é vista desta maneira:

Eu não compro muito essa ideia, não é que ela vai ser base conceitual, a base conceitual são esses elementos fundamentais. Claro que você pode olhar para uma determinada situação um documento, por exemplo, sobre ângulos diferentes, sobre o ângulo da CI, da Arquivologia e da Museologia. Não acredito nessa ideia da CI virar um guarda-chuva. A nossa escola abrigou estes três cursos, mas eu não vejo a CI como uma coisa que vá englobar essas áreas, não vejo mesmo, até porque essas outras áreas tem as suas raízes diferentes da CI. Na História, na Museologia você tem outras tradições culturais e científicas, eu não vejo, não acho que vai acontecer da CI ser base conceitual (Entrevistado 3 D).

O entrevistado (4 B) entende que a Ciência pode fazer parte desta base conceitual para as demais áreas, mas ser ela a base ele não acredita. Falando do ponto de vista da Museologia ele destaca:

Eu não acho que funcione muito pensar na Ciência da Informação como a base. Eu acho que ela pode compor esta base. Mas ela não pode ser a base. Porque eu acho que em muitas coisas ela não está sentada nas mesmas premissas que outras disciplinas que também são importantes. Esta discussão sobre documentação, patrimônio, são discussões das Ciências Sociais que muitas vezes não encontram esta reverberação na Ciência da Informação e elas também são importantes. E então eu acho que a Ciência da Informação pode fazer parte desta base. Mas ela ser a base, na minha opinião, acho difícil, acho que não funciona (Entrevistado 4 B).

O entrevistado 2 B discorda da posição de determinados grupos de colocar a Ciência da Informação como base para as demais áreas (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia). Para ele isto é problemático em determinados momentos:

Por que colocar a Ciência da Informação com uma grande área que produz uma fundamentação teórica para as três áreas? Isso significa em primeiro lugar menosprezar ou então colocar em segundo plano todo um processo de criação e maturação do pensamento. Ela não consegue ainda em alguns momentos até por

desconhecimento abarcar toda a produção teórica produzida, criada para a área. Inclusive muitas das questões que são dadas para a Ciência da Informação não são para a Museologia, por exemplo. (Entrevistado 2 B).

Ele segue registrando qual a sua percepção sobre a relação da Ciência da Informação com as demais áreas:

Na verdade, eu não consigo perceber a Ciência da Informação como uma grande área que abarcaria três outras áreas. Mas sim como uma área paralela como se tivesse quatro áreas trabalhando com objetos muito específicos que é a Biblioteconomia, a Museologia, a Arquivologia e a Ciência da Informação como uma quarta área (Entrevistado 2 B).

Falando como alguém que trabalha com a Arquivologia, o participante 2 D diz não ter visto ainda nenhum texto da área de Ciência da Informação que desse conta de todas as demandas colocadas pela Arquivologia e, por isso, discorda da concepção de uma Ciência da Informação como base teórica.

Para te falar a verdade eu tenho muita dificuldade porque eu nunca consegui ler, chegar a um autor que tratasse da Ciência da Informação e que me desse a sensação de que a teoria arquivista tinha sido completamente contemplada. Ou que houvesse tido uma grande sistematização de conhecimento que pudesse falar assim, então tá, existe uma Ciência da Informação que pode ser a base conceitual para a área (Entrevistado 2 D).

Nessa direção, o entrevistado 2 C aponta a dificuldade da Ciência da Informação de se colocar como base conceitual para a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia reside em sua dificuldade em se colocar como campo disciplinar. Entende que falta clareza na definição do campo da Ciência da Informação.

Eu acho que a definição da Ciência da Informação para mim hoje não está clara. Eu penso que eu tenho visto muito pouca novidade em termos da Ciência da Informação no Brasil. Eu tenho visto muito mais repetição do que uma definição clara de coisas da área, uma delimitação de área inclusive. Ao contrario, eu tenho visto que ela tem aberto para outros espaços, mas parece que não há preocupação em fazer esta delimitação da área. Enquanto área de conhecimento eu acho que ela já teria um tempo talvez para começar a delimitar alguns espaços que sejam dela. E ai ao contrario, eu tenho visto esta coisa ficar um pouco mais fluida ainda, mais fluida ainda. Ela não é explicitamente dita, o que reflete um pouco a Ciência da Informação que a gente tem visto, ela aceita qualquer coisa. Ela aceita com o discurso da interdisciplinaridade, com o discurso da transdisciplinaridade, mas e ai, com que base (Entrevistado 2 C).

O entrevistado 2 A entende que a Ciência da Informação não é a base conceitual, mas que os pesquisadores da área devem construir uma base teórica que busque a aproximação e o diálogo entre as áreas.

A CI não é base conceitual, mas os pesquisadores em CI têm que construir que base teórica daria conta desse núcleo comum dessas áreas de informação. Essa base tem que ser construída a partir do que havia anterior a ela, porque Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, são anteriores a CI, só que eram caminhos profissionais bem separados. Então os pesquisadores em CI deveriam estudar justamente isso, como encontrar o que há de comum para fortalecer a CI e não parecer o contrário que a CI tem a teoria, tem as premissas e esses cursos saem dela, que é a imagem do tronco comum (Entrevistado 2 A).

Conforme o entrevistado 1 C as abordagens teóricas das áreas são muito diferentes e que as vezes essa relação é vista tendo como base a relação que já estava posta entre Biblioteconomia e Ciência da Informação e pensam que isto pode ser aplicado da mesma forma com Arquivologia e Museologia.

Eu penso que nós temos pessoas muito entusiasmadas com a Ciência da Informação que acreditam que a Ciência da Informação pode ser a base conceitual, que a Ciência da Informação pode resolver muito, mas eu penso que elas fazem isto, muito ancoradas na experiência da Ciência da Informação com a Biblioteconomia, no apoio teórico para algumas questões da Biblioteconomia. Não vejo nestas pessoas o mesmo conhecimento em profundidade com a Arquivologia e com a Museologia, eu penso que as abordagens teóricas são diferentes (Entrevistado 1 C).

Completa dizendo não saber se as preocupações da Arquivologia e da Museologia são contempladas pela Ciência da Informação.

Eu acho que pode resolver as questões ligadas ao acesso à informação, mas não é o central. E então para mim seriam os galhos mesmo. Poderia ter coisas em comuns. Base teórica não. Eu acho que esta teoria pode ajudar, mas eu não acho que ela seria a fundamentação principal. Penso que pode ajudar porque todas trabalham com informação, mas ela ajuda muito mais a Biblioteconomia do que as outras. Não quero dizer que não ajude não, mas não quero dizer que ela é a base para elas não. Ela não é. E eu penso que nem para a Biblioteconomia ela responde a todas as preocupações (Entrevistado 1 C).

De acordo com o professor 4 A os estudiosos que defendem a Ciência da Informação como grande área de conhecimento, como base conceitual para a Arquivologia, sustentam este ponto de vista consultando apenas a literatura da Ciência da Informação. Não exploram a epistemologia da Arquivologia, os autores que tratam da epistemologia da citada área: “Não vejo, por exemplo, o Thomassen que é o autor que discute hoje, a questão epistemológica da Arquivologia, e que hoje apresenta paradigmas da Arquivologia, que apresenta o objeto da Arquivologia eu não vejo isto na referência bibliográfica destes autores”. (Entrevistado 4 A).

Ele discorda da ideia de alguns autores da área que colocam a Ciência da Informação como a área que vai nutrir as demais áreas com a sua base teórica.

Eu já li recentemente, um autor falando que a Arquivologia, Biblioteconomia e a Museologia deveriam acordar e ver que a Ciência da Informação é que vai nutri-las com princípios e conceitos. A Arquivologia ela tem os seus próprios princípios e tem o princípio básico que é o conceito da proveniência que é diferenciador das outras áreas. Tem os seus próprios conceitos (Entrevistado 4 A).

Ao descrever as relações entre as áreas do ponto de vista da base conceitual para as áreas, a maioria dos entrevistados destacaram que para além da Ciência da Informação o que dá a base conceitual para as áreas são as Ciências Sociais e Humanas.

O entrevistado 1 B entende que a base comum deve ser as Ciências Sociais e Humanas. “Não vejo que a ciência da informação dê conta exclusivamente do núcleo comum para as áreas”. Ele prossegue: “Eu penso que a base deve ser voltada para as ciências sociais, para a antropologia, para história dos registros humanos, enfim, um núcleo que passa muito pela filosofia, uma introdução a filosofia. Acho que falta isto aos três cursos de graduação”.

Eu penso que a Museologia conversa, obviamente, não tenho dúvidas com a Biblioteconomia, com a Arquivologia, com a Ciência da Informação assim como com as ciências sociais como um todo. O trabalho é interdisciplinar, as perspectivas são interdisciplinares. Agora isto não significa que o interdisciplinar é uno, pelo contrário, cada uma das disciplinas construíram a sua base teórica, o seu campo de estudo, o seu objeto de estudo de uma maneira distinta (Entrevistado 1 B).

O entrevistado 3 A defende que a grande área de interlocução entre os campos seja as Ciências Sociais Aplicadas. Citando a Arquivologia como exemplo, ele observa que dependendo da necessidade do ponto de vista da fase do ciclo de vida do documento as aproximações são diferenciadas.

Eu acho o seguinte, primeiro pensar a Arquivologia no campo da ciências sociais. E a Ciência da Informação está dentro das ciências sociais aplicadas e então é uma área. E então dependendo do objeto e da necessidade tanto da pesquisa, quanto do operacional se faça esta aproximação. Agora se não houve necessidade ou se a aproximação for com Administração, Gestão pública ou com História que se faça. Eu só não acho que se deva postular a priori, que tal área é a base teórica, porque nenhuma área é assim. Enfim, então isto varia um pouco de acordo com o objeto e a necessidade. (Entrevistado 3 A).

Para o entrevistado 1 D “[...] “a Ciência da Informação é uma ciência social aplicada e acha que não ter esta base que está na ciências sociais é uma fragilidade para os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. E então eu acho que se você se coloca como uma ciência social aplicada como que você não lê a base da sua ciência?”

Referindo-se à Museologia o participante da pesquisa 4 B entende “[...] que este campo não é restrito, é uma ciência social aplicada com todas as letras”. Ele observa:

Muitas inovações elas acontecem lá na ponta, lá nas instituições. E essas inovações são feitas pelos profissionais que estão ali, sejam eles museólogos, sejam antropólogos, sejam sociólogos, biólogos, físicos, e então todos estes profissionais. E então é um campo neste sentido que é muito difícil você justificar para qualquer lado uma preferência para estas aproximações. Eu acho que o que dá interesse a Museologia e esta área de museus, é justamente a sua capacidade plural (Entrevistado 4 B).

O que se observa nas falas acima é que em sua maioria, os entrevistados não concordam com a ideia de Ciência da Informação como base conceitual para as demais áreas, no entanto, há contradições em muitas das falas. Em algumas falas, os entrevistados afirmam não concordar que a Ciência da Informação seja a base para a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, mas entendem que ela é uma área mais ampla que poderia abarcar as demais. Os entrevistados contratados para os cursos de Arquivologia e Museologia são os mais críticos em relação a essa subordinação das áreas à Ciência da Informação. Talvez o fato de serem novos na ECI-UFMG, eles trazem disposições para pensar a área diferentes da que estava posta pela escola até a criação destes cursos.

Prosseguindo nesta discussão sobre as relações entre as áreas, os entrevistados buscam avançar para além da ideia da Ciência da Informação como grande área e demonstram a percepção que eles têm sobre a relação que a CI estabelece com a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. O que se observa é que cada entrevistado fala de seu lugar, ou seja, uns destacam mais a relação da CI com a Museologia, outros com a Arquivologia e outros com a Biblioteconomia.

7.2 As relações estabelecidas entre a Ciência da Informação e as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia

7.2.1 A relação da Ciência da Informação com a Arquivologia

O entrevistado 1 A entende que esta relação é bem complexa, acha a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia tem uma história, enfim, se constituíram como campos disciplinares independentes da Ciência da Informação. No entanto, no que tange a Arquivologia, ele destaca:

A Ciência da Informação tem sido a área que mais tem abrigado a pesquisa em Arquivologia. Então enfim tem muitos estudos aí em Ciência da Informação com desenvolvimento de temáticas de Arquivologia, então estes estudos mostram que os programas de Ciência da Informação são os que mais abrigam dissertações e teses com temáticas arquivísticas. Eu vejo com muito bons olhos, vejo de forma muito positiva o desenvolvimento de pesquisas arquivísticas em Ciência da Informação (Entrevistado 1 A).

O mesmo entrevistado demonstra se sentir confortável com esta configuração institucional de proximidade da Arquivologia com a Ciência da Informação.

A pesquisa em Arquivologia ela vai continuar sendo feita com mais vigor no campo da Ciência da Informação sem dúvida nenhuma porque a Arquivologia é um campo muito pequeno, e esta autonomização no Brasil ela é muito recente. E então eu não vejo um problema, nenhum conflito teórico, digamos assim por mais abstrato que isto seja, não vejo nenhum tipo de conflito, eu vejo possibilidade de diálogo (Entrevistado 1 A).

No entanto, ele observa que há grupos diferentes na Arquivologia que se posicionam de forma diferente sobre esta proximidade com a Ciência da Informação.

Dentro da Arquivologia há grupos que vêm com bons olhos esta aproximação com a Ciência da Informação, que reconhecem uma maior fronteira entre estas duas áreas. E outros grupos dentro da própria Arquivologia que negam esta proximidade tão grande, que não acreditam na possibilidade de uma formação comum entre arquivistas, bibliotecários e museólogos e então é muito complexo (Entrevistado 1 A).

Ele finaliza se posicionando a respeito da temática observando que no Brasil esta das escolas denominadas Ciência da Informação abrigando estes três cursos é uma tendência a se manter:

Esta institucionalidade da Arquivologia dentro da escola de Ciência da Informação, desenvolvimento de temáticas de Arquivologia dentro de programas da Ciência da Informação acho que isto é uma tendência que vai se manter. Agora ao mesmo tempo não acho que isto apague a especificidade da Arquivologia. Não penso que isto seja um problema para a Arquivologia não (Entrevistado 1 A).

Seguindo a mesma linha de discussão sobre os diferentes grupos dentro da Arquivologia que discordam da proximidade ou não com a Ciência da Informação o entrevistado 2 A cita que há um consenso na área sobre essa proximidade, mas é um consenso apático, ou seja “[...] a Arquivologia ficou na CI por uma oportunidade institucional, mestrado, doutorado, publicação, mas ficou ali num consenso apático, ela não se importa em dizer que é CI desde que aqui ela tenha um lugar de trabalhar e de formar os arquivistas”. Ele prossegue destacando que a acomodação é puramente institucional e que não há discussão teórica.

Algumas pesquisas mostram que a relação é forte e formalmente no CNPq a Arquivologia está dentro da CI, mas, sem fazer nenhuma discussão. Eu acho que a discussão epistemológica é frágil tanto para quem fala que é comum quanto para quem fala que não é. Nenhum dos dois está falando de teoria, está discutindo a fundo. Não estão discutindo posições teóricas (Entrevistado 2 A).

O entrevistado 2 A prossegue dizendo que há grupos na Arquivologia que se sentem muito confortáveis na Ciência da Informação, mas tem também uma tendência dentro da Arquivologia de se libertar da CI (acho que depois usar a sigla em todo o texto), institucionalmente, com o seguinte discurso:

A Arquivologia foi fazer mestrado e doutorado em CI porque não havia outro lugar, a possibilidade da Arquivologia foi a CI, nós tivemos a oportunidade, mas engrandecemos a CI, quanto mais o pessoal da Arquivologia fazer mestrado e doutorado e publicar, mais cresce a CI em publicação e crescimento da área (Entrevistado 2 A).

Ele finaliza demonstrando sua posição sobre esta relação institucional da Arquivologia com a Ciência da Informação.

Eu acho que a CI foi a grande oportunidade da Arquivologia porque enquanto ela esteve vinculada a Administração ou História, ela não deixou de ser uma disciplina dentro desses cursos. Você vê que teve o REUNI que abriu cursos de Arquivologia no Brasil e nenhum deles foi aberto em departamentos de História ou Administração, então a oportunidade institucional foi na CI (Entrevistado 2 A).

O entrevistado 2 D também destaca esta relação institucional da Arquivologia com a Ciência da Informação, e cita como exemplo, uma pesquisa da professora Angélica Marques da Universidade Federal de Brasília (UnB) que descreve que grande parte das pesquisas realizadas em Arquivologia no Brasil foram feitas em programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação e que o Programa de Pós-Graduação da

Escola de Ciência da Informação da UFMG (PPGCI-UFMG) foi o que mais desenvolveu pesquisas na área de Arquivologia. No entanto, ele observa que:

Agora a gente tem que voltar e ver o que é que foi realmente de contribuição. Até que ponto as disciplinas do programa davam margem a discussão do que é que constituiu a Arquivologia, do que é que constitui a Ciência da Informação. Até que ponto estas dissertações e teses que foram produzidas neste programa elas trabalharam essencialmente com o conceito de arquivo e até que ponto elas fizeram reflexões sobre esta proximidade de Arquivologia e Ciência da Informação. Eu acho que agora a gente tem que aprofundar, a gente tem que voltar a estes trabalhos e ver quais são os conceitos realmente que são trabalhados, como que isto aí é trabalhado (Entrevistado 2 D).

Sobre estas pesquisas no PPGCI-UFMG ele destaca não saber se este programa serviu apenas de abrigo estrutural e não de um abrigo intelectual e de conteúdo mesmo para resolver estas demandas.

O entrevistado 3 A observa que [...] a relação da Ciência da Informação com a Arquivologia é bem diferente do que há entre Ciência da Informação e Biblioteconomia. Ele entende que “em momento algum ele consegue perceber que a Arquivologia tenha contribuído para o surgimento da Ciência da Informação. Já a área de Biblioteconomia e documentação em qualquer manual de história da informação que você pegar você percebe esta conexão”.

No entanto, entende que a partir da década de 1970 e principalmente nos anos 1980, há esta aproximação entre as áreas a ponto de reconhecer que se você quiser entender a constituição da Arquivologia enquanto um campo do conhecimento é fundamental entender esta relação com a Ciência da Informação. Ele destaca:

Na década de 80, esta aproximação é defendida e eu diria até mesmo que ela quase que ela é praticamente hegemônica, vamos dizer assim, no sentido de pensar o seguinte, que a Arquivologia tinha um caráter e de certa maneira tem e a Arquivologia é clássica neste sentido, normativo. E a Ciência da Informação seria o elemento que entraria para a Arquivologia uma discussão teórica, uma estrutura teórica em torno desta mudança. A Arquivologia é muito centrada no objeto físico vamos dizer assim, o documento arquivístico. E a Ciência da Informação trará a discussão para a questão da informação arquivística, a informação orgânica arquivística. (Entrevistado 3 A).

Ele prossegue, observando que “[...] embora veja como importante esta aproximação ela não impede de haver ou se pensar a Arquivologia enquanto campo

autônomo com seus procedimentos próprios etc. e com possibilidade de interconexão com outras áreas no campo das ciências sociais”. (Entrevistado 3 A). Observa ainda que esta tentativa de aproximação é uma tendência mundial e alguns autores também datam esta questão com a emergência do documento eletrônico: “O documento arquivístico vai se desmaterializando e a informação passa a ser uma questão arquivística substituindo esta noção de documento”. Assegura o seguinte:

As tentativas de superar pelo menos na minha modesta opinião os princípios clássicos de propor alternativas ao princípio de proveniência, a teoria das três cidades não surtiram efeito a tendência na Arquivologia hoje é tentar recuperar ou reafirmar melhor dizendo estes princípios e aí emerge esta discussão do campo autônomo vamos dizer assim da Arquivologia (Entrevistado 3 A).

O entrevistado (4 A) descreve a relação da Arquivologia com a Ciência da Informação como uma relação interdisciplinar, para ele existem momentos de encontro, zonas interdisciplinares entre as duas áreas. “A Ciência da Informação e a Arquivologia, às vezes, trabalham com o mesmo objeto, dividem a mesma fronteira, lidam com o mesmo problema, mas ao mesmo tempo, mantém uma certa especificidade, uma coisa de interesse próprio”.

7.2.2 A relação da Ciência da Informação com a Biblioteconomia

O entrevistado 4 C inicia seu raciocínio destacando que a relação entre Biblioteconomia e Ciência da Informação representa um quadro extremamente complexo. Quer dizer, num primeiro momento há uma contingência histórica muito diversa que implica em nomes diferentes que significam coisas diferentes e que o mesmo nome não significa a mesma coisa dependendo do momento histórico e dependendo do lugar.

Algo se fez sobre o nome Biblioteconomia que é diferente do que se fez sob o nome documentação. Historicamente falando, quer dizer, indo lá para trás, que é diferente do que se fez sob o nome Ciência da Informação. Estes nomes significam, eles estão localizados em certos tempos e espaços próprios. Mas eles não são fixos e fechadinhos. Porque eles implicam em certos conteúdos que foram se relacionando e influenciando uns aos outros. Então existe uma abordagem de Biblioteconomia que está altamente influenciada pela abordagem da documentação e em especial a documentação da Europa (Entrevistado 4 C).

Ele prossegue destacando que [...] “é simplificador dizer que elas são a mesma coisa ou que elas são diferentes para mim dá na mesma, falar uma coisa ou falar a outra. Mas o que tem que se levar em conta é justamente como que elas efetivamente ocorreram historicamente, sob estes nomes diferentes, e implicações” (Entrevistado 4 C).

O entrevistado 3 A argumenta que:

A relação entre Ciência da Informação e a Biblioteconomia clássica parece ser muito evidente. A relação da Ciência da Informação com a área de documentação parece ser muito evidente, que ele consegue perceber que a Biblioteconomia clássica tenha contribuído para o surgimento da Ciência da Informação, qualquer manual de história da informação que você pega vai fazer esta conexão.

Já o entrevistado 2 B conclui que esta relação entre Biblioteconomia e Ciência da Informação é mais complexa do que simplesmente, uma contribuindo para o desenvolvimento da outra:

Me parece que existe uma coisa que ainda não é resolvida entre Biblioteconomia e a Ciência da Informação, a Ciência da Informação foi colocada como uma grande área, quando muitas vezes ela tem um diferencial de ponto de inflexão, de pensamento tão grande com relação a uma Biblioteconomia clássica, vamos pensar assim, que para mim são quase duas áreas em disputa. E uma estivesse se sobrepondo a outra (Entrevistado 2 B).

Para o entrevistado 3 C a Biblioteconomia contribuiu muito com a Ciência da Informação no que se refere ao desenvolvimento teórico: “Eu acho que a Biblioteconomia é uma área forte dentro da Ciência da Informação, mas, em algum momento deste processo histórico de relação entre as áreas a Biblioteconomia perdeu a identidade e acabou virando Ciência da Informação sem se dar conta disso”.

O que eu estou sentindo é que a Ciência da Informação está devorando a Biblioteconomia e a Biblioteconomia não está fazendo nada. [...] a gente está deixando ser engolido, porque é mais chique ser cientista da informação. Não sei porque, mas a Biblioteconomia está sendo engolida. A Biblioteconomia está perdendo identidade neste processo histórico (Entrevistado 3 C).

Ele fala: [...] que a gente fica querendo ser Ciência da Informação o tempo todo”.

Teve um movimento muito forte aqui no Brasil, desde que eu entrei no curso, desde a década de 1980 de mudar o nome do curso, porque Biblioteconomia é uma coisa que deprecia. E então tinha gente que falava que a gente deveria chamar analista de informação, cientista da informação e então veio todo este movimento que se juntou

um processo de baixa auto estima profundo da área que a gente acabou sendo engolido pela Ciência da Informação porque ser cientista da informação é mais chique. É exatamente isto (Entrevistado 3 C).

O entrevistado (2 A) “tem a impressão de que como a Ciência da Informação herdou muito da Biblioteconomia, os pesquisadores da Biblioteconomia estão muito a vontade no mesmo espaço institucional da Ciência da Informação”.

O entrevistado 2 A “[...] tem a impressão de que como a Ciência da Informação herdou muito da Biblioteconomia, os pesquisadores da Biblioteconomia estão muito a vontade no mesmo espaço institucional da Ciência da Informação”.

Entendendo que a Ciência da Informação está muito presa a autores e referenciais teóricos da Biblioteconomia, o entrevistado 2 C, enfatiza que ela precisa ser repensada, porque, em nível de Brasil, as pessoas que estão historicamente atuando na parte teórica, nos fundamentos da Ciência da Informação elas estão ligadas a Biblioteconomia, a instituições que estavam ligadas a Biblioteconomia e a Documentação. “Então quando a gente vai esmiuçando, vai esmiuçando você vai cair lá nas coisas da documentação, da Biblioteconomia”.

O entrevistado 3 D destaca que é um grande debate se a Biblioteconomia está embutida na Ciência da Informação ou se são áreas diferentes.

Certamente nós temos a Biblioteconomia que tem uma origem muito forte na área de Documentação, Paul Otlet, La Fontaine que começou isso, essa coisa da organização do documento e depois a inserção disso no contexto das bibliotecas é muito natural. Agora as bibliotecas não são também apenas um lugar, um espaço cheio de livros. Há vários tipos de bibliotecas, o pessoal da tecnologia da informação fala de bibliotecas de softwares, então nesse contexto se você pensar a internet é uma grande biblioteca e aí você estuda os processos relacionados com a informação (Entrevistado 3D).

Procurando fazer uma distinção entre Biblioteconomia e Ciência da Informação enquanto áreas, o entrevistado 1 C informa que no Brasil há uma confusão entre duas palavras, *Librarianship*, campo profissional e *Library Science*, campo científico que tem a práxis bibliotecária como campo de interesse.

Eu trabalho só com Biblioteconomia. Então de certa forma eu trabalho com *Library Science*, ou seja, é uma reflexão sobre a prática. Para mim interessa para que eu pesquise e ensine a minha raiz é a biblioteca. A minha preocupação é a biblioteca.

Então eu sou uma professora de Biblioteconomia, declaradamente, eu trabalho as informações do acervo. As minhas disciplinas eu trabalho com a questão de biblioteca e educação. Mas eu tento ver o que é que tem de comum, a Ciência da Informação o que é que ela pode ajudar. Eu acho que ela pode ajudar em algumas metodologias, algumas teorias, mas para mim não é o central, não é o central (Entrevistado 1 C).

7.2.3 Relação da Ciência da Informação com a Museologia

Sobre a relação da Ciência da Informação e a Museologia o entrevistado (1 B) entende que a Museologia é interdisciplinar e que por isso, conversa com a Ciência da Informação, assim como conversa com outras ciências sociais, mas destaca que o conceito de informação que é central na Ciência da Informação, na Museologia não é:

Ele é importante, a informação é algo importante dentro da Museologia, mas não é a Museologia. A Museologia não se atém a informação apenas. Eu posso te dar vários exemplos para te mostrar que o museu não é um centro de informação. Ele é também um lugar onde você acessa informações, os museus nascem muito associados à construção do saber e, então, por isto, também, ligados a informação, mas os museus são muito mais do que isto. Para você ter uma ideia eles são lugares hoje de uma administração de memória, de construção de identidades que não passam necessariamente pela gestão da informação, pela produção, gestão e disponibilização de informação (Entrevistado 1 B).

O entrevistado 4 C tem outro ponto de vista e observa que na própria Museologia a gente encontra literatura em vários idiomas ou no próprio Brasil que trata da Museologia do ponto de vista da organização da Informação e da reprodução de mensagem para fornecer informação a alguém.

Relatando que atuou em museus e nunca percebeu a presença da Ciência da Informação, de conceitos da Ciência da Informação na atuação nestas instituições o entrevistado 4 B observou:

Eu não via, atuei muito tempo dentro de um museu e neste tempo todo de atuação a Ciência da Informação para mim era uma coisa totalmente alheia, dentro das instituições, nos espaços dos museus não se usa certas expressões, certos conceitos. Então a gente, a expressão usuário, por exemplo, é uma expressão muito estranha para o ambiente do museu, porque a gente fala em público, visitante (Entrevistado 4 B).

Uma percepção compartilhada pelo entrevistado 2 C sobre a relação entre Museologia e Ciência da Informação:

Eu penso que a Museologia no Brasil tem uma dificuldade de se encaixar na Ciência da Informação e se ver como Ciência da Informação. Me parece que a Museologia tem características muito solidificadas na história e na área de artes e não tem... não sei se é interesse, não no mal sentido, não no sentido pejorativo, de se colocar na área de Ciência da Informação.

Igualmente o entrevistado 1 C argumenta:

As informações que eu tenho da Museologia, mesmo antes de eu chegar na escola é que a Museologia de um modo geral não se vê como parte da Ciência da Informação. Que a informação não é o objeto de estudo. A Museologia não sei o pessoal está discutindo no momento aqui na escola... eu acompanho um pouco de fora e então eu não sei, sem participar das reuniões, eu sei que houve uma reunião e para mim reforçou este pensamento meu. Mas foi uma única reunião em que eles expuseram para a escola como é que estava sendo a reforma curricular. Eu não ouvi em nenhum momento a Museologia dizer na justificativa deles que eles são parte da Ciência da Informação.

Ele cita o exemplo de quando a ECI-UFMG estava pensando na criação dos três cursos e enviou um representante à Unirio, onde eles têm os três cursos, para conversar com os departamentos. O representante da escola voltou e relatou sua percepção: “[...] o pessoal da Museologia disse que eles não têm nada a ver com a Ciência da Informação. Então o que eu sei é de fora, de quem não participa das discussões, mas o que eu percebo é que eles não se sentem confortáveis em ser da Ciência da Informação”.

As falas dos entrevistados deixam transparecer o lugar que a Ciência da Informação representa junto às áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Ela é uma quarta área, autônoma e que divide com as outras três áreas um espaço nas ciências sociais aplicadas. Portanto, em sua maioria, os entrevistados rejeitam a concepção de Ciência da Informação como grande área que nutre as demais com princípios e teorias. Não descartam a possibilidade de diálogo e aproximação entre as áreas, mas procuram explicitar a especificidade e autonomia das áreas.

7.3 Pontos de convergência entre as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação

Num primeiro momento, os entrevistados buscaram demonstrar o entendimento das relações estabelecidas entre as áreas. Que tipo de relação é estabelecida? Buscam destacar a singularidade e autonomia das áreas enquanto campo científico. Num segundo momento, descrito a seguir, as falas dos entrevistados se voltam para a visão que eles têm sobre as possibilidades de diálogo e aproximação entre estas áreas. Os pontos de convergência, de encontro, que aproximam as áreas e os pontos que dificultam esta aproximação. Seguem algumas percepções sobre a possibilidade de aproximação entre as áreas do ponto de vista de modelos formativos.

7.3.1 Informação e documento como objetos de trabalho

Os pontos de aproximação entre as áreas são explicitados de maneira diversa pelos entrevistados. Temos casos em que esta aproximação é vista através de alguns pontos de contato e outros casos em que há o destaque para temáticas comuns às áreas e que podem compor disciplinas envolvendo os três cursos de graduação. Algumas falas apresentam a ideia das Ciências Sociais Aplicadas como grande ponto de união e em outros casos, grandes temas transversais, como Memória e Patrimônio e a Cultura são apresentados como pontos de união.

Um ponto que foi observado como ponto de aproximação entre as áreas é objeto de trabalho e neste sentido, destaca-se as noções de informação e documento. O conceito de informação é apresentado por algumas falas como unificador das áreas. As falas de cinco dos entrevistados definem a ideia da informação como objeto de trabalho destas áreas.

O que une estas áreas. Eu acho que as três áreas trabalham com a informação. Eu acho que de alguma maneira as três áreas mexem com informações, informações diferentes, informações com aplicações diferentes para usuários diferentes. Mas as três áreas vão mexer com algum tipo de informação. As três lidam com um público, com acesso a esta informação de alguma maneira. A pessoa que precisa de uma

informação na Biblioteconomia, na Arquivologia, na Museologia, mas também são acessos diferenciados. (Entrevistado 3 C).

O que se observa é que a informação é o objeto de trabalho, mas com características diferentes, pois as áreas possuem especificidades. O objetivo é similar que é dar acesso a esta informação, mas este acesso é diferenciado, pois as áreas têm públicos diferentes, procedimentos diferentes.

A importância da informação na contemporaneidade é destacada pelo entrevistado 2 D como ponto que une as áreas, no entanto ele acha importante qualificar este diálogo no sentido de que as áreas possuem suas especificidades e identidade.

O que as une eu acho que é exatamente esta contemporaneidade, esta contemporaneidade que nos leva quase a formar chavões. Informação é poder, conhecimento é poder. Estamos na sociedade do conhecimento. O direito de cidadania está intimamente ligado ao direito de informação. Mas eu acho então se a gente está aqui dentro deste reduto nos cabe também qualificar isto. E fazer esta reflexão, pois buscar a interlocução não significa que está disposto a perder a suas identidades. Acho que esta questão da informação que é tão importante para este mundo contemporâneo é um ponto de interlocução, mas as áreas têm as suas especificidades e que não são acessórias (Entrevistado 2 D).

Há falas em que o conceito de informação está encaixado dentro do campo da organização da informação, área na qual a Ciência da Informação possui estreita relação com a Biblioteconomia e com a Documentação. Neste sentido, a adoção de disciplinas teóricas como fundamentos da classificação, teoria da classificação, teoria do conceito são defendidas como importantes para dar essa base às áreas, pois todos vão lidar com acervo, com informação dentro desses acervos.

Como conceito, acervo, qualquer disciplina que fale de organização de acervo tem a ver com isso. As três áreas lidam com organização e tratamento da informação é uma coisa que é comum para as áreas. As três áreas têm que organizar os acervos e tirar deles as informações, indicar onde estão as informações nele, classificando, indexando etc. (Entrevistado 2 A).

A questão da informação, dos processos informacionais é destacada como ponto de diálogo entre as áreas. Todas estas áreas possuem atores que estabelecem relações com a questão da informação, com os fluxos de informação, embora diferenciados, de acordo com a área, este olhar, este foco é destacado como eixo de discussão, de diálogo entre as áreas. Tal como destaca a fala abaixo:

O que eu acho que a Ciência da Informação é uma área que tem como foco a questão dos processos informacionais e que estes processos informacionais têm que ser desenvolvidos de tal forma que atendam a um público. E todas estas três áreas (Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia) têm uma base de informação, processos de informação específicos de fazer com que a informação chegue ao público independentemente das técnicas serem as mesmas. E então eu acho que a ciência da informação ela tem, pode não ser o global dela, mas ela tem o pedaço que trata desta questão (Entrevistado 2 C).

A Ciência da Informação é vista como um tipo de olhar para o fenômeno informacional contemporâneo que perpassa essas três áreas nesta questão dos processos informacionais, ou seja, como as pessoas têm acesso, qual a satisfação, como elas usam a informação.

Importante observar que as falas que destacam a informação como ponto de proximidade entre as áreas vêm de entrevistados mais relacionados a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. Os entrevistados com maior proximidade com a Arquivologia entendem que a noção de documento representa melhor o objeto de trabalho da área. Já os entrevistados mais relacionados a Museologia entendem que a informação é um conceito que encontrar pouca força nos textos da área.

Outro ponto considerado como convergente que é a noção de documento. Esta noção em alguns momentos é utilizada para contrapor a noção de informação e entendida como pontos de contato entre as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Para o entrevistado 4 A “a base da Arquivologia é entender o que é um documento arquivístico. Documentos com características extrínsecas (suporte) e intrínsecas (uma delas é a informação)”.

O entrevistado 2 A faz uma observação interessante, ele observa que:

Nos eventos da área de Arquivologia, quando a pessoa fala em informação arquivística ele percebe que ela está inserida nessa discussão incluindo a Ciência da Informação como área de diálogo. Já os que evitam falar isso, preferem o conceito de documento, defendem que a Arquivologia não trabalha com informação, esse aí você pode saber que não quer a aproximação com a Ciência da Informação (Entrevistado 2 A).

Ele completa, “isso não tem lógica, só pode ser informação, ninguém vai buscar documento, é informação que o usuário busca”.

Ainda na área de Arquivologia, percebe-se a tentativa de defender o uso da noção documento, pois ela é anterior a noção de informação e ainda não foi superada por ela.

O arquivo antes de trabalhar com o conceito de informação ele trabalhou com o conceito de documento. Que é muito diferente de informação. Então assim, o documento na sua perspectiva mesmo no primeiro momento jurídico, o documento que prova direitos de cidadania e isto ai já impõe todo um tratamento diferenciado (Entrevistado 2 D).

Em alguns casos, o conceito de documento surge como a noção que unifica as áreas de Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. O entrevistado 3 A entende que existe uma noção de documento arquivístico, uma noção museal de documento, outra de documento bibliográfico, existe a noção de documento em geral. E entende ser importante mostrar onde há pontos em comum e onde há diferenciações nesses conceitos de documento.

O entrevistado 3 B corrobora com esta ideia e argumenta: “o que une estas áreas eu acredito que é o documento. A visão do documento, a análise do documento”. E exemplifica:

Então o documento enquanto objeto, por exemplo, o documento arquivístico que é uma prova, seja um processo ou uma ata, exposto numa exposição museológica passa a ser um objeto museal. Então é uma linha de pesquisa muito importante, relevante, esta análise do objeto, do documento arquivístico passar a ser documento objeto de museu (Entrevistado 3 B).

Embora esta noção de documento seja vista como ponto de união entre as áreas, as diversas tipologias de documentos trabalhados nas áreas implicam uma série de procedimentos que são muito diferentes no tratamento técnico dos mesmos. O entrevistado 3 A argumenta que:

O documento arquivístico tem valor de prova, tem valor de testemunho e tem valor informativo. Então o valor de prova enfim ele serve como um elemento ai em qualquer procedimento que envolva o acesso ou a punição de direito. E então é um elemento importante, um dos valores que vai regular inclusive a temporalidade dos documentos e tal. O valor de testemunho são aqueles documentos que registram o produtor, os momentos, vamos dizer assim centrais na própria constituição daquele que é o

produtor do documento. E o valor informativo é o valor vamos dizer assim, gera os valores secundários, quer dizer o valor de pesquisa. De certa maneira estes valores estão ligados ao próprio ciclo de vida dos documentos, o arquivo corrente, intermediário, permanente e tal (Entrevistado 3 A).

Ele entende que “em todos estes momentos o documento tem um valor informacional, ele vai agregando dimensões ou ênfases. Esta dimensão informacional está presente nestes documentos e são os momentos que você pode estabelecer diálogos com a área de Ciência da Informação” (Entrevistado 3 A).

7.3.2 A questão da memória e do patrimônio

Fugindo da ideia de que é o objeto de trabalho, informação e documento são os principais pontos de interlocução entre as áreas, alguns entrevistados destacam dois temas que consideram como grandes nódulos entre as áreas: a questão da memória e o do patrimônio. A ideia de memória e do patrimônio é colocada por algumas falas como um elemento fundante para o pensamento da Museologia, da Arquivologia e da Biblioteconomia. Para alguns dos entrevistados, as questões ligadas a memória, patrimônio, formação de identidade e formação cultural são questões que facilmente podem ser postas para os três cursos.

A questão da memória e do patrimônio ela é um ponto de convergência para mim muito claro das três áreas. Para mim você trabalha tanto na Ciência da Informação como na Museologia, Arquivologia e Biblioteconomia com elementos que eu vou chamar de formação e que eles têm um peso social importante. E este peso social se traduz de certa forma na necessidade de guardar coisas, de produzir memória e de criar, de constituir um corpo de elementos comuns a determinados grupos que são tidos como sua herança. Coisas que precisam ser preservadas de determinadas formas. Ou seja, patrimônio, eu acho que na base a gente tem a ideia de transmissão de conhecimento que, de certa forma é um processo de transmissão de patrimônio (Entrevistado 2 B).

O mesmo entrevistado observa que não basta ter este elemento de união entre os campos. É necessário que ele seja exercido no sentido da aproximação também.

Se você apaga da Biblioteconomia e da Ciência da Informação toda a questão ligada, por exemplo, a constituição de identidades através de um patrimônio bibliográfico, em detrimento de discussões sobre parâmetros de descrição, ontologias e processos técnicos, você elimina o que para mim é a grande parte do campo que conversa com as outras duas áreas. Que é uma questão que é florescente para a Arquivologia e para a Museologia (Entrevistado 2 B).

Ainda destacando a ideia de memória como ponto de união entre as áreas, o entrevistado 1 A observa que há uma historicidade entre as instituições arquivo, museu e biblioteca que as aproxima no sentido de que são instituições de guarda da memória humana.

Eu penso que tanto o museu, a biblioteca, o arquivo, são instituições históricas que guardam informação, que guardam memória, enfim, informação científica, informação histórica, que guardam a cultura humana, os registros da cultura humana. E então eu acho que é isto que aproxima, é um dos elementos que aproxima estas áreas (Entrevistado 1 A).

O entrevistado (1 C) que o que une as áreas é a memória e não Ciência da Informação, ele observa:

Para mim o que une arquivo, biblioteca e museu é a função social de preservação da memória. Para mim todas estas três respondem a esta demanda de memória, de preservação da memória, de formas diferentes, com algumas nuances diferentes. Eu acredito que sim, mas eu acredito por aí, por esta questão de memória, porque eu vejo isto como aquela teoria de conjuntos, um conjunto de intercessão. Você vê as bolotas e então conjunto de intercessão para mim é memória. É memória, mas todos os outros não trabalham só com a memória.

Na mesma linha, mas destacando o termo patrimônio, o entrevistado (4 B) destaca:

Olha para mim o primeiro ponto de contato é a questão do patrimônio. Se entenda que dentro disto você pode ter livros, você pode ter documentos escritos, fotografias, objetos tridimensionais. E então potencialmente como patrimônio eu acho que todos os três campos se interessam em pensar neste suporte material da realização humana, do homem como sujeito (Entrevistado 4 B).

O entrevistado (4 A) destaca também o conceito de memória como importante de ponto de convergência entre as áreas. Para ele “a memória ela se faz através de vários artefatos, de documentos, de diversos meios, tem memória registrada e não registrada, memória falada, contada, vivida. E então eu acho que a memória só registrada nos arquivos ela acaba sendo fragmentada”.

O ser humano em atividade no dia a dia ele vai deixando vários registros de memória, seja oral, seja um documento bibliográfico, um documento arquivístico ou um documento museológico. Então eu acho que exatamente a gente tem que aprender a juntar estes fragmentos de memória que estão por aí. E então eu acho que é um momento de discutir também. Memória, cultura (Entrevistado 4 A).

As falas dos entrevistados expõem o fato de que memória e patrimônio é uma temática que aproxima as áreas do ponto de vista da função social que cada área

deve desempenhar na sociedade. Ela é vista como central no que diz respeito às relações entre as áreas.

7.3.3 Outras temáticas convergentes entre as áreas e Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação

Outras temáticas são destacadas como comuns, mas estão relacionadas com a operacionalidade do trabalho nas áreas, por exemplo: gestão das instituições de guarda, o estudo de usuários, a preservação e conservação, organização de informação e de acervos e as tecnologias da informação.

Eu acho que a questão do usuário, ou leitor, ou consulente, ou visitante, pessoa que se beneficia, público em geral que se beneficia do serviço das unidades, museu, arquivo e biblioteca. Existe a questão da organização desses documentos, com técnicas e princípios diferentes, mas sempre existe o problema da organização dos documentos. A questão da gestão, porque unidades (bibliotecas, arquivos e museus) são organizações, ou partes de organizações que precisam ser gerenciadas. Tem a questão da tecnologia da informação, que perpassa essas três áreas também (Entrevistado 3 D).

O entrevistado 4 A apresenta como temas em comum, além da questão da memória e cultura, a questão da representação; estudo de usuários; a aplicação de novas tecnologias; conjuntura política, econômica e social; e, a questão da preservação e conservação. Sobre a questão dos estudos de usuários ele observa:

O usuário não está muito interessado se o documento é arquivístico, se ele é bibliográfico ou se é museológico. Ele quer informação, quer o conhecimento. Esta é uma área muito carente dentro da Arquivologia. Há pouca pesquisa, pouca teoria sobre esta temática dentro da Arquivologia. Entende que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação sabem muito bem trabalhar com o usuário, buscando entender os *gaps* deste usuário, a necessidade de informação e conhecimento deste usuário (Entrevistado 4 A).

O entrevistado 2 C também corrobora com a importância do conceito de usuário como tema comum para as três áreas, e destaca: “o conceito de usuário, não usuário da biblioteca, da Biblioteconomia, mas a ideia de você ter alguém para quem esta informação vai chegar, seja em que formato for, ou de que forma ela chegue. Mas é o alguém que está lá na ponta e que vai buscar estas estruturas de informação”.

O entrevistado 2 A apresenta alguns temas comuns que ele entende ser importante para as três áreas e que precisam fazer parte de disciplinas do núcleo comum de disciplina, são eles:

A organização da informação e tratamento da informação é uma coisa que é comum das três. As três áreas têm que organizar os acervos e tirar deles as informações, classificando, indexando etc.[...] Usuário, porque este trabalho é feito para os usuários. [...] Comunicação científica, porque se os três cursos que querem que seus egressos sejam mais do que só trabalhadores, sejam também pesquisadores eles têm que dominar a comunicação científica, precisam de disciplinas (Elaboração, normalização) que lhes dêem ferramentas para isso, e [...] alguma disciplina mais politizada, uma disciplina que fale da situação sócio-econômica do país, que forme o profissional não como um técnico solto no espaço (Entrevistado 2 A).

O entrevistado 2 B destaca as temáticas da ação educativa e documentação museológica como importantes pontos de convergência entre a Museologia e as demais áreas. Entende que dentro da Museologia a documentação museológica é a área mais fraca no Brasil. A área que tem o menor número de pesquisas e publicações. “Se eu tivesse que apostar, uma área em que o casamento dos três campos pudesse render frutos fantásticos para a Museologia seria a documentação museológica”.

O tema da preservação de acervos é outro que recebe citação dos entrevistados como pontos de união entre as áreas. Se memória e patrimônio é tema central para as áreas, a preservação dos acervos que guardam essa memória é tema que ganha importância.

Eu acho que tem alguns pontos de união, por exemplo, tem um que é óbvio para mim que é a questão de preservação de acervos, porque bem ou mal, o que se fala aí neste momento pós-custodial das instituições é que elas são lugares que guardam acervos e bibliotecas, arquivos e museus enfrentam este desafio de preservação destes acervos (Entrevistado 1 B).

O entrevistado 4 D entende que a preservação de acervos é muito importante, é um tema fundamental que foi abandonado aqui na ECI-UFMG e que com a criação dos cursos de Arquivologia e Museologia pode ser ativado.

Outro ponto relevante é a gestão destes espaços que envolve a área tanto de arquivo, quanto do museu, quanto da biblioteca. As instituições (bibliotecas, arquivos e museus) são organizações, ou partes de organizações que precisam ser

gerenciadas. O entrevistado 4 D entende que eles têm em comum mais do que a informação que é muito genérica é a gestão, gestão de unidades, de unidades de guarda que é a custódia.

Eu acho que a instituição, eu gosto, eu tenho pensado na instituição. Neste sentido eu acho que a ideia de organização, de gestão, de organização no sentido administrativo mesmo Esta noção da administração da instituição, a noção da gestão das instituições. A área de gestão é fundamental porque gestão é a única que toca nisto, que toca no patrimônio não como patrimônio imaterial. Gestão toca em patrimônio como patrimônio material que pode ser apropriado (Entrevistado 4 D).

7.3.4 A cultura e as ciências sociais como ponto de proximidade entre as áreas

Um dos entrevistados destaca a questão da cultura como ponto de convergência entre as áreas: “são profissões da cultura, e como profissões da cultura o grupo de profissionais que vai ser formado nestes cursos precisa saber o que é base para eles.

Eu acho que é importante você ter estes três cursos aqui, Por que? Porque eles têm pontos de convergência, porque são formações ligadas a área da cultura. Eu acho que do ponto de vista da formação dos alunos, esta possibilidade de interlocução do ponto de vista mais amplo com a dimensão cultural, histórica e política isto é um ganho. Esta possibilidade de que os alunos mergulhem numa compreensão mais ampla da realidade social e da ação destas funções neste contexto da sociedade eu acho que isto é primordial (Entrevistado 1 D).

Nesta linha da questão cultural como ponto de convergência, a grande área das ciências sociais aplicadas aparece como ponto de união entre as áreas. Ou seja, o que une Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e Ciência da Informação é o fato de todas elas serem uma Ciência Social Aplicada, é nessa grande área que elas buscam o referencial teórico de base.

O entrevistado 1 C observa que “o que une as áreas são as ciências sociais aplicadas. As áreas utilizam mais a área das Ciências Sociais Aplicadas como base teórica do que a Ciência da informação. Ou seja, tem algo mais amplo”.

O entrevistado 2 D defende que a Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia precisam se reconhecer como ciências sociais aplicadas. “E isto leva a muitos desafios, e um deles é pensar um pouco mais na nossa

intervenção na sociedade, se os nossos projetos de pesquisa e nossas reflexões têm contribuído para mudanças nesta sociedade”.

Então eu acho que o que nos norteia antes da Ciência da Informação é o fato de sermos ciências sociais aplicadas. Se nós fizermos este tipo de reflexão eu acredito que aí sim, vamos poder formar a ideia de um ciclo básico, um ciclo introdutório que consiga ver realmente interlocução entre docentes e discentes. Que redirecione as nossas pesquisas (Entrevistado 2 D).

O entrevistado 1 B entende a Museologia como uma disciplina das ciências sociais, e “argumenta que a base comum deve ser a ciências sociais. A Museologia está afeita a este campo, as Ciências sociais e humanas”. Neste sentido ele defende esta área como ponto de união entre a Museologia, a Biblioteconomia e a Arquivologia.

Eu penso que é um núcleo comum voltado para as ciências sociais, para a antropologia, para história dos registros humanos, enfim, é um núcleo que passa muito pela filosofia, uma introdução a filosofia. Acho que falta isto aos três cursos de graduação. É diferente, você tem um núcleo básico, no primeiro período, alguma coisa que pudesse instrumentalizar, sobretudo, os alunos para ingressarem na universidade, seria aquele momento introdutório de criar um pensamento, ou pelo menos estimular um pensamento mais crítico no aluno já que ele é um cientista social, será futuramente um cientista social (Entrevistado 1 B).

O entrevistado 1 D argumenta que as ciências sociais é a base para a convergência entre as áreas e vê como rica a possibilidade das pessoas serem expostas a visões de mundos, leituras, concepções que talvez elas não tivessem se não mergulhassem nessa base. Ele entende que pensar assim traz para a discussão algumas questões que talvez não eram postas antes.

Eu acho que quando você tem uma formação que contemple uma ideia de história, de política, de sociedade, de uma dimensão mais ampla de compreender o universo não na sua particularidade, mas numa forma mais global, isto seria um elemento que mexeria com esta realidade que termina e fica meio às vezes mais fragmentada, mais brocada. E o aluno ao compreender isto não do ponto de vista fragmentado, mas do ponto de vista de totalidade, ele também se coloque neste universo e veja assim, olha eu tenho um papel nesta coisa que não é só de organizar que é de também dar uma resposta mais concreta, enquanto cidadão. Mas eu acho que isto também é um processo histórico (Entrevistado 1 D).

Ele entende que esta base das ciências sociais permitiria um maior conhecimento do lugar dessas profissões no contexto da sociedade brasileira, e estas profissões poderiam avançar na ação delas de garantir não só o lugar social da profissão, mas também uma resposta às demandas da sociedade.

7.4 Pontos que dificultam a aproximação e diálogo entre as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação

Um ponto destacado como dificuldade de diálogo é a questão da identidade entre as áreas. Esta questão se manifesta de diversas formas entre os entrevistados, podemos destacá-la do ponto de vista das tradições profissionais, que leva também a discussão da regulamentação profissional; do ponto de vista das disputas por espaço de trabalho; do ponto de vista das especificidades de cada área; do ponto de vista do marco teórico de cada área. São muitos pontos de vista destacados pelos entrevistados que buscam demonstrar que apesar de haver possibilidades de aproximação entre as áreas, há pontos que dificultam e que precisam ser debatidos do ponto de vista teórico, com maturidade acadêmica e não apenas do ponto de vista administrativo.

7.4.1 A questão da identidade profissional

A trajetória histórica que levou a criação de uma identidade profissional é vista como ponto dificultador de contato entre as áreas. O entrevistado 1 A vê desta forma a questão da identidade profissional:

Eu penso que estes outros três campos, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, o fato deles já terem uma historia mais longa, fez com que se formasse, enfim, já existia um *metier*, quer dizer, já existe um grupo de pessoas, já existem grupos profissionais muito consolidados e que por vezes eu observo que existe uma certa resistência de dialogo. Eu acho que é o fato de existir consolidado uma identidade profissional, isto eu acho que dificulta um pouco o contato destas três áreas (Entrevistado 1 A).

A defesa exacerbada dessa identidade profissional pode levar ao corporativismo que é outro ponto destacado pelo entrevistado 1 A como empecilho para um diálogo mais aberto entre as áreas.

Eu observo que existe especialmente entre os arquivistas e os profissionais da biblioteconomia, existe um corporativismo muito grande. É algo muito forte. Quer dizer, em todos os campos profissionais, em alguma medida são corporativistas, mas em relação exclusivamente a Arquivologia e a Biblioteconomia eu observo muito corporativismo e talvez isto seja também um ponto que dificulte as aproximações, no campo da formação, no campo da teoria. Enfim, no campo acadêmico talvez no

campo acadêmico a aproximação seja dificultada também por este corporativismo (Entrevistado 1 A).

O entrevistado 1 D segue na mesma linha e argumenta que a delimitação de identidade como ponto que dificulta a união entre as áreas. “Eu acho que o que separa é muito mais uma questão de delimitação de identidade do campo do que efetivamente no nível da teoria. Esta coisa de ficar na briga da identidade, eu sou arquivo, eu sou biblioteca, eu sou museu”.

Ele observa que o mais importante seria uma discussão mais ampla entre as áreas no sentido de buscar entender em que sentido elas convergem e em que sentido elas se distinguem e onde pode haver avanço neste debate. “Acho que o que emperra mesmo está mais no nível da política do que no nível da teoria” (Entrevistado 1 D).

O entrevistado 2 A também destaca a dificuldade de diálogo em função da delimitação de identidade buscada pelas áreas.

Grosso modo, seria uma vaidade de áreas, que tem em todas as ciências, o é meu, o que é seu, depois a regulamentação das profissões, o mercado de trabalho, então todo mundo quer assegurar, isso é meu, isso é seu e na academia também com a especialização é a mesma coisa, eu que entendo disso, você não entende, isso quem entende sou eu. Acho que esse problema da divisão não é teórico, ele político da academia, a ciência e aí por ele estar na academia, na ciência, a academia foi criando seus muros (Entrevistado 2 A).

O entrevistado 4 D inclui também a questão da regulamentação profissional como entrave a aproximação entre as áreas. “Eu acho que no caso brasileiro é preciso pensar seriamente a noção de profissão. O Brasil tem uma construção profissional. Os nossos conselhos, assim como todo conselho profissional, têm poder de polícia, de regulamentação”.

Ele entende ser preciso aprofundar no estudo destas profissões. Que profissões são estas? Qual a história de cada uma destas profissões? Bibliotecário, arquivista, museólogo.

A questão da regulamentação leva a delimitação de espaços de trabalho para cada profissão e isto leva ao corporativismo destacado pelo entrevistado 1 A, o que leva outro ponto que pode ser um entrave ao diálogo entre as áreas que é a disputa por espaços de trabalho, principalmente entre Arquivologia e Biblioteconomia. O entrevistado 3 C entende desta forma esta questão:

É uma disputa por espaço. Olha só, principalmente aqui em Belo Horizonte não existia nem o curso de Museologia e nem o de Arquivologia, E o que é que acontecia, os nossos alunos ocupavam os cargos de Arquivologia. E agora vai ser uma disputa por espaço. Hoje as três áreas no Brasil são muito pequenas e a Biblioteconomia é a mais forte das três. Então a Biblioteconomia ela tem ocupado, principalmente, espaços da Arquivologia. E aí existe esta briga, existem arquivologia as que são extremamente contrários a esta junção com a Biblioteconomia, a esta junção com a Ciência da Informação porque eles estão brigando por espaço (Entrevistado 3 C).

O caso específico de Belo Horizonte, onde até 2008 não havia curso de Arquivologia e 2010 de Museologia, reflete um pouco esta discussão em relação à disputa por mercado de trabalho. O fato de não haver, mais especificamente, o arquivista com diploma em Belo Horizonte, abriu espaço para que o bibliotecário ocupasse este espaço. Como a Arquivologia é bem menor que a Biblioteconomia em número de cursos e, por conseguinte, de pessoas com diploma nesta área, pode-se estender este entendimento ao restante do país, onde os cursos de Arquivologia ficaram por muito tempo, centrados no Rio de Janeiro e em São Paulo e outras poucas experiências no Sul do Brasil.

7.4.2 A questão das especificidades e peculiaridades de cada área

Um outro ponto de dificuldade por quase todos os entrevistados é a questão das especificidades de cada área. Os procedimentos são específicos; o usuário, público, visitante é diferente; o acesso a informação ou ao conteúdo do acervo é diferenciado. O marco teórico que sustenta as áreas também é destacado como ponto de singularidade. As questões colocadas pelas áreas são diferentes e isso as distingue.

A questão dos **procedimentos** é vista como algo comum entre as três áreas. A identificação do objeto, a seleção, a representação, o armazenamento, a ordenação

num determinado espaço, o tratamento dos objetos até chegar na comunicação destes objetos através da exposição seja na biblioteca, arquivo e museu. No entanto, apesar de comum entre as áreas, há um problema de entendimento nisso, em função da relação deste procedimento com os contextos.

O contexto é onde você identifica, é onde você fala, onde você tem condições de falar sobre este objeto e para o que, para quem e para o que você quer dizer alguma coisa sobre aquele objeto. Mas se eu estou no contexto eu me perco com relação a como fazer os procedimentos. Ou eu diminuo o entendimento do que sejam estes procedimentos. Os procedimentos acabam sendo entendidos em grande medida, principalmente, na Arquivologia e Museologia como questões operacionais mecânicas. Quer dizer, não se configuram como parte da área do conhecimento. Não têm fundamentos que os sustentem, não precisam ter. Não têm metodologias rigorosas, instrumentos qualificados desenvolvidos a partir de aportes teóricos suficientes e etc. (Entrevistado 4 C).

Em todas as três áreas temos procedimentos de seleção, organização e acesso a informação, mas de acordo com o contexto de cada área, estes procedimentos possuem especificidades. Sobre a especificidade dos procedimentos, o entrevistado 3 C observa que “a prática, os fazeres das áreas são completamente diferentes. O tipo de documento que a biblioteca trabalha é um, do arquivo é outro, e do museu é outro. O usuário tem perfil diferente e, por conseguinte, o acesso a informação é diferenciado”. Sobre os procedimentos de organização do acervo ele destaca:

A forma de organização de documentos é diferente. A biblioteca agrupa por assuntos e trata individualmente cada objeto. Na Arquivologia, por exemplo, eles são tratados como dossiês. Não existe um item isolado no arquivo, existe um grupo de itens que formam um contexto de informação. [...] Eles não têm classificação. A organização, geralmente, é cronológica ou por departamentos da instituição, é uma outra concepção. O museu trabalha na maioria das vezes com peças tridimensionais. Eles trabalham mais com artefatos, com peças de arte, a parte de documentação ali é muito pequena. E aí a classificação é feita, mas também em um contexto completamente diferente (Entrevistado 3 C).

Os **diferentes objetos** tratados nas três áreas é uma questão que pode levar a procedimentos diferentes de seleção, organização e acesso ao conteúdo do acervo encontrado em arquivos, bibliotecas e museus. Apesar da dimensão informacional presente nos documentos ser um momento de possível diálogo entre as áreas a diferença recai sobre os procedimentos, os processos de classificação vão ser muito específicos da área de arquivo e são diferentes da área, por exemplo, de Biblioteconomia porque a noção de acervo em Arquivologia é baseada em fundo e

não em coleção. Isto acontece porque a forma de constituição dos acervos é completamente diferente, Por exemplo:

O documento arquivístico é um documento que se acumula por processos naturais da própria atividade do organismo produtor. E então o cerne aí do processo de classificação é a proveniência. Já na biblioteconomia, a forma como um acervo vai se organizar é através do critério de coleção orientada por critérios vamos dizer assim de necessidade do usuário. Então estes processos vão gerar formas de estruturação do trabalho completamente diferentes (Entrevistado 3 A).

Nesta mesma linha o entrevistado 2 B observa que parâmetros de descrição de acervos são completamente diferentes para cada uma das áreas. “Se a gente pegar um sistema de organização e classificação próprio da Arquivologia, de construção dos fundos de um acervo e tentar aplicar às coleções de um museu, não funciona. São pontos que a identidade tanto das instituições quanto dos campos de pesquisa da área que pedem a especificidade”.

A questão do acesso a informação, apesar de comum entre as áreas, é destacada pelos entrevistados como ponto de distinção entre as áreas, pois, o contexto de cada área leva a documentos diferentes, público diferente e formas de constituição do acervo diferentes. O entrevistado 3 C observa que as características de acesso ao conteúdo do acervo presente nas três áreas são muito diferentes e isto dificulta pensar em matérias comuns num modelo formativo que busque a aproximação entre as áreas. Ele destaca:

Na biblioteconomia, é uma informação pública, uma informação que você empresta o material, que você faz disseminação seletiva da informação. A função é dar o maior acesso possível, é garantir que a pessoa tenha este documento quando ela precisar. Já na Arquivologia o acesso é mais histórico, é mais jurídico, pois não é qualquer pessoa que pode ter este acesso. Você não vai ficar disseminando o que você tem dentro do arquivo, porque aquilo não é para todo mundo. Você vai atender um grupo muito específico de pessoas. E na Museologia o que está ali é uma exposição, vai ter o guia do museu para explicar as peças, vai dar uma aula de arte, uma aula histórica, a respeito daquela peça para os visitantes. Não deixa de ser acesso a informação, mas é um acesso diferenciado (Entrevistado 3 C).

Em função do contexto de cada área, as formas de acesso vão ser extremamente diferenciadas. Se no caso da biblioteca o acesso pode ser irrestrito e imediato, no arquivo, ele nem sempre tem esta característica. Como destaca o entrevistado 2 D:

Eu preciso pensar na forma de acesso destes documentos que é diferente, se uma biblioteca a questão do acesso imediato está colocada, na questão do arquivo não. E neste momento que as pessoas discutem tanto a transparência onde a ideia de democracia está ligada a transparência de informação, o arquivo ainda tem um papel difícil de muitas vezes vir com o discurso, de que muitas vezes você preservar o direito de cidadania não é o acesso geral e irrestrito. [...] se você está com um documento produzido, por exemplo, num hospital, você não pode dar acesso a isto imediatamente. As pessoas não têm que saber qual é o meu gene de doença hereditária. (Entrevistado 2 D).

O entrevistado 2 B observa que o público que as três áreas trabalham é diferente, eles têm motivações diferentes para irem a estes lugares e isto torna impossível o dialogo a partir do ensino.

Exatamente pela diferença de peso de um trabalho educativo em cada uma destas instituições, pelo tipo de publico que elas têm inclusive. Um público prioritário de um arquivo é um pesquisador. Então você tem um trabalho menor voltado para uma área educativa que leve a uma ampliação do entendimento do que é o arquivo, ou do patrimônio que ele guarda, e isto já vem, o usuário do arquivo ele já traz isto consigo, ele já vem com um olhar muito direcionado. Existem momentos em que a discussão não funciona, porque o conteúdo é tão específico de cada área que fica difícil você manter uma discussão coerente em que você coloque as mesmas questões para as três áreas. E a formação do graduando exige um grau de aprofundamento na especificidade da instituição que não permite o contato (Entrevistado 2 B).

O entrevistado 2 D entende que cada área possui uma função social que precisa ser levada em consideração quando se busca a aproximação da formação entre as áreas.

É preciso pensar na função social da Arquivologia, que tem como base a questão da informação autêntica, fidedigna com valor jurídico e a informação necessária para produção do conhecimento de caráter historiográfico. Que é diferente de pensar a função social da biblioteca ou do bibliotecário que é organizar uma informação que já nasce com este destino de ser imediatamente popularizada ou de acesso amplo e de pensar o que são as funções do museu ou de pensar o que é que significa a identidade cultural de uma determinada sociedade (Entrevistado 2 D).

Ele prossegue defendendo que a Ciência da Informação quando se coloca como grande área tem que entender esta função social e as especificidades de cada área.

É preciso também que a Ciência da Informação entenda profundamente estas especificidades, esta individualidade do projeto que é o projeto da Arquivologia, do que é o projeto da Biblioteconomia, do que é o projeto da Museologia. E que a Ciência da Informação não trate como se fosse acessório, que o arquivo, a biblioteca e o museu não fossem um acessório da Ciência da Informação. Então eu acho que não dá para a gente não considerar o processo histórico de fundamentação de cada uma destas disciplinas, para depois então pensar o que é que seria esta ciência da informação (Entrevistado 2 B).

A especificidade da função social de cada área traz consigo contextos diferentes de trabalho que implica em procedimentos diferenciados de organização do conteúdo dos acervos para atender a um público diferenciado em arquivo, biblioteca e museu. Isto nos leva a outro ponto importante destacado pelos entrevistados: as questões colocadas pelas áreas são diferentes, os olhares são diferentes, o lugar onde buscam a base conceitual é diferente;

7.4.3 O olhar diferenciado para as questões postas para as áreas

A questão da informação é destacada como ponto de aproximação entre as áreas, mas é vista sob pontos de vista diferentes entre as áreas. Em algum momento ela é vista como o cerne para as áreas, em outros momentos, o olhar específico da área busca atribuir à informação, características que a distinguem das demais áreas, em outro momento, percebe-se que representantes de determinada área buscam minimizar a importância da informação, destacando que as questões desta área ultrapassam a informação. As falas abaixo demonstram isso:

O entrevistado 1 D entende que a questão da informação é um ponto comum de aproximação entre as áreas, mas destaca que a forma de olhar para esta questão é diferente. Ele destaca:

Se você olhar nas próprias linhas de pesquisa a forma de aproximação para esta questão de informação é distinta. E não é só porque é uma divisão talvez didática, mas ela é distinta porque as perguntas que estão sendo feitas na realidade para cada um destes campos, são perguntas que exigem mergulhos em lugares diferentes para compreendê-los. Mas o cerne é a informação do mesmo jeito (Entrevistado 1 D).

Do ponto de vista dos entrevistados mais relacionados a área de Museologia, a informação é importante, mas não é o central, o interesse da área ultrapassa a questão da informação.

Ele é importante, a informação é algo importante dentro da Museologia, mas não é a Museologia. Eu posso te dar vários exemplos para te mostrar que o museu não é um centro de informação. Ele é também um lugar onde você acessa informações, os museus nascem muito associados à construção do saber e então por isto, também ligados a informação, mas os museus são muito mais do que isto. Para você ter uma ideia eles são lugares hoje de uma administração de memória, de construção de identidades que não passam necessariamente pela gestão da informação, pela produção, gestão e disponibilização de informação (Entrevistado 1 B).

O entrevistado 2 B corrobora com a opinião acima e observa que “a questão da informação para a Museologia ela é importante até determinado ponto. Tem um ponto a partir do qual ela perde o significado. O objeto museológico existe a partir de valores que são agregados ao objeto que ultrapassa o ciclo da informação”.

Quando a gente chega em determinados objetos museológicos que tem um caráter de relíquia por exemplo, que eles são importantes para a Museologia por valores que não estão no próprio objeto, mas que foram atribuídos a ele pelo uso, ou por uma questão histórica e aí a questão da informação enfraquece, o objeto museológico ultrapassa o tema da informação. E muitas vezes o nosso olhar está exatamente naquilo que ultrapassa. O que está para além da informação. A informação fica lá como um fundo residual do interesse pelo objeto (Entrevistado 2 B).

O entrevistado 4 A destaca o olhar diferenciado que a Arquivologia dá para a questão da informação. Ele entende que a informação na Arquivologia tem determinadas características que a diferencia do conceito de informação por si só, e destaca:

A Arquivologia não lida simplesmente com a informação. Esta informação ela precisa ser uma informação que esteja registrada, que carregue em si características de autenticidade, de fidedignidade, de credibilidade, confiabilidade e por aí vai. Então assim eu não tenho que tratar somente da informação. Eu tenho que levar esta informação com todas aquelas características intrínsecas e extrínsecas relacionadas a autenticidade, ao registro dela, que traz toda esta questão que é importante (Entrevistado 4 A).

O entrevistado 4 D entende que a noção de informação não é suficiente para resolver os problemas específicos de processos de trabalho tanto do bibliotecário quanto do arquivista e menos ainda dos museólogos.

Não é pela informação. O conceito da informação, eu tenho sempre a impressão de que ele é uma quarta coisa. Nós temos quatro áreas, Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e Ciência da Informação. O que é que estas profissões fazem. O que é que a profissão do bibliotecário faz. E levei alguns anos tentando usar, me aproximar dessa noção de informação e a noção de desempenho nos postos de trabalho de biblioteconomia. Não há vínculo. Na verdade o bibliotecário não produz informação e nem o arquivista produz informação, nem o museólogo produz informação. Eles produzem outra coisa. Eles vão operar em cima de uma informação já produzida. Vão organizar aquilo. (Entrevistado 4 D).

O entrevistado 2 D falando do ponto de vista da Arquivologia observa que “a Ciência da Informação se concentra muito na questão da recuperação da informação, da agilização da informação que são pontos fundamentais, mas que ela tem que ver também como isto é discutido nas outras áreas”. Ele destaca que o papel da

Arquivologia vem um pouco na contramão, falando assim, “olha direito a informação muitas vezes não é este acesso indiscriminado”.

O entrevistado 1 B tem a percepção de que a área de Ciência da Informação não é muito próximo do debate das ciências sociais e das ciências humanas. “Há uma resistência de pensar este dialogo múltiplo com as demais áreas que não são exatamente áreas tecnológicas e nem da administração. Não é a tecnologia, não é a perspectiva de gestão administrativa que vai trazer o aporte para a Museologia”.

O entrevistado 2 B destaca uma questão que lhe causa estranhamento é o excessivo destaque dado para as novas tecnologias, alçada em alguns momentos como o futuro para as áreas de Ciência da Informação e a Biblioteconomia. Ele minimiza esta importância na Museologia e observa:

Para a biblioteconomia, e para a ciência da informação distinguindo as duas áreas, o tema das novas tecnologias, ainda é um tema muito forte. Ele é apontado como o futuro das áreas, há muito investimento. Eu não sei até que ponto que este investimento realmente corresponde ao futuro das áreas, mas esta é uma questão que para a Museologia ela é pequena. A informatização dos museus, a gente teve um boom, que é exatamente no processo de implantação dos sistemas informatizados para a identificação de acervos, e depois um pequeno, uma pequena explosão de uso de recursos tecnológicos digitais em exposições e a criação de sites de museus. Isto não arranha nem o que é a superfície dos problemas centrais para a Museologia (Entrevistado 2 B).

Nesta mesma linha de destacar o olhar de cada área sobre questões importantes para as áreas, o entrevistado 2 B observa que a questão da memória e do patrimônio, que é comum para as áreas também é vista sob pontos de vista diferentes de acordo com o contexto onde é usada.

Quando a gente fala de memória em arquivo. O arquivo obviamente ela tem alguma questão ligada ao acúmulo de informações e de memória sobre a atuação administrativa, por exemplo, de uma empresa. Mas parte desta discussão sobre memória quando, por exemplo, começa a tratar de identidade, de coesão de grupo, alguns elementos assim, ela perde sentido para um tipo de arquivo desta natureza. Por outro lado este tipo de discussão floresce quando se trata de arquivos permanentes. Ai quando a gente está falando já de um arquivo permanente em que o conteúdo deste arquivo já passou por uma seleção e pressupõe que ele tem um caráter histórico, um valor histórico, a questão do patrimônio aflora (Entrevistado 2 B).

O que se observa é que o olhar, o foco depende do contexto, mesmo dentro de uma própria área, como na Arquivologia, onde encontramos contextos diferentes ligados

ao ciclo de vida do documento, tal como nos arquivos permanentes ou nos arquivos empresariais. Este olhar diferente nos leva a mergulhos em lugares diferentes, o que configura marcos teóricos diferentes para cada área.

Neste sentido, o marco teórico das áreas também é destacado como ponto que dificulta a aproximação entre as áreas. “Eu acho que as áreas já conquistaram, já consolidaram seus marcos teóricos, seus paradigmas, são distintos. Isto é a grande distância. Isto é que precisa ser respeitado e é impossível imaginar que você vai unificar isto num núcleo comum” (Entrevistado 1 B).

O entrevistado 2 D entende como importante o reconhecimento do marco teórico de cada área e destaca:

Eu acho que o nosso desafio é este, é sistematizar, é reconhecer os referenciais teóricos que representam a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia para fazer esta conversa com a ciência da informação. Se a gente não reconhece estes três referenciais teóricos, a gente está correndo risco de tratar como acessório, coisas que são fundamentos, aspectos que são fundamentais (Entrevistado 2 D).

O entrevistado 1 C as áreas, embora tenham problemas comuns, se desenvolveram de formas diferentes, os objetos de estudo, as preocupações são outras.

Os autores, pensadores que influenciam o desenvolvimento da área vêm de origens diferentes. Por exemplo, o Schellemborg que é muito importante na Arquivologia não é um nome que você se lembra na Biblioteconomia. Shera, para mim é um grande pensador da área de Biblioteconomia, você não lê o Shera na Arquivologia (Entrevistado 1 C).

Neste ponto, relacionado ao marco teórico de cada área, reside um dos grandes entraves para se pensar a aproximação e diálogo entre as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação, pois a singularidade histórica de constituição de cada área leva os praticantes destas áreas a mergulhar em referenciais diferentes em função das especificidades das questões que são colocadas para cada área. Neste sentido, para se buscar a aproximação entre as áreas, faz-se necessário encarar o desafio de buscar um referencial teórico que sustente esta aproximação. Isto se torna difícil, pois segundo os entrevistados, há pouca discussão de cunho epistemológico sobre este assunto.

Um dos pontos destacados como empecilho para o estabelecimento de melhores relações entre as áreas é a fragilidade da discussão epistemológica sobre o tema. O entrevistado 1 D entende que a Ciência da Informação precisa fazer um avanço teórico se quiser se colocar como área de sustentação para as áreas de organização da informação.

Mas ai tem outro negocio que eu acho que é mais emperrador. Que é esta coisa do avanço teórico que a ciência da informação precisa de fazer. Porque não basta falar que Biblioteconomia não é Ciência da Informação, ou que Arquivologia não é Ciência da Informação ou que Museologia não é Ciência da Informação. É preciso falar isto teoricamente, do ponto de vista do avanço da pesquisa. A especificidade da Ciência da Informação é esta e, portanto, ela não pode ser confundida nem com Biblioteconomia, nem com Arquivologia e nem com Museologia ou ela pode se colocar como um grande guarda chuva, para estas áreas de organização e tratamento da informação (Entrevistado 1 D).

O entrevistado 4 D entende que é importante mergulhar na construção científica deste campo. “A gente precisa se interrogar, vamos dizer, do ponto de vista mais teórico, epistemológico, o que é isto. O que é esta ciência, o que é que a caracteriza. Porque é que ela se distingue das outras. O que é que dá a ela uma especificidade que a identifica diferente das outras ciências”.

Ele questiona os estudos em Ciência da Informação e os considera muito descritivos e sem profundidade, muito focados em responder a situações e necessidades imediatas e não a questões teóricas e epistemológicas.

O entrevistado 2 C tem visão semelhante e destaca a falta de clareza sobre o que está se fazendo em Ciência da Informação como empecilho para se pensar uma aproximação entre as áreas tendo a Ciência da Informação como base de sustentação.

Eu acho que é uma falta de clareza. O que eu consigo perceber hoje é a falta de clareza de onde é que estamos exatamente. O que é que estamos fazendo. Estamos discutindo uma Ciência da Informação, qual Ciência da Informação é esta. Eu acho que falta a definição disciplinar mais clara de cada uma delas e ai quando é para fazer uma coisa em comum, em conjunto como a questão disciplinar não está muito definida, não é muito clara ai surgem as dificuldades. É o que eu tenho percebido. Ou você tem uma linha da Ciência da Informação que admite que as três áreas fazem parte da Ciência da Informação ou não. E ai assume isto e aí parece que isto aqui na escola esta discussão não está clara (Entrevistado 2 C).

Estas diferentes visões e olhares sobre o objeto de estudo levam os participantes de cada área a mergulhos em diferentes referenciais teóricos o que influencia a concepção dos docentes sobre como deve ser o ensino em suas respectivas áreas. Estas concepções podem ser vistas em algumas falas dos entrevistados quando destacam a percepção sobre a temática da aproximação entre as áreas.

O entrevistado 3 C reduz a discussão sobre o ensino a dicotomia teoria e prática no curso de Biblioteconomia da ECI-UFMG e entende que há o privilégio para a teoria em detrimento da prática nesse curso. Ele destaca: "O que eu tenho percebido é que as pessoas da Biblioteconomia estão muito preocupadas com a teoria. Há um movimento muito forte para que a gente tenha novamente alguma coisa da Fafich, para dar um embasamento filosófico maior para o nosso aluno (Entrevistado 3 C)".

O perfil do docente da ECI-UFMG é destacado como uma das causas deste privilégio nesta relação entre teoria e prática, pois segundo o entrevistado 3 C "metade dos professores de seu departamento é formado por docentes sem relação com a Biblioteconomia e as disciplinas práticas são o forte de quem vem da Biblioteconomia"

Metade do corpo docente é composto de pessoas que não são oriundas da biblioteconomia e que possuem uma ligação muito mais forte com a teoria do que com a prática. Estas pessoas buscam muito mais um curso teórico, buscam muito mais um curso que forme pesquisador do que um curso prático. Porque você imagina, eu vou lutar para ter uma disciplina prática e depois eu vou ter que dar ela, como é que eu vou fazer (Entrevistado 3 C).

O entrevistado 3 C prossegue destacando sua posição sobre esta relação entre teoria e prática:

As disciplinas práticas são importantes senão o curso vai virar teórico. E aí o que é que a gente vai ter no mercado. O egresso que cai na biblioteca e não sabe o que vai fazer lá dentro. Eu acho que os três cursos deveriam estar pensando tanto no embasamento teórico quanto na questão do fazer, da prática, o que é que efetivamente o nosso aluno vai fazer lá fora (Entrevistado 3 C).

Fugindo da discussão teoria e prática, o entrevistado 4 D explicita sua concepção de ensino destacando que o atendimento às demandas dos postos de trabalho é o principal requisito para se definir um modelo formativo.

Existem postos de trabalho que precisam ser preenchidos. E os postos de trabalhos têm demandas. Seria necessário, falando como especialista, ir ao mercado de trabalho, seria preciso ir primeiro observar qual é a demanda da sociedade pela profissão, por estas profissões. Uma vez observado o mercado de trabalho montar-se-ia o currículo para atender a esta demanda real (Entrevistado 4 D).

As duas falas acima destacam concepções de ensino voltadas para a formação do profissional, para as demandas dos postos de trabalho dos profissionais. O entrevistado 1 D defende outro ponto de vista e entende que para além da prática e da formação profissional os egressos devem entender o lugar dessas profissões (arquivista, bibliotecário e museólogo) no contexto da sociedade brasileira, não só o lugar, mas que resposta estas profissões podem dar às demandas da sociedade. E para isso ele destaca: "Se você pensa numa profissão que mexe com o homem e que tem como fim organizar uma informação para disponibilizar para este sujeito, sujeitos que são de diferentes extratos sociais, de uma realidade social dada se eu não compreender isto minimamente é complicado (Entrevistado 1 D).

Ele prossegue "a gente tem um discurso de organizar, de democratizar, de socializar, mas com que grupos a gente trabalha fora daqui. E mais grave, a gente não consegue fazer com que o aluno nosso compreenda que esta relação tem que ser ampliada para fora daqui".

Eu acho que quando você tem uma formação que contemple uma ideia de história, de política, de sociedade, de uma dimensão mais ampla de compreender o universo, não na sua particularidade, mas numa forma mais global, isto seria um elemento que mexeria com esta realidade fragmentada. Isto levaria o aluno a compreender a realidade na totalidade e se colocaria como parte deste universo. [...] Não sei, eu acho que é assim, a gente não achava que tinha que ser extinto o ciclo básico. Muito de nós docentes da ECI-UFMG, só que nós não fomos hegemônicos (Entrevistado 1 D).

Outro ponto que dificulta a aproximação e diálogo entre as áreas é a falta de debate e discussão dos projetos dos cursos. Esta questão é destacada por alguns entrevistados que entendem que falta de tempo para discussão das coisas fundamentais de interesse da ECI-UFMG.

O entrevistado 1 D cita que o processo de trabalho a que são submetidos os docentes da ECI-UFMG impede que haja discussões fundamentais sobre as questões que interessam a escola. A criação dos novos cursos, a acomodação

desses cursos e o desenvolvimento de um aparato teórico que discuta esta acomodação fica comprometida por este fato.

No processo que a gente está vivendo e a cobrança que você está submetido a sensação que eu tenho é que a gente está numa corrida de obstáculos, você vence um e tem 10 te esperando. E a gente não se encontra para discutir coisas fundamentais, a gente se encontra para discutir o relatório que a gente tem que entregar, a coisa que tem que dar resposta. Lógico que muitos de nós faz pequenos grupos tem alguns arranjos, tem algumas identidades, porque senão também a gente não suportaria. Quando você tem uma exigência de uma produtividade exacerbada, isto não dá tempo. Porque o tarefismo ele não dá tempo (Entrevistado 1 D).

Nesta mesma linha o entrevistado 3 B destaca que "na hora de uma discussão, de um debate de um currículo, ninguém tem muito tempo, ninguém tem muito... Acredito que é mais a questão do tempo mesmo para discutir, para debater. Mas também em alguns momentos não há um período de escuta, não há vontade de escutar neste sentido".

O entrevistado 4 C destaca a importância do debate e discussão dos projetos dos cursos como fundamental para se ter clareza de quais são os problemas, aquilo que não foi suficientemente resolvido e que vai ter que ser enfrentado no decorrer do curso. Sobre a experiência da ECI ela destaca:

Pegando aqui os relatos sobre os conflitos que aconteceram. A gente percebe que as coisas estavam dadas como finalizadas ou seja cada ementa, cada nome de disciplina, o que é que disciplina que entrou ou disciplina que saiu e isto foi dado como relativamente resolvido e a gente vê que eles não tinham, que o que estava ali não tinha condições de conformar um currículo.

Ele prossegue: "para mim o problema é este. Não é o fato de que o produto não está bom. Mas qual o nível de consciência disto. De tal modo que a gente tenha condição assim que o projeto começou, que foi implantado que tenha condição de ir revendo isto o que efetivamente não está acontecendo".

O entrevistado 4 C destaca que a falta de debate e discussão da questão relacionada a acomodação dos novos cursos na ECI-UFMG é fruto de uma cultura administrativa que as vezes entende que você precisa chegar logo numa solução, que problematizar é não ser objetivo.

Eu estou colocando o problema de uma manutenção de uma cultura administrativa que não permite que as discussões sejam feitas como se deve, ou seja tendo método, planejamento, aprofundamento acadêmico e que isto seja registrado,

devidamente pensado e compartilhado por todos e as implicações sejam conhecidas por todos e devidamente avaliadas para então chegar na burocracia da universidade. Você entendeu que tem um monte de coisas antes (Entrevistado 4 C).

O entrevistado 4 B também destaca a importância do tempo para o debate e amadurecimento das ideias para se chegar a conclusões mais fortes e claras. Ele destaca que o tempo da universidade é diferente do tempo das empresas. "Eu acho que a universidade pública existe para isto. Para defender um lugar onde as pessoas possam pensar e atuar sem responder estas demandas mais imediatas" (Entrevistado 4 B). Ele destaca a relação da universidade com o REUNI e entende que o tempo imposto pelo REUNI para as universidades criarem os novos cursos foi o tempo das empresas e não o tempo da universidade.

Porque o Reuni ele é um pouco uma coisa que não entende este tempo da universidade. A forma como o governo propôs e executou o Reuni é o tempo das empresas. É para ontem, é agora. E isto com certeza alguém vai estudar isto, vai fazer pesquisa sobre isto e vai falar, como que isto causou várias sequelas, dentro de cursos, dentro de unidades e dentro de universidades. Porque é claro que não é compatível com o *modus operandi* que a gente pretende e que é o que garante esta qualidade que é entre outras coisas tempo para refletir, e decisões que você tem que tomar com mais acuidade e vem uma coisa que é o contraponto disto (Entrevistado 4 B).

Ele finaliza observando que é fundamental o tempo para discussão, para debate. "Nós precisamos de tempo, calma para discutir com precisão para tomar medidas acertadas" (Entrevistado 4 B).

7.5 O núcleo comum de atividades acadêmicas para os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia da Escola de Ciência da Informação da UFMG

Neste ponto do trabalho, a discussão em torno da aproximação entre as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia centra-se na percepção dos docentes sobre a experiência da Escola de Ciência da Informação da UFMG de aproximação dessas áreas através de uma proposta curricular de núcleo comum de atividades acadêmicas tendo a Ciência da Informação como estrutura básica de formação.

As falas dos entrevistados destacam como positiva a proposta, mas demonstram receio quanto a forma como ela foi implantada na ECI-UFMG. Na maioria das falas percebe-se a recorrência das palavras repensar e discutir o núcleo comum, demonstrando que apesar de positiva a ideia de aproximação e diálogo entre as áreas, a operacionalização do núcleo comum tem sido problemática.

7.5.1 A percepção dos docentes sobre a experiência de núcleo comum da Escola de Ciência da Informação da UFMG

Nesse ponto do trabalho as falas dos entrevistados apresentam a visão sobre essa experiência de via modelo formativo proposta pela UFMG. O entrevistado (1 A) percebe como positiva a possibilidade de modelos formativos que explorem o que há de comum entre as áreas. Ele defende a manutenção do núcleo comum, mas entende que há a necessidade de repensar no sentido de avaliar esta proposta. Ele destaca:

Os objetos são muito próximos e então eu vejo que existem disciplinas, temas, assuntos, destas áreas que são comuns. E então eu vejo que a formação, parte da formação do bibliotecário, do museólogo, do arquivista, parte da formação ela pode ser comum. Este modelo de formação que a ECI-UFMG desenvolveu, o núcleo comum, vejo como algo muito pertinente, porque de fato observo temas em comum e por isto a gente pode ter disciplinas em comum. Agora não vejo a possibilidade hoje de uma formação única para atuação nestas diversas áreas. (Entrevistado 1 A).

O entrevistado 3 B percebe a aproximação entre Arquivologia, Museologia e Biblioteconomia como extremamente positiva. Ele se declara satisfeito em saber que o curso de Museologia foi abraçado pela Escola da Ciência da Informação juntamente com a Escola de Belas Artes.

E então eu vejo com um olhar muito positivo, a minha percepção é de que quem opta por fazer um curso de Museologia inserido na Escola da Ciência da Informação vai ter uma noção muito mais ampla do papel dele enquanto museólogo, porque ele trata também muito da questão do documento. E a própria questão da informação. Aquele que escolheu fazer o curso aqui na ECI-UFMG vai ter além de dar uma importância para a Antropologia, para a Filosofia, para a Museologia em si, dá também uma importância e resgata um pouco o papel do documento, o papel do arquivo (Entrevistado 3 B).

O entrevistado 1 D entende como bom o fato das escolas de Ciência da Informação ocupar este nicho, e portanto, agregar os cursos de Arquivologia e Museologia. Ele percebe como importante o fato de que esses novos cursos trazem questões novas, colocam na mesa questões que não estavam postas antes na ECI-UFMG.

Eu acho que ao ter isto aqui o que abre é esta possibilidade das pessoas serem expostas a visões de mundos, leituras, concepções que talvez elas não tivessem. E ao fazer isto você pode sensibilizar um numero de pessoas que antes não teriam nem a oportunidade de terem vivência disto. Eu acho que ela abre a possibilidade. Agora ela pelo menos põe na mesa algumas questões que talvez não eram postas antes (Entrevistado 1 D).

No entanto, o entrevistado 1 D observa que a escola está vivendo um momento de transição e cita Paulo Freire em seu livro "Cartas a Guiné Bissau" quando ele fala de uma sociedade que está mudando onde o velho ainda não acabou e o novo que ainda não se instalou. Para o entrevistado 1 D "esta transição que a ECI-UFMG está passando dá esta ausência de identidade. Você pega algo se revolucionando, mas o velho ainda não se extinguiu porque ele ainda está lá. E o novo ainda não se instalou porque ele também está se fazendo. Ele também está se construindo".

Neste sentido, ele entende que é bom as escolas de Ciência da Informação agregar os cursos de Arquivologia e Museologia. Mas sente que isto amplia o foco de dissensão.

Se antes a dissensão era Biblioteconomia e Ciência da Informação sob a alegação de que não são a mesma coisa, Ciência da Informação é uma coisa e Biblioteconomia é outra. Uma é independente da outra e tal. Agora ampliou-se a dissensão, no sentido de que Ciência da Informação não é Arquivologia, não é mesmo. Não é arquivo, não é museu, não é biblioteca. Mas utiliza elementos que estão na biblioteconomia, no arquivo e no museu que é a questão de organizar a informação que querendo ou não a função destas instituições é de organizar e disponibilizar a informação (Entrevistado 1 D).

Nesta mesma linha de destacar o foco de tensão entre Biblioteconomia e Ciência da Informação, o entrevistado 4 C acha importante observar que quem está trabalhando com Arquivologia e Museologia a precisa entender a confusão que é Biblioteconomia e Ciência da informação.

Existe uma dificuldade de identidade sob o ponto de vista de uma construção científica em Ciência da Informação quanto aos professores que conformam esta escola e que já estavam aqui antes dos novos cursos serem criados. Não dá para se pensar uma identidade com relação a estes dois cursos novos, sem observar que há um problema de identidade com o curso que já está instalado. É o fato de que coisas

aconteceram nesta escola, em função de um curso de graduação chamado Biblioteconomia de uma pós graduação que foi criada de um determinado modo e funciona de um determinado modo, e qualquer tentativa de construção de identidade passa pela compreensão do que foi isto (Entrevistado 4 C).

Ele finaliza com a seguinte observação: "Neste quadro fica mais difícil enfrentar este novo desafio que envolve estes dois outros cursos. Acho que isto não pode ser deixado de lado. Porque não tem como dialogar com estas duas novas áreas com o que a gente tem do jeito que está. E nem eles conseguem dialogar com a gente" (Entrevistado 4 C).

Numa linha diferente, o entrevistado 1 B observa a necessidade de melhor discussão do arranjo institucional da ECI-UFMG a partir da criação dos novos cursos e da aproximação em núcleo comum de disciplinas. Entende que foi um arranjo feito às pressas e sem a participação dos professores das áreas de Arquivologia e Museologia.

Eu acho que é um arranjo que precisa ser rediscutido ainda. Eu acho que ele ainda não teve o debate necessário de cunho exclusivamente acadêmico, que pudesse refletir então num arranjo institucional. Os próprios professores mais antigos dizem isto, enfim que o Reuni exigiu uma certa rapidez na solução da acomodação dos novos cursos, e acho que a escola agora tem que discutir como acomodar isto, quais são as interfaces, as intercessões, as identidades, eu não acredito que do jeito que está a configuração institucional, acadêmica, esteja atendendo adequadamente aos cursos (Entrevistado 1 B).

Sobre a aproximação dos cursos via matriz curricular com núcleo comum de disciplinas ele destaca sua a visão de que ele veio muito para resolver uma questão de equação entre numero de professores e numero de disciplinas com a criação dos cursos. "Achar pontos de intercessão entre os três cursos e casar estes pontos de intercessão com esta equação de você maximizar a competência já instalada" (Entrevistado 1 B).

Com a chegada dos professores de Arquivologia e Museologia isto seria rediscutido. No entanto, destaca "eu sinto que a escola ainda não está disposta, ou preocupada não sei, não sei o que dizer em relação a repensar, refletir novamente sobre a acomodação destes cursos" (Entrevistado 1 B).

A vinda dos cursos de Arquivologia e Museologia traz questões novas para a escola e o entrevistado 1 B entende que a ECI-UFMG trata destas questões como se fosse pontual.

Eu acho que a chegada dos novos cursos está colocando uma questão nova para a escola e ela está reagindo dentro da sua tradição, uma tradição de deixar a discussão para o pontual. Não estou dizendo que sempre foi assim, mas provavelmente vamos dizer, as relações, as conexões entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação já estivessem, já estejam tão bem ajustadas que o que resta seria o pontual. É uma dúvida que eu tenho. Será que o que resta na conversa da Ciência da Informação com a Biblioteconomia é só o pontual (Entrevistado 1 B).

Ele prossegue destacando que “com a Museologia e com a Arquivologia a discussão não é pontual, são questões de fundo, são questões que vão envolver uma certa coragem, ousadia para sentarmos e discutirmos, qual é o papel destes cursos na escola”.

Quanto a aproximação da Museologia com a Biblioteconomia e a Arquivologia na Escola de Ciência da Informação ele entende como importante, O entrevistado 1 B destaca “É obvio que a Museologia haverá de se acomodar bem na Escola de Ciência da Informação, desde que a Museologia possa se desenvolver e reforçar os laços de intercessão com a Ciência da Informação e os demais cursos da graduação”.

Eu acho que é um espaço importante, não tenho dúvida. Qualquer espaço é importante. E acho que é um bom lugar de diálogo, um bom lugar para se dialogar. Meu temor é que vire uma camisa de força, só isto. Claro que a acomodação institucional conta muito, provavelmente serão os cursos que vão conversar mais ou dialogar com a Ciência da Informação. Mas sem prejuízo para o campo da Museologia (Entrevistado 1 B).

A competência instalada na ECI-UFMG é destacada como ponto importante quando se discute a proposta de núcleo comum de disciplinas para os três cursos. Corroborando com a fala destacada pelo entrevistado 1 B, o entrevistado (2 A) destaca:

A proposta inicial do projeto pedagógico fala de uma competência instalada na escola, então quando você fala de uma competência instalada, você está falando de recursos materiais, laboratório, biblioteca, mas está falando também do corpo docente, e foi baseado nesse, para esses cursos caberem aqui na escola, eles tinham que ter essa interlocução, porque não é possível com o número de professores de Museologia que entrou na escola, e Arquivologia, por exemplo, não é possível você dar um curso inteiro, quatro anos de curso só com esses professores.

Então ele precisava contar com a competência instalada, e a competência instalada pode contribuir em que área, na área que tem algumas coisas comuns que hoje se chama Ciência da Informação (Entrevistado 2 A).

Neste sentido, percebe-se em algumas falas a ideia de que esta proposta de núcleo comum tem como base a competência instalada na ECI-UFMG, ou seja, os docentes e recursos que a universidade possuía no momento da proposição curricular. As falas deixam claro que no momento da chegada dos novos docentes das áreas de Arquivologia e Museologia isto seria repensado.

O entrevistado 2 D entende que é importante reconhecer que estrategicamente a ECI-UFMG ainda está muito longe de poder abrir mão deste processo que foi denominado núcleo comum.” Eu acho que isto ai levaria a uma sobrecarga destes professores. Eu estou falando administrativamente nos seus encargos didáticos que os impossibilitaria de amadurecer e de levar este projeto a frente (Entrevistado 2 D).

E estes professores então eles vão ter que saber até por estratégia do momento conciliar sim em algum momento estes três cursos. Eu acho que a ideia do tronco comum talvez ela não venha mais com a ideia de tronco comum, mas de núcleo comum, ou de disciplinas em comum, mas eu acho que deve ter. Isto ai é fundamental, é estratégico, é solução de compromisso para esta (Entrevistado 2 D).

Nesta mesma linha de destacar a utilização da competência instalada da ECI-UFMG o entrevistado 1 B observa:

Olha eu acho que a visão que eu tenho é que o núcleo veio muito para resolver uma questão me parece pelo menos é o que eu esbarro toda hora que eu discuto. É resolver uma questão uma equação entre numero de professores e numero de disciplinas com a criação dos cursos. Claro uma necessidade sim de achar pontos de intercessão entre os três cursos, casar este ponto de intercessão com esta equação de você maximizar a competência já instalada (Entrevistado 1 B).

O entrevistado 2 B tem a mesma visão:

Eu acho que agora e a gente sabia desde o momento que a gente entrou aqui nos foi colocado que o tronco comum que foi criado de uma forma circunstancial a partir do material disponível, dos profissionais disponíveis na escola, do tipo de pesquisa já desenvolvido, do tipo de pensamento já existente na escola. E este núcleo comum precisaria passar por uma revisão com a chegada dos profissionais das novas áreas, dos professores das novas áreas (Entrevistado 2 B).

O entrevistado 4 D também segue esta linha e observa que o núcleo comum foi proposto sob o ponto de vista gerencial e econômico, de aproveitamento de

recursos, porque tinha poucos professores. “Não tem um professor, o número de professores não é suficiente para atender a todas as demandas, foi feito um núcleo comum. O núcleo comum é só isto” (Entrevistado 4 D).

O entrevistado 2 B destaca o argumento de que estes três campos têm atividades comuns, têm procedimentos comuns em alguns momentos e têm um passado comum. No entanto observa que:

Num primeiro momento tive um pouco de estranhamento devido a ausência de determinadas discussões que eu estava acostumado em ver nas publicações e no campo da Museologia. Quando eu cheguei aqui este arranjo institucional eu fui aos poucos entendendo melhor um pouco para onde se queria ir. E ao mesmo tempo entendendo também como que nesta discussão ainda faltava um olhar específico da área, que eram dos professores que estavam chegando para que ela pudesse amadurecer e ganhar um pouco mais de maleabilidade. Eu entendi que este arranjo estava sendo muito focado na formação da graduação (Entrevistado 2 B).

Sobre a proposta de núcleo comum o entrevistado 4 C observa a dificuldade de se discutir uma temática que já está resolvida administrativamente. Ele demonstra em sua fala seu entendimento de que o núcleo comum é fruto de um processo onde faltou debate e discussão mais aprofundada. “Eu acho que é sempre muito mais difícil quase impossível debater um assunto se ele já chega resolvido com relação a questão principal, ou a questão que é orientadora. Porque aí não dá para debater, não dá para questionar. Não pode questionar”.

Ele entende que o projeto do modo como foi colocado que tinha o núcleo comum ele tem que ser mantido. Embora eu acredite muito no núcleo comum eu não o discutiria deste modo porque não vai dar certo.

Então eu não partiria da ideia de que tem que ter um núcleo comum, embora eu acredite nele. Agora eu acredito nele de um modo muito mais cuidadoso, pensado e refletido de verdade. Sem medo de usar o tempo para fazer esta reflexão. E sem medo de buscar por um método para fazer esta reflexão, sem pressa, sem superficialidade (Entrevistado 4 C).

O entrevistado 4 D entende que a ideia de núcleo comum não é nova, é antigo na universidade e tem como principal foco o aproveitamento dos recursos comuns da universidade.

O núcleo comum tem que ter mesmo, isto é antigo da universidade. A noção de ciclo básico já era uma ideia de núcleo comum. Ela tira do foco, sem dúvida nenhuma, ela tira do foco a formação específica, em medicina, ou em engenharia, ou

biblioteconomia, ou serviço social, ela vai aproveitar o que há de comum, é uma forma de baratear o custo da educação superior. Ela é isto (Entrevistado 4 D).

Numa linha diferente, o entrevistado 2 C que participou da comissão que fez a proposta do núcleo comum e observa que esta proposta veio da reitoria da UFMG. “Na realidade ela era uma proposta da reitoria em que cada curso de graduação deveria definir o seu núcleo de disciplinas que jamais poderiam ser mudados. Aqueles que definem o curso, a formação. Esta era a ideia” (Entrevistado 2 C).

Esta fala deixa bem claro que o núcleo comum foi pensado como algo que define o curso e na fala abaixo percebe-se que a Ciência da Informação foi eleita como a base para o núcleo comum.

O que é que nós tínhamos aqui, o que é que foi pensado, então nós vamos fazer os três cursos baseados na Ciência da Informação que é comum. O que é comum nas três áreas. O que é comum para os três. O que é que poderia ser comum para os três. Para que houvesse troca de alunos de cursos diferentes na mesma sala de aula, para que houvesse este entrosamento entre as áreas. O que na prática não tem acontecido (Entrevistado 2 C).

Para o mesmo entrevistado a visão atual sobre o núcleo comum é bem diferente, ele destaca que os docentes das áreas de Arquivologia e Museologia que chegaram após a definição da proposta de núcleo comum sentem-se incomodados com a obrigatoriedade de haver um núcleo comum. “Eu tenho a impressão de que se alguém dissesse para eles para acabar com o núcleo comum eles iriam acabar imediatamente e seriam três cursos absolutamente independentes. Ainda que houvesse disciplinas que pudessem ser compartilhadas” (Entrevistado 2 C).

A ideia de núcleo comum é vista como uma camisa de força que impede as demais áreas de focar-se naquilo que é específico.

Eu acho que o tronco comum, apesar de eu ter participado disto, ele para os outros, para os professores e para quem veio para a escola depois ele me parece uma camisa de força. Uma camisa de força que ao invés de fazer com que as três áreas conversem, vira uma coisa, para que é que a gente tem que manter este tronco comum, apesar de isto ainda não ser verbalizado (Entrevistado 2 C).

Um dos problemas relacionados ao núcleo comum está relacionado à concepção do que deve ser este núcleo. O entrevistado 4 D critica a forma como os cursos foram criados. Ele entende que a ECI-UFMG teve um enfoque complicado na forma como

foram montados os cursos. “Eles são baseados no currículo, quer dizer faz-se um currículo por pessoas com pouca experiência na área e sem experiência no problema da qualificação profissional e a partir do currículo montado vai se selecionar os professores”.

Houve uma inversão de valores aí. Seria necessário, falando como especialista, ir ao mercado de trabalho, seria preciso ir primeiro observar qual é a demanda da sociedade pela profissão, por estas profissões. Uma vez observado o mercado de trabalho montar-se-ia o currículo para atender a esta demanda real. E uma vez montado o currículo seleciona-se professores que sejam capazes de atender a este currículo montado para atender a sociedade (Entrevistado 4 D).

Ele entende que esta inversão de valores é prejudicial e que “o que se tem feito é monta-se o currículo e contrata-se professores e vão se adaptar o currículo a experiência do professor, ou desejo, ou visão do professor numa tentativa de acomodar individualidades, percepções individuais” (Entrevistado 4 D).

O entrevistado (1 D) entende que:

A grande dificuldade é que cada um de nós, do ponto de vista daquilo que ensinamos, acha que o que ensina é muito importante, e então fica difícil abrir mão daquelas coisas que entendemos que tem que haver no currículo. É muito fácil a gente falar de interdisciplinaridade, mas é muito difícil da gente praticar. Porque precisamos sair do lugar da gente o que é muito difícil. Porque você precisa se deslocar do seu centro de visão o que é muito difícil (Entrevistado 1 D).

Ele destaca que participou da discussão do currículo da biblioteconomia e “todas as vezes que foi tentada a inclusão de disciplinas da área da cultura a gente não conseguiu muito espaço. A gente terminou sendo espaço vencido”.

E o que a gente vê, vamos dizer assim, por exemplo, vou falar especificamente da disciplina de preservação de acervos. A disciplina de preservação de acervos, ela ficou com 30 horas no currículo porque eu insisti muito. Porque a discussão era a seguinte, não precisa disto. Livro vai acabar, não vai ter livro, não vai precisar disto (Entrevistado 1 D).

O entrevistado 3 B destaca que as discussões relativas à aproximação dos cursos na ECI-UFMG foca-se muito na escolha de disciplinas e ementas que comporão o currículo em detrimento da filosofia que venha fundamentar esta aproximação.

Acho que infelizmente, ainda não chegamos no nível de debate ou de discussão ou de proposta significativa para enxergarmos em que medida estas múltiplas formações vão influenciar na identidade em si do curso. Infelizmente eu vejo que a preocupação primeira foi muito mais em dar nome de disciplina, eu acho que nós todos na hora de analisar ficamos muito mais preocupados com esta questão do nome da disciplina, de uma ementa, sem discutir propriamente esta filosofia que é fundamental. Onde estas identidades de formações múltiplas pudessem ter voz (Entrevistado 3 D).

O entrevistado 3 B entende que a preocupação de ter disciplinas e professores dos cursos de Arquivologia, de Museologia e do curso de Biblioteconomia para cobrir uma grade é maior do que esta análise das vozes das diversas identidades. A minha percepção é de que não ouve uma escuta para as vozes destas identidades. E isto influencia no núcleo comum, influencia e muito.

7.5.2 A percepção sobre os problemas do núcleo comum

Neste ponto do trabalho, a discussão em torno da aproximação entre as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia parte de uma perspectiva mais geral para a experiência da Escola de Ciência da Informação da UFMG de aproximação na formação dessas áreas através de uma proposta curricular de núcleo comum de atividades acadêmicas tendo a Ciência da Informação como estrutura básica de formação.

As falas dos entrevistados destacam como positiva a proposta, mas demonstram receio quanto a forma como ela foi implantada na ECI-UFMG. Na maioria das falas percebe-se a recorrência das palavras repensar e rediscutir o núcleo comum, demonstrando que apesar de positiva a ideia de aproximação e diálogo entre as áreas, a operacionalização do núcleo comum tem sido problemática.

Quando indagados sobre a proposta de núcleo comum de atividades acadêmicas, os entrevistados demonstram não concordar com este termo tronco comum, alguns preferem núcleo comum, outros nem entendem que há núcleo comum entre as áreas e sim zonas interdisciplinares, ou disciplinas comuns. Tal como demonstra a fala abaixo:

A palavra tronco me incomoda um pouco porque eu vejo que é como se você tivesse raízes iguais e na verdade o que eu percebo é que bibliotecas, arquivos e museus, as instituições tem uma historia remota muito comum e que vem muito da questão da guarda de acervos indistintamente. Agora, como disciplina científica, elas se construíram de uma maneira independente atuam de uma maneira independente (Entrevistado 1 B).

O entrevistado 2 D destaca que “era preciso que se marcasse socialmente que eram três coisas diferentes, e eu achei e concordei com isto. Mas me vinha a ideia deste

tronco comum e eu pensava, gente como que um tronco comum vai dar três frutos diferentes”.

Tronco me dá a ideia da árvore e como que uma árvore ela dá três diferentes. Porque para mim eles ainda continuam sendo frutos diferentes. E aí se for buscar uma analogia com esta coisa da classificação biológica eles podem ter alguma coisa, algum gênero da mesma família, mas com frutos diferentes. São três produtos diferentes (Entrevistado 2 D).

Nesta mesma linha, o entrevistado (4 B) destaca:

Essa expressão tronco comum que aparecia nos primeiros contatos com vários professores, eu senti uma preocupação até terminológica de não achar uma expressão muito feliz. E então nós começamos a adotar a expressão núcleo e não tronco. Entendendo que era um núcleo de disciplinas, mas que ele não tinha necessariamente que ter uma função transversal, que talvez a palavra tronco traduzisse (Entrevistado 4 B).

O entrevistado 2 D entende que a proposta da ECI-UFMG precisa ser revista e que já está em andamento um processo de revisão do currículo. “É uma das primeiras coisas que tem que ser revista é este conceito, esta concepção que teve aqui na escola deste núcleo comum. Porque uma coisa seria você abordar o que é Ciência da Informação. Uma disciplina que tratasse dos autores e das suas respectivas teorias em relação a este campo. E outra coisa seria como a informação é tratada em cada uma destas áreas” (Entrevistado 2 D).

O entrevistado 1 C vai mais longe e entende que não existe núcleo comum e sim disciplina comuns.

Para mim o núcleo comum é memória. Se eu tiver que definir o núcleo comum. O núcleo comum é memória. Agora a gente tem disciplinas comuns para definir. Não é o núcleo, são os galhos. Para mim, se você pensar não é um núcleo. O comum não é o núcleo. Mas eu não vi ninguém com esta postura (Entrevistado 1 C).

O entrevistado 4 A também não concorda com a ideia de núcleo comum e defende a ideia de que as áreas possuem momentos de encontro, mas não começam do mesmo ponto como a ideia de núcleo, tronco deixa transparecer.

Eu acho que as áreas não começam do mesmo ponto. Não acho que é por aí. Eu acho que cada uma tem o seu ponto de saída. Eu acho que existem momentos de encontro. Eu vejo as quatro áreas como autônomas cada uma saindo do seu ponto. Eu vejo estes movimentos entre elas. Não vejo todas elas saindo do mesmo ponto, todas elas saindo da mesma raiz. Deste mesmo núcleo (entrevistado 4 A).

7.5.2.1 Currículo com viés da Biblioteconomia

Outra questão que se percebe nas falas dos entrevistados é que o currículo tem um viés da Biblioteconomia. Este viés vai de encontro ao uso da competência instalada na ECI-UFMG, pois o projeto do núcleo comum foi feito com as pessoas que já estavam na escola.

Foi feito uma análise de outros currículos, foi feito consultoria, mas ele foi feito pelo pessoal que estava aqui. E então do meu ponto de vista e é muito pessoal isto o nosso currículo de Arquivologia ele foi muito marcado pela biblioteconomia. A gente sabia disto, e a gente pensava, quando chegarem as pessoas que foram contratadas a gente vai ter que parar e discutir, que é o que está sendo feito hoje. Era o que a gente era capaz de fazer, pois você atua numa área, você estuda outras áreas e você consulta outra área, mas isto é diferente de você atuar naquela área (Entrevistado 1 C).

O entrevistado 3 C vê isto como problema, pois entende que a Arquivologia e a Museologia têm concepções diferentes sobre determinadas disciplinas que estão no currículo do núcleo comum.

Olha só, a grande dificuldade do núcleo comum é porque ele foi pensado só pelo pessoal da Biblioteconomia. Nós não tínhamos professores aqui nem de Arquivologia e nem de Museologia, para pensar este núcleo comum. Muitas coisas foram colocadas no núcleo comum, disciplinas tais como, "Análise de assunto", "Linguagens de indexação", "Estudos de usuários", tendo como base a experiência da escola com estas disciplinas no curso de Biblioteconomia (Entrevistado 3 C).

O entrevistado 2 C questiona o olhar em que foi feito o currículo. No projeto do núcleo comum era a ideia de Ciência da Informação como base comum para os cursos, mas ele entende que prevaleceu o viés da Biblioteconomia.

Até então a gente tinha pessoas com um olhar muito ligado a Biblioteconomia e quem não era da Biblioteconomia originalmente teve que se adaptar a este olhar, para compreender o que é que a gente estava fazendo aqui, o que é que a escola estava fazendo. Olha eu tenho dúvida se foi com o olhar da Ciência da Informação ou se foi com o olhar da Biblioteconomia que isto foi construído (Entrevistado 2 C).

Ele entende que isto acontece porque "não há clareza do que seja a Ciência da Informação, não há uma clareza do rumo da ciência da informação eu tenho a impressão de que muito foi por isso que prevaleceu o olhar da biblioteconomia e não de uma ciência da informação" (Entrevistado 2 C).

O entrevistado 3 A entende como natural este viés da Biblioteconomia, visto que a proposta surgiu numa escola de Biblioteconomia e Ciência da Informação, mas defende a necessidade de se fazer adaptações.

Eu tenho uma visão um tanto humanista com relação a isto. O seguinte, se um curso de Arquivologia, se um curso de Museologia ele tem a gênese dele num âmbito de um departamento de Ciência da Informação, melhor dizendo de Biblioteconomia, é lógico que estes cursos vão ter o viés da Biblioteconomia. O importante é o seguinte, é a gente ter a clareza da importância de se ir fazendo adaptações (entrevistado 3 A).

O entrevistado 2 B também observa esta visão acentuada da Biblioteconomia no currículo e destaca seu receio quando viu pela primeira vez a proposta curricular de núcleo comum.

No primeiro momento quando eu vi a proposta pedagógica eu fiquei com um certo receio. Uma das primeiras coisas que eu pensei é se havia possibilidade de fazer um rearranjo da grade. Porque a grade tinha e ela ainda tem, ela ainda está em vigor, um acento muito forte da Ciência da Informação e da Biblioteconomia em detrimento de questões que para mim eram centrais para a Museologia. Havia lacunas naquela grade, que para mim para a gente ter um curso de Museologia coerente, precisavam ser resolvidos (Entrevistado 2 B).

7.5.2.2 Principais problemas na operacionalização do núcleo comum

As falas acima demonstram a visão dos entrevistados sobre a proposta de núcleo comum, a ideia de aproximar as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia do ponto de vista formativo. Outros entrevistados preferem destacar a experiência vivida na implementação desta proposta e buscam demonstrar os problemas vivenciados pelos docentes neste momento.

A implementação de algumas disciplinas comuns aos três cursos foi problemática levando a separação por curso. Como cita o entrevistado 2 B:

O que efetivamente aconteceu é que, na prática, em determinadas disciplinas esta conversa comum foi caótica. Ela se mostrou impossível. Eu acho que uma boa disciplina para dar este exemplo é 'Introdução a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, que todos os professores que trabalharam com ela chegaram a conclusão de que não dava para ser uma disciplina única e ela foi separada, cada curso tem a sua introdução específica (Entrevistado 2 B).

O entrevistado 3 C entende que o currículo novo deu muitos incêndios e destaca a disciplina “Introdução Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia” como problemática pois:

Na hora que você vai dar a disciplina acaba que você não consegue dar uma introdução consistente, que realmente mostre para o aluno a área dos três cursos ao mesmo tempo. E então isto é uma coisa que a gente vai tirar do núcleo comum, os três cursos já estão tirando. Os outros professores dos novos cursos também não concordam que ela seja um núcleo comum. Então o que eu percebo nesta questão do núcleo comum é que as três áreas têm percepções muito diferenciadas do que seria o núcleo comum para os três cursos (Entrevistado 3 C).

Outra disciplina citada como problemática é “Bibliotecas, arquivos e museus digitais”. O entrevistado 3 C “entende que os ambientes (arquivo, biblioteca e museu) são muito diferenciados, que têm especificidades muito gritantes e quando a disciplina foi proposta, ela foi proposta por um grupo de professores ligados a tecnologia.” Isto é problema, pois segundo o entrevistado os professores que propuseram esta disciplina têm se recusado a ministrá-la e ela fica a cargo de professores que não são da área de tecnologia.

Algumas disciplinas do núcleo comum são tradicionais da Biblioteconomia e quando programadas para os outros dois cursos causaram estranhamento entre os docentes. É o caso das disciplinas Análise de Assunto, Indexação e Competência Informacional.

O entrevistado 2 A destaca o estranhamento dos professores de Arquivologia com certas disciplinas tradicionais da Biblioteconomia que estavam no Núcleo comum. Ele destaca as disciplinas que ministra no curso “Indexação” e “Competência Informacional” como de difícil entendimento para os docentes da Arquivologia.

Não é um tema tradicional na Arquivologia, muita gente vê com certo preconceito, dizendo, isso não é Arquivologia, então eu dou esta disciplina, dou a disciplina de Competência Informacional, outra disciplina que é típica de Biblioteconomia e que nesta escola está no núcleo comum. Por de minha formação ser em Biblioteconomia e Ciência da Informação eu tenho ficado com estas disciplinas fronteiriças (Entrevistado 2 A).

Segundo o entrevistado 2 A, a maioria dos professores da Arquivologia vê estas disciplinas como “aberração com o argumento de que Arquivologia não tem indexação, competência Informacional não é coisa de Arquivologia”.

A maioria dos docentes achou a princípio, com estas palavras, isto não é Arquivologia, indexação, um absurdo, tanto é que eu acabei ficando com essas disciplinas até por rejeição dos outros professores. Não é um procedimento tradicional de Arquivologia, o procedimento tradicional é avaliação de documentos, classificação de documentos, como a indexação ainda não está nos manuais de Arquivologia ainda, então parece que é uma aberração, então é tratado assim (Entrevistado 2 A).

Ele observa que percebe este preconceito somente entre os professores, quanto aos alunos eles têm tido boa receptividade das disciplinas e entendem a importância deste conteúdo.

Para os alunos, até que eles tenham preconceito colocado por algum professor ou lido em algum lugar, se eles não têm isso, eles acham a disciplina interessante, porque todos eles sabem que quando precisam fazer uma pesquisa em qualquer ambiente, virtual principalmente, ele quer pesquisar, ele vê que controle de vocabulário implica num resultado ruim ou bom desta pesquisa, então ele vê a pertinência. Na competência informacional também é uma disciplina que tem dado relativamente certo porque eu não passo conteúdo sobre competência informacional de Biblioteconomia eu faço o contrário, eu faço com que eles busquem desenvolver as suas competências informacionais para serem pesquisadores e serem profissionais no futuro (Entrevistado 2 A).

O entrevistado 4 A é um dos docentes citados acima que sentiram estranhamento com as disciplinas propostas no currículo: Ele destaca:

Quando eu cheguei aqui que eu fui ver na primeira distribuição de disciplinas. Eu pensei, nossa, tem algumas coisas que são complicadas para a Arquivologia. Tipo indexação e análise de assunto. Assunto é uma coisa complicada na Arquivologia. E organização da informação. E então algumas coisas foram complicadas. E o que eu tenho percebido é o seguinte, só ficou o nome. Porque dentro de sala de aula a maioria dos professores, o nome é este e a ementa é esta, mas eu vou ensinar o que eu acho que eu tenho que ensinar (Entrevistado 4 A).

A disciplina “Fundamentos da organização e tratamento da informação” também é citada como de difícil implantação para os três cursos.

Ela foi concebida para ser um núcleo comum, mas acaba que nem sempre tem professores com a responsabilidade de dar esta disciplina para os três cursos e acaba que as pessoas que estão destinadas a cada área assumem a disciplina e cada curso tem a disciplina de forma separada. Tem acontecido assim, sendo ela logo no primeiro período, a gente tenta dar este histórico de como tem se conformado a área. Mas há uma necessidade muito grande, os alunos demandam que eles tenham conceitos específicos da área para a qual eles fizeram vestibular (Entrevistado 2 D).

O entrevistado 4 A tem ressalvas sobre esta disciplina quanto a sua distribuição ao longo do currículo. Ele cita a disciplina chamada Fundamentos da Organização da Informação que é dada no primeiro período. Ele entende que o aluno de Arquivologia precisa primeiro estudar Introdução a Arquivologia para depois ter esta disciplina.

O aluno não entende a área dele. Se ele não entende a área dele, de forma que ele vai saber como é que a área dele se relaciona com aquela outra. Então primeiro ele tem que aprender Fundamentos de Arquivologia, depois sim ele vai aprender os fundamentos das outras áreas que podem ter uma relação interdisciplinar, uma relação transdisciplinar com a dele (Entrevistado 4 A).

O entrevistado 2 B observa que “para cada disciplina houve uma reação diferente o que deixa cada vez mais claro como estes pontos de contato eles precisam ser trabalhados sem o apagamento da especificidade de cada área” (Entrevistado 2 B).

Outro problema citado por um dos entrevistados foi o tamanho das turmas quando a disciplina é ministrada de forma comum para os cursos. Ele cita o caso da disciplina “Gestão de Unidades de Informação” ministrada para a Arquivologia e para a Biblioteconomia. Segundo este entrevistado é um desafio metodológico lidar com uma turma de 80 alunos. Ele observa:

A turma grande dá um desafio metodológico, mas foi razoável. Foi a primeira vez que eu peguei uma turma grande assim e se eu fosse pegar de novo eu acho que ia tomar mais cuidado porque é difícil lidar com uma turma de 80 alunos. Especialmente uma turma diversificada, mas deu certo, na parte final na apresentação de trabalhos o negócio ficou um pouco complicado porque era muita gente para apresentar trabalho então uma metodologia para uma turma grande tem que ser diferente (Entrevistado 3 D).

Ele destaca que a diversidade da turma também influencia neste desafio metodológico.” Um pouco a diferença de formação também, como era a primeira turma de Arquivologia eu acho que tem um impacto cultural entre as duas turmas”

Eu percebi um pouco isso, exemplo, os estudantes querendo fazer grupos de trabalho entre as suas próprias turmas, não mesclando o que seria ideal para ter uma troca de experiência e de visão entre os estudantes, mas eu acredito que como foi a primeira turma essa situação já deve ter mudado com o tempo. Eu não tenho como confirmar isso. Naturalmente os grupos vão trocando experiências e isso vai aproximar os alunos dos dois cursos (Entrevistado 3 D).

7.5.2.3 Repensar o núcleo comum

Apesar da ideia de aproximação entre as áreas ser percebida como importante e interessante, a proposta de núcleo comum da ECI-UFMG é recorrentemente criticada pelos entrevistados que vêem a necessidade de repensá-la.

Bom, a primeira foi o seguinte a integração foi vista só por um lado. Ou seja, a gente tinha três campos e um campo construiu o modelo para os outros campos já partirem de onde eles percebiam até aqui. E então a medida que os outros campos chegaram, eles chegaram assustados com o que estava. Eles não concordaram, acharam que era assim a forma de ver. E então eu acho que as pessoas estão construindo, cada um está perguntando qual é a sua identidade aqui na escola no momento (Entrevistado 1 C).

Cada curso tem um Núcleo Docente Estruturante (NDE) criado para fazer uma avaliação permanente do curso e neste momento, como destacam algumas falas de entrevistados, os NDE's estão repensando o núcleo comum de disciplinas. Sobre o NDE de Arquivologia o entrevistado 2 A destaca que “[...] as reuniões estão sendo muito úteis, pois nós estamos considerando tudo que foi posto, o núcleo comum e o fato deste curso ter se desenvolvido numa escola de Ciência da Informação”.

Quanto à proposta original do curso nós estamos só modificando algumas disciplinas tentando conservar e manter um núcleo comum entre as três áreas. Buscamos ver quais as disciplinas são passíveis de fazer um núcleo comum e estamos conseguindo chegar a várias, curiosamente, não indexação e nem competência informacional, eu acho que esse preconceito de que isso não é Arquivologia pesou muito. Agora ninguém discorda nessas reuniões de que esse conteúdo seja importante, mas eles pensam em colocar como optativa (Entrevistado 2 A).

Ele prossegue e destaca “a gente continua pensando em ter o núcleo comum só que colocando outras disciplinas. Em outro grupo de estudo que participamos para discutir essas questões ligadas a Ciência da Informação, buscamos entender o que tem de comum nessas três profissões e nesses três cursos, a gente está tentando chegar lá” (Entrevistado 2 A).

O entrevistado 2 B descreve assim o processo no NDE de Museologia. “A gente entendeu que algumas disciplinas do currículo são muito específicas para a

Biblioteconomia. Então algumas saíram e outras foram propostas, foram propostas oito disciplinas comuns”.

Ele destaca que este mesmo processo aconteceu na Arquivologia e os NDE's dos dois cursos se reuniram e analisaram as respectivas propostas e chegaram a seguinte conclusão de que as propostas convergiam em seis disciplinas. Ele observa:

Isto representa mais do que um semestre de um curso de graduação e foi interessante a gente ver como que dois cursos pensando em paralelo e sem um contato aprofundado, chegaram a mesma oferta de disciplina comum. Das nossas oito disciplinas, nós pensamos seis que eram as mesmas oferecidas pela Arquivologia. E então isto para mim coloca para um lado uma ideia que me acalma de que é possível ter este núcleo comum, inclusive está ficando cada vez mais claro quais são os pontos de contato entre os cursos. (Entrevistado 2 B).

Ele entende que os NDE's ainda estão no processo de amadurecimento destes pontos de contato e observa que “ficou tranquilo quando percebeu que aqueles elementos que para a gente não era comum, para outro grupo de professores ligado a outra área que é a Arquivologia, estes elementos também se mostraram estranhos. E que esta reforma era precisa ser feita, este ajuste era preciso ser feito” (Entrevistado 2 A).

O entrevistado 1 B defende a adoção de um núcleo básico das Ciências humanas e sociais como núcleo comum de disciplinas para os três cursos. Descarta a Ciência da Informação como base para o núcleo comum.

Eu penso que se eu for definir um núcleo comum é um núcleo comum voltado para a ciências sociais, para a antropologia, para historia dos registros humanos, enfim, é um núcleo que passa muito pela filosofia, uma introdução a filosofia. Acho que falta isto aos três cursos de graduação e claro que uma disciplina da ciência da informação será benvinda obviamente. Agora não vejo que a ciência da informação dê conta exclusivamente do núcleo comum. Pelo menos o que a gente pensou no novo currículo da Museologia, seria uma espécie de básico, núcleo básico voltado para ciências humanas e sociais (Entrevistado 1 B).

O entrevistado 3 B destaca sua discordância sobre as decisões tomadas pelo curso de Museologia em sua revisão do currículo. “Então eu inclusive aqui na escola, que não fui e não sou a favor do currículo que foi aprovado, a minha opinião especifica, justamente pelo fato de verticalizar o curso para determinados aspectos os quais

não respondem integralmente desta linha onde o curso está que é da ciência da informação”.

Eu acho que a nova proposta curricular para o curso de Museologia tem um viés maior para a área da História, o que não deixa de ser relevante. A área da História é extremamente relevante, aliás você não trabalha com a Museologia sem pensar na História, ou na Filosofia ou em diversos outros aspectos. Mas, no entanto no meu ponto de vista deixou a desejar na área na qual o curso está e onde o curso responde. Esta interface entre as três áreas, Arquivologia, Museologia e Biblioteconomia (Entrevistado 3 B).

De alguma forma, a maioria dos entrevistados entende que o núcleo comum precisa ser repensado, uns advogam a redução do núcleo comum, pois ele ficou muito grande e retira espaço das disciplinas específicas de cada curso. Outros entendem que é necessário uma redistribuição do núcleo comum, pois ele está muito concentrado no início do curso. E tem também, há os que o consideram muito engessado e, por isso prejudicial aos cursos.

O núcleo comum do nosso currículo ainda é algo muito debatido e a tendência que houve na proposta curricular do curso de Museologia era reduzir cada vez mais este núcleo comum. Agora porque ainda existe uma preocupação de professor tal tem que estar em tal galho. Esta preocupação do corpo docente da Museologia é prejudicial no sentido de reavaliar a interface com a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. (Entrevistado 3 B).

O entrevistado 3 C entende que a concepção de núcleo comum de cada área é muito diferente. Ele cita o exemplo da disciplina “Cultura e Informação”: “Ela está no núcleo comum atualmente, o pessoal da Museologia entende que ela só poderia ser núcleo comum se tivesse um enfoque antropológico. Então olha só, são concepções completamente diversas” (Entrevistado 3 C).

Eu penso que manter o núcleo comum está sendo um grande problema. Eu acho que vai acabar se resumindo a duas ou três disciplinas só. Não vai passar muito disto não. É o que eu estou percebendo nesta discussão, neste estudo inicial que a gente fez, pois as pessoas não têm muito esta concepção do que seria núcleo comum (Entrevistado 3 C).

O núcleo comum ficou grande demais no currículo, isto fica claro em algumas falas, o fato de ficar denso prejudica a parte das disciplinas específicas de cada curso. “E bem ou mal a gente tem que pensar que a graduação forma pessoas para o

mercado de trabalho. Em primeira instância ela forma pessoas para o mercado de trabalho e então eu tenho que dar a parte específica” (Entrevistado 3 C).

Eu acho que o núcleo comum deve ficar menor porque ele ficou muito grande e a parte específica dos cursos ficou muito apertada, muito sem espaço no currículo. E daí você tem que ofertar optativas, você tem o núcleo comum, e o que sobra para o seu núcleo específico obrigatório fica todo espremido e isto é uma realidade nos três cursos novos. E então o currículo possui conteúdo que é importante para os três cursos e que está sendo dado de maneira muito superficial ou então nem estão sendo dados. (Entrevistado 3 C).

Ele finaliza com sua visão sobre o núcleo comum destacando que “para ele existir tem que ter mais amadurecimento, nós não estamos maduros teoricamente, maduros em termos de postura em sala de aula. E ele não pode ser um núcleo comum muito denso não porque senão você prejudica a parte específica das três áreas” (Entrevistado 3 C).

O entrevistado 1 B entende que o currículo é muito engessado, que este núcleo comum denso prejudica o corpo de conhecimento próprios da Museologia.

Eu acredito que a Museologia em particular ela sofre muito com isto. Quer dizer, a gente espera que deixe de sofrer logo com a aprovação do currículo. Mas o que a gente encontrou foi um currículo ainda muito engessado, atendendo ainda muito fracamente, de uma forma ainda muito frágil, muito incipiente a um corpo mínimo de conhecimentos que são próprios da Museologia. O que a gente percebe no atual currículo é que algumas disciplinas da Ciência da Informação aplicadas a Museologia não procedem (Entrevistado 1 B).

Ele considera que a especificidade da Museologia, o que ela já consolidou como específico da área ficou ausente nesta configuração de currículo e por isso, justifica que o núcleo comum precisa ser repensado. “A Museologia já tem um corpo teórico consolidado e tem todo um debate, tem todas as linhas de pesquisa que se consolidaram no Brasil e no mundo. E isto estava ausente dentro da configuração do currículo vigente” (Entrevistado 1 B).

O entrevistado 3 A e 4 A entendem que esta distribuição das disciplinas ao longo do currículo compromete o núcleo comum, pois dá ao curso um ritmo que, às vezes, impede o melhor entendimento de determinadas disciplinas que não são da tradição da Arquivologia. Elem exemplificam isso da seguinte forma:

Quando a gente pega algumas disciplinas que são mais de uma tradição da área de biblioteconomia, de documentação, linguagem de indexação, vamos dizer assim, isto é muito importante para o arquivista. Mas não é bom deixar nos primeiros períodos. Seriam disciplinas muito interessantes mais no final. Porque é quando o aluno já tem uma noção clara do arquivo no ciclo de vida, arquivos correntes, intermediários e permanentes e em geral estes procedimentos são utilizados mais na fase de arquivos permanentes. Na descrição arquivística. Quando você tem que realmente produzir instrumento de pesquisa para usuário neste sentido amplo. Então neste momento toda a questão de vocabulário controlado da indexação isto tudo é muito importante (Entrevistado 3 A).

Eu dou a disciplina de arquivos permanentes e a gente trata de documentos. O aluno no primeiro período ele aprende sobre indexação. Só que a indexação ela é um complemento da descrição e como é que ele vai aprender sobre indexação, antes dele entender o que é a própria descrição. Então ele talvez tivesse que entender primeiro o que é descrição e compreendido o que é descrição aí ele compreenderia de que forma a indexação pode ajudá-lo no processo de representação da informação e disseminação da informação, de recuperação da informação (Entrevistado 4 A).

O entrevistado 4 A defende que o núcleo comum tem que ser repensado. “Ele não é parte inicial dos três cursos. Estas zonas comuns às vezes elas acontecem em momentos diferentes. E isto para mim é uma coisa que a gente tem que levar em consideração” (Entrevistado 4 A).

O desenho do núcleo comum ele tem uma grande quantidade de disciplinas no início do curso e o núcleo específico vai crescendo no final do curso e aí a gente está pensando que o núcleo comum pode ser distribuído mais ao longo do curso e não se concentrar em uma parte apenas” (Entrevistado 2 A).

A opinião de outro entrevistado defende a necessidade de se repensar o núcleo comum. Para ele, ao repensar o núcleo comum deverão sobrar algumas disciplinas comuns e não mais núcleo comum, tal como existe atualmente. Ele afirma que as conversas que estão acontecendo no NDE de cada curso estão dando novos rumos à proposta de núcleo comum da ECI-UFMG.

Cada curso definiu disciplinas que são comuns. Já num numero bastante reduzido. Está ficando diferente o numero de disciplinas que são comuns para cada curso. Ai eu acho que vai ter uma outra fase de adaptação, de outra análise curricular. Não sei, acho que a gente vai ter algumas disciplinas comuns. E não mais a ideia de núcleo comum. Não sei. Eu tenho esta impressão (Entrevistado 2 C).

Mais do que defender a manutenção do núcleo comum tal como proposto pela ECI-UFMG, buscamos analisar as possibilidades de aproximação e diálogo entre as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação através de disciplinas e atividades acadêmicas. Percebe-se que núcleo comum, tal como definido em sua proposta original, tende a ser mudado, porém, os docentes entrevistados demonstraram possibilidades de diálogo entre as áreas, desde que se respeite as especificidades de cada uma e não seja uma camisa de força que impeça o seu desenvolvimento.

8 UMA ANÁLISE SOBRE AS PERCEPÇÕES E CONCEPÇÕES QUE EMERGIRAM DOS DEPOIMENTOS DOS DOCENTES DA ECI-UFMG

Enfim, chegando ao final do percurso, ao que parece (o que emergiu das falas dos vários professores entrevistados) é que há, sim, algo que aproxime os campos Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. Em primeiro lugar, há o fato de que todas eles pertencem ao campo das Ciências Sociais Aplicadas. Em segundo lugar, as áreas possuem objetos de trabalhos com certa proximidade. Em terceiro lugar, há temáticas que podem ser desenvolvidas de maneira comum.

No entanto, emerge das falas dos entrevistados duas categorias de análise antagônicas. A primeira descreve a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia como subordinadas a Ciência da Informação. Essa categoria reflete os processos de aproximação que veem sendo implementados em espaços denominados como da Ciência da Informação. Esse processo de aproximação tem na proposta de núcleo comum de disciplinas e atividades acadêmicas da ECI-UFMG sua principal experiência. Em geral, as experiências surgidas no espaço institucional da Ciência da Informação surgiram tendo esse campo como estrutura comum de formação. A proposta da ECI-UFMG foi desenvolvida nesse sentido, tendo como base os órgãos de fomento, pesquisa e ensino que atendem a esses campos.

A segunda categoria vai de encontro a primeira no sentido de que as falas da maioria dos entrevistados entendem que Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação são quatro campos independentes entre si com alguns pontos de convergência que precisam ser explorados, mas que há muitas divergências que precisam ser respeitadas.

Os docentes selecionados para a pesquisa forma um grupo com perfis diversificados. Este perfil foi definido na amostra de forma intencional, uma vez que esta é uma característica da Ciência da Informação no Brasil, embora este estudo

de caso não tenha como pretensão a generalização. Importante ressaltar que cada área da pesquisa representa um campo científico, mesmo que o campo da Biblioteconomia apareça, muitas vezes, entrelaçado com a Ciência da Informação e a Documentação, o que isso representa? Como campos científicos diferentes possuem, também, diferentes olhares, concepções sobre as questões, temas e problemas apresentados.

O espaço institucional da Ciência da Informação, faculdades, escola, departamentos, associações de ensino e pesquisa, localização na tabela de áreas do conhecimento é constituído pela contribuição de diversas áreas o que implica em grande variedade de perfil dos agentes que trabalham nesse espaço, o que implica em grande diversidade de concepções sobre como deve ser o campo. Essas diferentes concepções estão embasadas no *habitus* adquirido por cada ator ao longo de sua biografia individual e da experiência histórica coletiva que o circunda.

É nesse sentido, relacionado *habitus*, visto como um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar que reside a grande dificuldade de se pensar a Ciência da Informação como base conceitual para as demais áreas. Os professores entrevistados para a pesquisa veem de áreas diversas, Biblioteconomia, Psicologia, Serviço Social, História, Matemática, etc., com formação complementada em pós-graduação caracterizada pela mesma diversidade. O que se observa é que essa experiência de cada docente conforma suas disposições para se pensar a proposta de aproximação entre as áreas via matriz curricular.

Da forma como foi proposta a matriz curricular da ECI-UFMG dá-se a impressão de que houve uma busca de integração dessas áreas no âmbito da Ciência da Informação. Essa impressão foi destacada por muitas das falas de forma negativa, a ideia de integração, de tronco comum não agrada a maioria dos entrevistados e talvez, por isso, os entrevistados buscaram demonstrar a especificidade, a singularidade e a autonomia das áreas.

Percebe-se que há divergências de posições entre os docentes, mesmo entre aqueles com formação numa mesma área. Isso acontece porque as áreas possuem

suas diferenças, discordâncias teóricas e conceituais. A diversidade de perfil do corpo docente é marca característica da ECI-UFMG, e isso, impacta em diferentes visões sobre as relações entre os campos que compõem essa escola.

Percebe-se, nos depoimentos dos docentes que há pontos de aproximação entre os campos, tais como, objetos de trabalho semelhantes, temáticas comuns de interesse, questões de pesquisa semelhantes e isto é um potencial grande para se buscar o diálogo. Porém, essa aproximação precisa ser melhor discutida respeitando-se as especificidades de cada área. É preciso entender que esses campos compõem um campo maior que são as Ciências Sociais Aplicadas e daí que devem buscar a sua base. É preciso entender que a Ciência da Informação é um desses campos no mesmo patamar hierárquico e para isso, precisa construir, junto com os outras três campos, o aparato teórico e epistemológico de base para a sustentação dessa aproximação e que fomente o diálogo entre as áreas.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sistematização e análise dos dados da pesquisa deixa transparecer que há possibilidades de diálogo entre os campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Se num primeiro momento, as falas são duras em relação a aproximação tal como foi proposta pela ECI-UFMG, ao longo dos depoimentos percebe-se boa recepção a ideia. Os docentes não descartam que há espaço para diálogo e aproximação, só não entendem por quê este diálogo tenha que ser feito a partir da Ciência da Informação.

O argumento de autonomia e singularidade é forte e para qualquer tipo de aproximação deve-se respeitar as especificidades dos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Eles possuem um percurso singular de constituição histórica, com momentos de aproximação com as diversas áreas das ciências humanas e sociais, inclusive com a Ciência da Informação que é mais recente.

Dessa forma, qualquer proposta de aproximação entre as áreas envolverá entendimentos muito diferentes, pois as áreas são muito desiguais em termos de densidade teórica, de constituição histórica e processos de institucionalização. Isto leva os praticantes destas áreas a buscar, num primeiro momento, reforçar sua identidade, demonstrar sua especificidade, destacar aquilo que a diferencia das demais áreas.

A aproximação e diálogo entre os campos está em processo, é recente e carece de maior amadurecimento teórico, de lapidação de pontos de vista para uma melhor construção conjunta. Talvez por este motivo, as falas tenham demonstrado, em alguns momentos, um tom mais negativo em relação a esta construção, tais como, a proximidade com a Ciência da Informação; a negação em alguns momentos de que a informação seja o objeto de trabalho para as áreas; o excessivo destaque para aquilo que é específico de cada área em detrimento daquilo que as aproxima.

Por se tratar de processo recente iniciado com a criação dos cursos através do Reuni, pode-se considerar que num primeiro momento haja estranhamento por parte dos atores que vivenciam este processo de aproximação via modelo formativo. Deve-se levar em consideração que a proposta de tronco comum de disciplinas e atividades acadêmicas da Escola de Ciência da Informação da UFMG foi definida pelos professores da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação e que os professores de Arquivologia e Museologia foram contratados depois que o processo já havia sido iniciado, ou seja, não participaram da criação da proposta.

No âmbito das instituições de Biblioteconomia e Ciência da Informação é comum o entendimento de que existe esta dimensão informacional que aproxima estas áreas. No entanto, na Museologia e em parte da Arquivologia não se percebe, de forma segura, este mesmo entendimento. Surge desta forma, a necessidade de avanço teórico e epistemológico com a finalidade de superar estas diferenças e buscar a construção conjunta desta aproximação naquilo que de fato seja entendido pelo coletivo dos atores envolvidos no processo como convergente entre as áreas.

As perspectivas futuras de diálogo são boas, as falas demonstram isso. Há no interior dos cursos, através dos núcleos docentes estruturantes um processo de reformulação dos currículos dos cursos da ECI-UFMG que, embora ainda não esteja terminado e sem nenhum documento oficial, demonstra a intenção de manter disciplinas comuns, não as mesmas do núcleo comum original. Os entrevistados demonstram que têm se destacado como os conteúdos mais prováveis, temas como história dos registros de conhecimento, cultura e informação, fundamentos da Ciência da Informação, tecnologias da Informação, memória e patrimônio e metodologia de pesquisa nas ciências sociais.

REFERÊNCIAS

ALBERCH I FUGUERAS, R. et al. **Archivos y cultura: manual de dinamización**. Gijón: Trea, 2001.

ALMEIDA, Carlos Cândido de. Uma Perspectiva Internacional da Articulação dos Profissionais da Informação com o Campo da Ciência da Informação. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v.12 n.1 fev./10

ALMEIDA JUNIOR. Oswaldo Francisco de. Profissional da informação: entre o espírito e a produção. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Pólis, 2000.

ALONSO FERNÁNDEZ, Luis. **Introducción a la nueva museología**. Madrid: Alianza, 1999.

ANDRADE, Ana Maria Cardoso de; METCHKO, Dulce Maria Bastos; SOLLA, Sheila Ribeiro de Campos. Algumas considerações acerca da situação epistemológica da Biblioteconomia. **Revista da Escola de Biblioteconomia**, UFMG, Belo Horizonte, v. 10, n.2, p.153-162, 1981.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.38, n.3, p. 192-204, set./dez., 2009.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Informação e Informação**. Londrina, v. 15, n.1, p. 173-189, jan./jun. 2010.

ARAÚJO, C. A. et al. O curso de graduação em Museologia da ECI/UFMG: concepção e projeto pedagógico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 282-307, jan./abr. 2010a.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações institucionais e teóricas. **Encontros Bibli**, v. 16, p. 110-130, 2011.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Condições teóricas para a integração epistemológica da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na Ciência da Informação. **R. Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n.2, p. 19-41, jul./dez. 2011a.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; MARQUES, Angélica Alves da Cunha; VANZ, Samile Andréa Souza. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia integradas na Ciência da Informação: as experiências da UFMG, da UNB e da UFRGS. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 85-108, 2011.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Museologia: correntes teóricas e consolidação científica. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio** – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 5, no 2 – 2012.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Museologia e ciência da informação: diálogos possíveis. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Vol.11, nº4, maio/junho de 2013

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Arquivologia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 18, n. 37, p. 61-82, mai./ago., 2013a.

ARBOIT, Aline Elis; BUFREM, Leilah S.; KOBASHI, Nair. A institucionalização da Ciência da Informação no Brasil sob a ótica da evolução quantitativa dos cursos de graduação na área. **Inf.&Soc**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 145-158, jan./abr. 2011.

ARQUIVO NACIONAL. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano V, v. 11, Rio de Janeiro, nov./1974.

BARBOSA, R. R. et al. Novo nome e novo paradigma: da biblioteconomia à ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 81-91, jan./jun. 2000.

BELLAIGUE, M. 22 ans reflexion museológica à travers le monde. **Cahiers d'estudes/ Study Series. Comité International de ICOM pour la museologie**. 8: p.4-5, 2000.

BOLAÑOS, María. **La memoria del mundo: cien años de museología**. Gijón: Trea, 2002.

BOTTINO, Mariza. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. **Arquivos e administração**, Rio de Janeiro, v.15, n.23, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983b, p. 46-81.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

BRASIL. Decreto nº 21.129 de 7 de março de 1932. Cria no Museu Histórico Nacional o "Curso de Museus". Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 01 de janeiro de 2012.

BRADLEY, J. Methodological issues and practices in qualitative research. **Library Quarterly**, Chicago, v.3, n.4, p. 431-449, 1993.

BRITTO, Maria Teresa Navarro de. O ensino universitário de Arquivologia no Brasil. In: JARDIM, José Maria (Org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Rio de Janeiro: UFF, 1999.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. **Cadernos de Sociomuseologia**, n.9, p. 9-33, 1996.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Teoria museológica: a problematização de algumas questões relevantes à formação profissional. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 10, p. 13-21, 1997.

BUTLER, Pierce. **Introdução à ciência da Biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Lيدador, 1971.

CAMERON, Duncan. The museum as a communication system and implication of museum education. **Curator**, American Museum of Natural History, v. 11, n. 1, 1968, p. 33-40.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB (V, Belo Horizonte, 10 de novembro de 2003). **Anais...** Belo Horizonte: ANCIB, 2003. p.1-28.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Educação para a Informação: desafios contemporâneos para a Ciência da Informação. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v.3 n.5, out./ 2002.

CASTRO, C. A. **História da Biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica**. Brasília: Thesaurus, 2000. 288p.

CENDON, Beatriz Valadares, et al. Cursos de graduação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais: propostas de expansão e de flexibilização. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.13, n.3, p. 223-240, set./dez. 2008.

CERÁVOLO, Suely Moraes. Delineamentos para uma Teoria da Museologia. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. V.12.p. 237-268. Jan./dez. 2004.

COOK, T. **What is past is prologue**: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, v. 43, p. 17-63, 1997.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, 1998.

COUZINET, Viviane; SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Ester Muszkat. A ciência da informação na França e no Brasil. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação** - v.8, n.6, dez/. 2007.

COX, R. **Personal archives and a new archival calling**: readings, reflections and ruminations. Duluth: Litwin, 2008.

CUNHA, Miriam Vieira dão sistema de formação em Ciência da Informação na França:comparação com o sistema brasileiro. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 22, n.1, p.19-34, 1998.

DELGADO GÓMEZ, A.; CRUZ MUNDET, J.R. **El archivo como construcción social**. Candelaria: Asarca, 2010.

DELOCHE, Bernard. **El museo virtual**. Gijón: TREA, 2002.

DELSALLE, P. **Une histoire de l'archivistique**. Sainte-Foy: Presses de l'Université du Québec, 2000.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Concepts clés de la muséologie**. Paris: Armand Colin ICOM, 2009.

DIAS, Eduardo José Wense. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.5, n. especial, p.67-80, jan./jun. 2000.

DIAS, Eduardo Wense. Ensino e pesquisa em ciência da informação. **Datagramazero - Revista de Ciência da Informação** - v.3 n.5 out, 2002.

DIAS, Eduardo Wense. "O específico da ciência da informação" in CUNHA, Miriam (org.). **O campo da ciência da informação**. João Pessoa: Editora/UFPB, 2002a.

DURANTI, Luciana. **Ciencia Archivística**. Trad. Manuel Vázquez. Córdoba, 1995.

ESPÍRITO SANTO; Silvia Maria do. A mediação do profissional da informação nas Florestas da sociedade da informação. **Transinformação**, Campinas, 18(2):95-102, maio/ago., 2006.

FERNANDEZ, Rosaly. A Ciência da Informação como área do conhecimento e de fomento no CNPq. In: Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação, 8. Salvador, 2008. **Anais...** Salvador, 2008.

FIDALGO, Antônio. O que é a universidade? **Jornal Beira Interior da AAUBI**, out. 1993.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à Biblioteconomia**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2007.

FONSECA, M. O. Ciência da informação: denominação de curso e diretrizes curriculares. **Transinformação**, Campinas, v. 14, n.1, p.101-104, jan./jun. 2002.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Uma outra memória é possível**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Henriette Ferreira. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de característica a Critério delineador de seu núcleo principal. **DatagramaZero**, v. 2, n. 4, ago./2001.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Javier. **Dos museologías: las tradiciones anglosajona y mediterránea – diferencias y contactos**. Gijón: Trea, 2006.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **DataGramZero**– Revista de Ciência da informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em:<<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 12 out. 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001.

GRACIANI, M. S. S. **O ensino superior no Brasil: a estrutura de poder na universidade em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. **Planteamientos teóricos de la museología**. Gijón: Trea, 2006.

HIGGINS, Tony; MAIN, Peter; LANG, Janet. (Eds). **Imaging the past: electronic imaging and computer graphics in museums and archaeology**. Londres: The British Museum, 1996.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. **Los museos y sus visitantes**. Gijón: Trea, 1998.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995.

JARDIM, José Maria. A universidade e o ensino da Arquivologia no Brasil. In: JARDIM, José Maria (Org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Rio de Janeiro: UFF, 1999.

JARDIM, José Maria, FONSECA, Maria Odila. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **Caderno. BAD**, v.2, p.29-45, 1992.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. As relações entre a Arquivística e a Ciência Da Informação. **INFORMARE**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 41-50, jan./jun. 1995.

JARDIM, José Maria, FONSECA, Maria Odila **A formação do arquivista no Brasil: I Reunião Brasileira de Ensino de Arquivologia (REBRARQ)**; José Maria Jardim, Maria Odila Fonseca (organizadores). Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999.

JIMERSON, R. Redefining archival identity: meeting user needs in the information society. *American Archivist*, v. 52, p. 332-340, 1989.

JULIÃO, L. Apontamentos sobre a história do museu. In: NASCIMENTO, S. et al. (Orgs.). **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Brasília: MinC/Iphan/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006, p. 19-31.

KERLINGER, E. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: USP/INE, 1980.

KREMER, Jeannette Marguerite. Cronologia da Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1950-1990. **Revista da Escola de Biblioteconomia**, UFMG, Belo Horizonte, v.19, número especial, p. 9-15, mar. 1990.

LANCASTER, F. W. O currículo de ciência da informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 17, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 1989.

LARA FILHO, D. Museu, objeto e informação. **Transinformação**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 163-169, mai./ago. 2009.

LE COADIC, Ives F. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. Estado atual do ensino da Biblioteconomia no Brasil e a questão da Ciência da Informação. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, n.1, jan./jun., 1973.

LIMA, Diana Fajarlla Correia. **Ciência da Informação, Museologia e fertilização interdisciplinar: Informação em Arte um novo campo do saber**. 2003. 358 f. Tese (Doutorado) - Instituto Brasileiro Em Ciência da Informação/IBICT, Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003. Orientadora: Lena Vânia Ribeiro Pinheiro.

LITTON, G. **Arte e ciência da biblioteconomia**. São Paulo: McGraw-Hill, 1975.

LOPES, João Teixeira. Reflexões sobre o arbitrário cultural e a violência simbólica: os novos manuais de civilidade no campo cultural. In: SEMEDO, Alice; LOPES, João

Teixeira. (Orgs.). **Museus, discursos e representações**. Porto: Afrontamento, 2006, p. 61-68.

LOPES, L. C. **A nova arquivística na modernização administrativa**. Rio de Janeiro: Papéis e Sistemas, 2000.

MAGALHÃES, Fernando. **Museus: património e identidade: ritualidade, educação, conservação, pesquisa, exploração**. Porto: Profedições, 2005.

MAIRESSE, François; DESVALLÉS, André. Brève histoire de la muséologie: des Inscriptions au Musée virtuel. In: MARIAUX, Pierre. (Org.). **L'object de la muséologie**. Neuchâtel: Institut de l'art et de muséologie, 2005.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARÍN TORRES, María Teresa. **Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística**. Gijón: TREA, 2002.

MARIZ, Anna Carla Almeida. Relações interdisciplinares entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **Cenário Arquivístico**, v. 3, n. 1, p. 29-36, jan./jun. 2004.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg. A construção do "campo científico" da arquivística no Brasil: debates iniciais e marcos temporais. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)**, v.1 n.1, p.101-117, jan./jun. 2008.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade, e Ciência da Informação e Documentação, Brasília, 2011.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade, e Ciência da Informação e Documentação, Brasília, 2007.

MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, María Paz. **La construcción teórica en archivística: el principio de procedencia**. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 1996.

MENDES, José Amado. **Estudos do património: museus e educação**. Coimbra: Univ. Coimbra, 2009.

MENDES, Eliane. **Tendências para a harmonização de programas de ensino de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil; um estudo Delfos**.

Brasília, Universidade do Brasil. 1992. Dissertação de Mestrado em Biblioteconomia e Documentação.

MIKSA, Francis L. **La bibliotecologia y la ciencia de la informacion**: dos paradigmas. Lima: Piedra Azul, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MOSTAFA, Solange Puntel. **Epistemologia da biblioteconomia**. 1985. Tese de Doutorado. PUC, São Paulo.

MUELLER, Suzana P. M. Em busca de uma base comum para a formação profissional em Biblioteconomia, Ciência da Informação e arquivologia: relato de um simpósio promovido pela UNESCO. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 12, n. 2, 157-165 p, jul./dez. 1984.

MUELLER, Suzana Pinheiro. O ensino de Biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v.14, n.1, p.3-15, jan./jun. 1985.

MUELLER, Suzana Pinheiro. Avaliação do estado da Arte da formação em Biblioteconomia e Ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, 17 (1): 71-81, jan./jun. 1988.

MURGUIA, Eduardo Ismael. A memória e sua relação com arquivos, bibliotecas e museus. In: MURGUIA, Eduardo Ismael (Org.). **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos: Compacta, 2010a.

MURGUIA, Eduardo Ismael. Discursividade da Ciência da Informação e sua institucionalização na Biblioteconomia e a Arquivologia: um estudo comparado. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2010.

NEMHY, Rosa Maria Quadros; et al. A Ciência da Informação como disciplina científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 9-25, Jan./jun. 1996.

OLIVEIRA, Dalgiza Andrade; JOB, Ivone. Marcos históricos e legais do desenvolvimento da Profissão de bibliotecário no brasil. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v.11, n.2, p. 259-272, ago./dez., 2006.

OLIVEIRA, Marlene. **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

OLIVEIRA, Marlene; CARVALHO, Gabrielle Francinne de Souza, Gustavo. Trajetória histórica do ensino da Biblioteconomia no Brasil. **Informação & Sociedade**, v. 19, p. 13-24, 2009.

ORTEGA, Cristina Dotta. A documentação como uma das origens da Ciência da Informação e base fértil para sua fundamentação. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 3, n. 1, p. 3-35, jan. /jun. 2009.

ORTEGA, Cristina. Relações históricas entre a Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero**, v. 5, n. 5, out. 2004.

OTLET, P. **El Tratado de Documentación**: el libro sobre el libro: teoría y práctica. (Tradução por Maria Dolores Ayuso García). Murcia: Universidad de Murcia, 1996. (Tradução de: *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934. 431p.) Disponível em: <http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2009.

PATTON, M. Q. **Qualitative evaluation and research methods**. 2nd Ed. Newbury Park: Sage Publications; 1991.

PÉREZ SANTOS, Eloísa. **Estudio de visitantes en museos**: metodología y aplicaciones. Gijón: Trea, 2000.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **Em busca de um caminho interdisciplinar**: proposta de núcleo teórico e prático de disciplinas comuns aos cursos de Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1998.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Campo Interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras Remotas e recentes. In: Pinheiro, Lena V. Ribeiro (org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade**. Brasília/Rio de Janeiro: IBICT/DDI/DEP, 1999, p. 155-182.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v.24, n.1, 1995.

POBLACIÓN, Dinah Aguiar. Pesquisa e pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia no Brasil: duas fases (1970/85-1986/1992). In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA, 12., São Paulo, 1992, Anais...São Paulo, 1992.

POULOT, Dominique. **Musé et muséologie**. Paris: La Découverte, 2002.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

PRIMO, Judite Santos. Pensar contemporaneamente a museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, n.16, p. 5-38, 1999.

RANGANATHAN, S.R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília, DF: Brique de Lemos, 2009.

RENDON ROJAS, Miguel Ángel. La ciencia de la información en el contexto de las ciencias sociales y humanas. Ontología, epistemología, metodología e interdisciplina. **Datagramazero - Revista de Ciência da Informação** - v.9 n.4 ago./08

RENDON ROJAS, Miguel Angel. Hacia un nuevo paradigma en bibliotecología. **Transinformação**. V.8, n.3, p. 17-31, set./dez., 1996.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. A maneira de conclusão. RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel (Coord.). **Bibliotecología, archivística, documentación**: intradisciplina, interdisciplinar o transdisciplinariedad. México: Centro universitario de investigaciones bibliotecológicas, 2011.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel; DOMÍNGUEZ, Silvana Elisa Cruz. La archivística y las disciplinas informativas documentales: retos y cuestionamientos epistemológicos. In: BORGES, Maria Manuel; CASADO, Elias Sanz. **A Ciência da Informação criadora do conhecimento**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

RIBEIRO, Fernanda. A Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. **Perspectiva em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v.1, n, 1, p.59-73, 2011.

ROBREDO, Jaime. *Da Ciência da Informação revisitada: aos sistemas humanos de informação*. Brasília: Thesaurus, 2003.

ROSAS, J. La difusión: función básica del museo. In: DÍAZ BALERDI, Iñaki. (Org). **Miscelânea museológica**. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Basco, Euskal Herriko Zerbitzua, 1994, p. 263-274.

ROSEMBERG, Dulcinéa S. et al. **Uma proposta de reformulação curricular do curso de graduação em Biblioteconomia**: sua construção sob a ótica da pesquisa docente. Vitória: Departamento de Ciências da Informação da UFES, 2006. (Relatório Final de Pesquisa)

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SÁ, Ivan Coelho de. **História e memória do curso de museologia**: do MHN à UNIRIO. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v.39, p. 10-42, 2007.

SARACEVIC, Tefko. Educação em Ciência da Informação na década de 1980. **Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.3-12,1978

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.41-62, jan./jun. 1996.

SCHEINER, Tereza Cristina. Sociedade, cultura, patrimônio e museus num país Chamado Brasil. **Apontamentos, memória e cultura: Revista do Mestrado em Administração de Centros Culturais**. V.4, n.1, p.14-34, jan./jun. 1994.

SCHEINER, T. C. Museus e museologia. Uma relação científica? **Ciência em museus**, (1), p. 59-63, 1989.

SEMEDO, Alice. Práticas narrativas na profissão museológica: estratégias de exposição de competência e posicionamento da diferença. In: SEMEDO, Alice; LOPES, João Teixeira. (Orgs). **Museus, discursos e representações**. Porto: Afrontamento, 2006, p. 69-93.

SCHELLENBERG, T. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1973.

SHERA, J. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977.

SILVA, Armando B. Malheiro da et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 1998.

SILVA, Armando B. Malheiro. **A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico**. Porto: Afrontamento, 2006.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. **Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto:Afrontamento, 2002. 174p.

SILVA, Armando B. Malheiro. Arquivística, Biblioteconomia e Museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da ciência da informação. In: INTEGRAR – CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1. 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 573-607.

SILVA, Eliezer Pires da. A trajetória da Arquivologia: três visões sobre os arquivos. **Revista eletrônica Documento Monumento**, Mato Grosso, v. 5, n. 1, dez. 2011.

SILVA, Welder Antônio. **Zonas interdisciplinares entre a Arquivologia e a Ciência da Informação: cartografia das práticas discursivas**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

SILVEIRA, M. A.; BAZI, R. E. R. As referências nos estudos de citação: algumas questões para discussão. **DataGramZero**, v. 10, p. 01-18, 2009.

SIMEÃO, E. Solenidade de criação do curso de museologia da Universidade de Brasília - Antecedente. Brasília: UnB, 2009. Disponível em: <<http://www.antonio>

miranda.com.br/ciencia_informacao/antecedentes_da_criacao.html>. Acesso em: 18 de março de 2010.

SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus – MHN, 1932-1978: o perfil acadêmico profissional**. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – UNIRIO, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2009.

SMIT, Joana W; TÁLAMO, Maria de Fátima G. M; KOBASHI, Nair Y. A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem Terminológica. **Datagramazero - Revista de Ciência da Informação - v.5 n.1 fev./04**

SMIT, J. W.; BARRETO, A. A. Ciência da informação: base conceitual para a formação profissional. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. cap. 1, p. 9-24.

SMIT, J. W.; BARRETO, A. A. O profissional da informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. cap. 6, p. 119-134.

SMIT, Johanna W. Arquivologia/biblioteconomia: Interfaces das ciências da informação. **Informação & Informação**. Londrina, v.8, n.1, jun./dez. 2003.

SOUZA, Edivanio Duarte. A institucionalização da Ciência da Informação no Brasil: elementos disciplinadores do campo científico. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v.22, p. 49-64, Número Especial 2012.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **O ensino de Biblioteconomia no contexto brasileiro**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

SOUZA, F. C. **Biblioteconomia, educação e sociedade**. Florianópolis: UFSC, 1993.

SOUZA, F. C. O ensino de biblioteconomia no Brasil no discurso do bibliotecário participante nos CBBDs entre 1954 a 1982: apontamentos disciplinares para a construção do currículo do Curso de Biblioteconomia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, XIX, 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto alegre: ABRS, 2000. 1 CDROM.

SOUZA, F. C. O nome profissional “bibliotecário” no Brasil: o efeito das mudanças sociais e econômicas dos últimos anos do século XX. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 18, p. 90-106, 2º sem. 2004. Disponível em: <www.encontros-bibli.ufsc.br/sumario.htm>. Acesso em: 27 dez. 2004.

SOUZA, Daniel M V. Informação e construção do conhecimento no horizonte museológico. **DataGramZero**, v. 10, n.6, dez.2009.

SOUZA, Rosali Fernandez. A Ciência da Informação como área do conhecimento e de fomento no CNPq. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8. 2008, Salvador. Disponível em: <http://www.cinform2008.ici.ufba.br>. Acesso em: 20 nov. 2012.

SOUZA, Rozaly Fernandes de. STUMPF, Ida. Ciência da Informação como área do conhecimento: abordagem no contexto da pesquisa e da pós-graduação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.14, número especial, p. 41-58, 2009.

STRÁNSKÝ, Zbynek. Sobre o tema “Museologia – ciência ou trabalho prático?”. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 101-105, jul./dez. 2008.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. **Cenário acadêmico-institucional dos cursos de arquivologia, biblioteconomia e museologia do brasil**. Belo Horizonte: ECI-UFMG, 2013. (Dissertação de mestrado)

THIESEN, Icléa. Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares da memória e espaços de produção de conhecimento. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha; LOUREIRO, Maria Lucia (Org.). **Mast Coloquia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009. V. 11.

THOMASSEM, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arq.&Adm.**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, jan./jun. 2006.

UNESCO: General Information Programme. **Harmonization of training in librarianship, Information Science and Archives**. Paris: UNESCO, 1987.

VAN MENSCH, P.; POUW, P. J. M; SCHOUTEN, F. F. J. Texto apresentado no Colloquium ICTOP/ICOFOM – Londres, julho de 1983; p. 57-65.

VAN MENSCH, P. Museus em movimento. **Cadernos museológicos**. Rio de Janeiro: Sphan, Pró- Memória, Ministério da Cultura, p. 49-54, 1989.

VAN MENSCH, Peter. **O objeto de estudo da Museologia**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1994.

VAN MENSCH, Peter. **Towards a methodology of museology**. (PhD thesis). University of Zagreb, 1992. Disponível em: http://www.muuseum.ee/et/erialane_arend/_van_mensch_toward/mensch02#As. Acesso em: 14 jan. 2012.

VAZ, Francisco. A formação em ciências da informação e da Documentação. **Revista da BAD**, 2006.

WERSIG, Gernot. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v.29, n.2, Mar. 1992.

WERSIG, Gernot& NEVELING, Ulrich. The phenomena of interesting to information science. **Information Scientist**, v.9, n.4, p. 127-140, Dec. 1975.

ZAHER, C. R. Perfil de seus primórdios. **Ciência da Informação**. 2005.

ZELLER, Terry. The historical and philosophical foundations of art museum education in America. In: BERRY, Nancy; MAYER, Susan. (Orgs). **Museum education: history, theory and practice**. Reston: National Art Education Association, 1989, p. 10-89.